

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**LUCAS ALEXANDRE PIRES**

**COM AS PRÓPRIAS MÃOS: ETNOGRAFIA DAS ARTES MARCIAIS E  
DA DEFESA PESSOAL NO TREINAMENTO POLICIAL MILITAR**

**SÃO CARLOS  
2018**

LUCAS ALEXANDRE PIRES

**COM AS PRÓPRIAS MÃOS: ETNOGRAFIA DAS ARTES MARCIAIS E  
DA DEFESA PESSOAL NO TREINAMENTO POLICIAL MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia Social da Universidade Federal de São  
Carlos como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Piero de Camargo Leirner

SÃO CARLOS  
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de mestrado do candidato *Lucas Alexandre Pires*, realizada em 16/04/2018:

---

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner  
Universidade Federal de São Carlos

---

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo  
Universidade Federal de São Carlos

---

Profa. Dra. Susana Soares Branco Durão  
Universidade Estadual de Campinas

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro Profa. Dra. Susana Soares Branco Durão e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do aluno Lucas Alexandre Pires.

---

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner  
Presidente da Comissão Examinadora  
UFSCar

Dedico esta dissertação aos meus pais, Roseli e Robson, por sua fé.

## AGRADECIMENTOS

Assim nos ensinara Marcel Mauss em seu *Ensaio Sobre a Dádiva*, sobre a troca: “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam [...]”. Esta dissertação é fruto de tantas trocas e misturas que seria impossível mensurar ou nominar todas as pessoas a quem sou grato e que estiveram ao meu lado durante o seu processo de elaboração.

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador Piero, que desde o começo acreditou no projeto, mesmo diante dos momentos em que duvidei ser possível prosseguir. Agradeço a paciência e o exemplo como professor, que desde a graduação me inspirou a seguir com boa fé na antropologia.

Agradeço a todos os professores e os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFSCar, em especial ao Prof. Luís Henrique de Toledo, a leitura do texto de qualificação e suas valiosas contribuições; ao Fabio Urban, todo o auxílio e disposição em ajudar e à Dona Nanci, seu trabalho, carinho e dedicação.

Agradeço a todos os integrantes da R@U – Revista de Antropologia da UFSCar, cujo trabalho tem gerado bons frutos na divulgação de pesquisas antropológicas e incentivado novas contribuições.

Agradeço a todos os coordenadores, professores, monitores e alunos do Cursinho Pré-vestibular da UFSCar, o esforço e o compromisso com a Educação e que por muito tempo me foram companheiros durante a elaboração do projeto desta pesquisa.

Agradeço aos meus avós, exemplos de carinho e humildade, e demais familiares, o incentivo e o apoio, ainda que durante os momentos de reclusão. Vocês são parte de mim, a parte que me move e me mantém firme, minhas raízes.

Agradeço imensamente aos meus amigos de turma, em especial a Amanda, Ana Elisa, Maurílio, Paula, Ruan e Túlio, o companheirismo. Obrigado por dividirem sorrisos e lágrimas, dores e felicidades regadas com um bom vinho.

Agradeço aos meus amigos Gil e Newton, que além de partilharem comigo seus caminhos no treino marcial, me foram grandes companheiros desde o projeto até sua conclusão. Agradeço também à Associação São Carlos de Kendo – ASCK, por serem minha segunda família durante execução desta pesquisa.

Agradeço à Fabiana e a sua família, todo o carinho, o cuidado e o apoio.

Agradeço à Alessandra, à Fernanda, à Gabriela, ao Paulo e à Talita, o tempo em que

dividimos o mesmo teto e que por vezes foram minha família durante o decorrer do mestrado.

Agradeço aos meus amigos Lucas, Érico, Helder, Jacqueline e Tauany, o companheirismo e a paciência durante meu retorno forçado à Ribeirão, cada um a seu modo não permitiu que me sentisse sozinho quando todo o resto parecia desmoronar.

Agradeço aos meus interlocutores policiais militares, o esforço e as contribuições para o desenvolvimento da pesquisa nos quartéis.

Agradeço a todas as crianças, famílias e voluntários do Grupo de Apoio às Crianças com Câncer (GACC), que muitas vezes me ajudaram a superar desafios em vida muito mais do que eu pude ajudá-los.

Agradeço a Juliana, suas leituras e contribuições.

Agradeço, por fim, à FAPESP (processo 2014/21003-0), a concessão da bolsa durante o mestrado e todo o apoio institucional para a realização deste trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação se baseia em um estudo etnográfico sobre a conversão das artes marciais em técnicas de combate corpo a corpo e de defesa pessoal, aplicadas ao treinamento físico militar e policial. As artes marciais aparecem no campo junto aos sujeitos policiais militares como tecnologias e artefatos da guerra, cuja imersão em suas práticas forjam corpos e transformam pessoas por meio de processos que incidem diretamente em como eles entendem e experimentam a violência e o uso da força. Dessa forma, relato algumas experiências em treinos marciais, traçando um panorama geral sobre seu impacto nas vidas de seus praticantes, utilizando de meu corpo como ferramenta etnográfica. Posteriormente, discuto a tensa relação entre antropólogo – que busca revelar relações insuspeitas entre seus sujeitos – e as instituições militares – que camuflam informações, dificultam o acesso à realidade da caserna e tentam enquadrar pesquisador e pesquisa nos seus próprios interesses. Realizo, ainda, um exercício etno-histórico sobre a relação entre as artes marciais e o treinamento militar de diferentes exércitos pelo mundo, evidenciando tanto o processo de esportificação do militarismo, quanto de conversão do desporto em tática militar. Por fim, analiso algumas experiências vividas junto aos policiais militares durante as instruções da disciplina de Defesa Pessoal e em um campeonato desportivo interno à corporação, a fim de elucidar a forma como meus interlocutores pensam e utilizam das técnicas marciais e de seu corpo em seu ofício. Como conclusão, entendo as artes marciais e o treinamento militar como reflexos da forma como nossa sociedade experimenta e vive a violência, gestada em sua afluência por meio da ação estatal.

**Palavras-chave:** artes marciais, treinamento militar, polícia, corpo, violência.

## ABSTRACT

This dissertation is based on an ethnographic study on the conversion of martial arts into techniques of hand-to-hand combat and self-defense, applied to military and police training. Martial arts appear in the field with military police subjects such as technologies and war artifacts whose immersion in their practices forge bodies and transform people through processes that directly affect how they understand and experience violence and the use of force. Thus, I report some experiences in martial training, outlining a general picture of its impact on the lives of its practitioners, using my body as an ethnographic tool. Later, I discuss the tense relationship between an anthropologist, who seeks to reveal unsuspected relationships between his subjects and military institutions, which camouflage information, hamper access to the barracks reality, and attempt to frame researcher and research in their own interests. I also perform an ethnohistorical exercise on the relationship between martial arts and military training of different armies around the world, highlighting both the sportification process of militarism and the conversion of sport into military tactics. Finally, I analyze some experiences with military police during instructions of the Personal Defense discipline and in a sporting championship internal to the corporation in order to elucidate the way my interlocutors think and use of martial techniques and their body in their craft. As a conclusion, I understand the martial arts and military training as reflections of the way our society experiences and lives violence, born of its affluence through state action.

**Keywords:** martial arts, military training, police, body, violence.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <b>Ação policial em manifestação ocorrida em 2014 contra a Copa do Mundo</b> ...	16
Figura 2 - <b>O soji</b> .....	31
Figura 3 - <b>O rei</b> .....	31
Figura 4 - <b>Hierarquia marcial pela perspectiva temporal</b> .....	33
Figura 5 - <b>Rolamentos</b> .....	36
Figura 6 - <b>Iaido</b> .....	38
Figura 7 - <b>Técnica avançada: sufocamento</b> .....	38
Figura 8 - <b>Demonstração de resistência à dor</b> .....	41
Figura 9 - <b>Escola de Educação Física da PMSP, ao lado do “Panelão”</b> .....	59
Figura 10 - <b>Exemplos de áreas de contato para a aplicação de golpes</b> .....	100
Figura 11 - <b>Modelo FLECT de Uso Progressivo da Força</b> .....	1011

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APMBB	Academia de Policia Militar do Barro Branco
ASCK	Associação São Carlos de Kendo
C 20 50	Manual de Combate Corpo a Corpo do Exército
CBJJ	Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu
CIA	Central Intelligence Agency
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CFAP	Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
COPOM	Centro de Operações Policiais Militares
CPI	Comando de Policiamento do Interior
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
EEF	Escola de Educação Física
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
ESS	Escola Superior de Soldados
FBI	Federal Bureau of Investigation
FIT	Fibra, Iniciativa e Tenacidade
FLEC	Federal Law Enforcement Training Center
FSAKM	Federação Sul Americana de Krav Magá
GT	Grupo de trabalho
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
M-03-PM	Manual de Defesa Pessoal da Polícia Militar de São Paulo
MCRP 3-02B	Manual do Marine Corps Martial Arts Program
MMA	Mixed Martial Arts
ONU	Organização das Nações Unidas
PM	Polícia Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
POP	Procedimento Operacional Padrão
ROCAM	Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas
ROTA	Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
TAF	Teste de Aptidão Física

## SUMÁRIO

PRÓLOGO .....	12
INTRODUÇÃO.....	15
Da “participação observante” como aporte metodológico.....	19
Etapas do trabalho de campo.....	25
CAPÍTULO 1. AS ARTES MARCIAIS E SEUS FUNDAMENTOS.....	28
1. 1. As casas marciais e suas hierarquias.....	30
1. 2. Corpo, técnica e performance .....	35
1. 3. “Você é aquilo que você treina”.....	44
CAPÍTULO 2. SE QUISESSES FAZER PESQUISA, PREPARE-SE PARA A GUERRA ....	47
2. 1. Estratégias de acesso ao campo em instituições militares .....	47
2. 2. Na caserna e a construção do campo junto aos policiais militares .....	52
2. 3. A Velha Escola e suas instruções.....	58
2. 4. Um antropólogo nos quartéis .....	64
CAPÍTULO 3. HISTÓRIA DAS ARTES MARCIAIS E SUAS INTERSECÇÕES COM O TREINAMENTO MILITAR.....	68
3. 1. Do campo de batalha aos <i>dojos</i> e <i>ringues</i> : o movimento das artes marciais e dos esportes de combate pelo mundo .....	68
3. 1. 1. Das lutas do Ocidente .....	69
3. 1. 2. A emergência das artes marciais no Oriente.....	73
3. 2. A Primeira Guerra e a reconversão das artes márcias e esportes de combate em sistemas de defesa pessoal militares .....	82
3. 2. 1. A introdução das artes marciais como defesa pessoal no treinamento militar brasileiro .....	84
3. 3. As técnicas fundamentais da atividade guerreira.....	92
CAPÍTULO 4. DEFESA PESSOAL E ARTES MARCIAIS NA POLÍCIA MILITAR .....	96
4. 1. As instruções de Defesa Pessoal .....	96
4. 1. 1. Os instrutores .....	97
4. 1. 2. Rituais iniciais e adaptação das técnicas marciais ao ofício policial.....	99
4. 2. Os Procedimentos Operacionais Padrão e a Defesa Pessoal.....	107
4. 3. Observando de fora .....	113
4. 4. O desporto marcial entre policiais militares.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	123
BIBLIOGRAFIA .....	127

## PRÓLOGO

Em julho de 2014, procurei pela primeira vez meu orientador, Piero de Camargo Leirner, propondo a realização de um trabalho sobre artes marciais e o treinamento militar, como uma das exigências para a conclusão do curso de Ciências Sociais da UFSCar. Na época, eu estava em relação direta com um grupo formado por militares e por civis que treinavam um misto de artes marciais e de defesa pessoal, aprendidos na caserna, e que replicavam os fundamentos da vida militar como a disciplina, a hierarquia, o cultivo do corpo e um ethos guerreiro que se estendiam para outras relações de suas vidas cotidianas.

A experiência de construção do projeto despertou em mim o interesse em prosseguir com a pesquisa, ampliando a análise para o treinamento de artes marciais e do combate corpo a corpo realizado no Exército, com o objetivo de observar e de participar, enquanto etnógrafo e artista marcial, de instruções da disciplina de Ataque e Defesa, ministradas até então aos futuros instrutores de Educação Física da Força.

Aprimoramos o projeto por cerca de um ano, coletando dados sobre o treinamento militar e revisando a bibliografia existente pertinente ao tema. Em julho de 2015, iniciamos uma saga em busca de contatos com o Exército, com o propósito de apresentar a pesquisa e a intenção de realizar um projeto sobre o treinamento físico militar, acompanhando instruções de formação. Durante seis meses de tentativas, nenhuma resposta nos foi dada por parte da Força e o apertar dos prazos, somado à necessidade de iniciar o campo, nos fez mudar de estratégia.

Entrei em contato com um policial da ativa para tentar realizar o trabalho de campo durante as instruções de Defesa Pessoal da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) que, segundo nossas pesquisas históricas, possuía origens e processos de formulação de instrução semelhantes aos do Exército. Assim, conseguimos o primeiro contato com oficiais que se dedicavam ao treinamento policial aos moldes militares e que se interessaram pela proposta da pesquisa.

Junto aos policiais, o projeto teria chegado em boa hora, durante o processo de renovação de seu manual e da reformulação do treinamento de Defesa Pessoal. Após incisivas considerações do Comando sobre a possibilidade de participar de suas instruções, obtive acesso às aulas, sempre sob vigilância e controle de meus interlocutores. Consegui participar de uma instrução somente após ter circulado por meses entre quartéis, conversado com Soldados e com Comandantes e atestado perícia como praticante de artes marciais. Eles, por sua vez, demonstraram mais afeto e interesse em minhas histórias e em meus conhecimentos de combate

do que minha em pesquisa e em minha condição de antropólogo. Treinei com eles, troquei alguns golpes, aprendi e ensinei outros, ouvi suas histórias e, em meio às nossas tensas, ou melhor, agonísticas relações, um fato liminar aconteceu.

No dia 16 de julho de 2016, véspera de meu retorno ao quartel para participar de novas instruções, tendo planejado me mudar para São Paulo e permanecer em campo pelo próximo semestre, sofri um acidente de moto na estrada entre São Carlos (onde estudava) e Ribeirão Preto (minha cidade natal). Na estrada, fui socorrido por dois policiais que, ao me revistarem, encontraram um pequeno caderno com registros do meu campo no quartel e informações contendo os nomes dos oficiais com quem mantinha contato. Ao atestarem minha ligação com outros policiais e com o quartel que frequentava, entraram em contato com minha família e mobilizaram uma vaga de emergência em um hospital público, com um médico à espera e todo o material necessário para me receber e realizar os devidos procedimentos cirúrgicos.

Eu, que pretendia escrever uma etnografia a partir de meu corpo em interação com os policiais em suas instruções, quebrara duas costelas e a perna em três lugares diferentes com fratura exposta, deslocara a virilha, o pescoço, os ossos da mão esquerda e, tendo batido a cabeça, fiquei refém de desequilíbrios e de tonturas. Passei o semestre inteiro em recuperação sem sair da cama, com a certeza de que tanto as artes marciais, que fortaleciam o meu corpo (assim foi atestado pelo médico), quanto a ação rápida dos policiais, salvaram a minha vida.

Durante este tempo, observei recluso por meio da televisão e das mídias sociais as manifestações populares contra o impeachment de Dilma Rousseff, em que professores e amigos de turma entraram em confronto direto com policiais militares que, por sua vez, se utilizavam das mesmas técnicas que havia observado durante as instruções e vivenciado no cotidiano do quartel.

Ao me recuperar, ainda com resquícios do acidente, tentei retornar ao trabalho de campo, no entanto, sem sucesso por conta da troca de Comando do quartel que inviabilizou novas incursões nas instruções. Talvez esta condição deva ser pensada junto aos acontecimentos que vieram à tona com as manifestações citadas, quando a Polícia fora alvo de críticas por sua atuação nas ruas, quando, então, a corporação se fechou para o diálogo com pesquisadores civis. Fui ainda ao quartel dos policiais que me socorreram para agradecer-lhes, mas não os encontrando, recebi um indicativo de um de seus superiores sobre a relação entre os policiais e os civis: “Em 25 anos de polícia, é a primeira vez que alguém veio aqui agradecer por nosso trabalho”.

Esta dissertação é fruto destas tensões, destes afastamentos e destas aproximações entre pesquisador civil e policiais militares. As observações feitas em campo foram regadas por

constantes negociações com as cadeias de Comando da polícia, seu controle e vigilância; e pela interação cinético-sinestésica entre etnógrafo e seus sujeitos durante as instruções. O processo desta redação e leitura acompanhará tanto a crônica de seus acontecimentos, quanto a destilação das experiências durante minha retomada acadêmica, quando vivi a etnografia e a sua escrita – assim como em campo – como uma luta.

## INTRODUÇÃO

Durante as manifestações populares ocorridas na cidade de São Paulo, entre 2013 e 2016<sup>1</sup>, emergiu um perfil diferenciado de policial que operava o uso da força de modo distinto dos demais. Empregado no auxílio dos “Batalhões de Choque” da Polícia Militar paulista, sua função era dissuadir ameaças ao não cumprimento da lei e à manutenção da ordem, utilizando-se do próprio corpo como instrumento da agência normativa estatal.

Adestrados dentro dos quartéis e selecionados por seu porte físico, os integrantes das chamadas “Tropas do Braço” ou “Tropas Ninja” – como ficaram conhecidos os pelotões nos jornais da época<sup>2</sup> –, receberam um treinamento específico com foco no aprendizado de técnicas e de golpes provenientes de diferentes artes marciais e esportes de combate. O empreendimento buscava tornar tais técnicas “operacionais” e eficazes na sua ação em “distúrbios civis” e em “ocorrências cotidianas”<sup>3</sup>, reduzindo a utilização de armas por parte dos policiais em situações críticas em que este uso pudesse oferecer risco aos membros da sociedade civil.

Segundo o capitão Emerson Massera, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo<sup>4</sup>, o objetivo do pelotão seria agir pontualmente, imobilizando pessoas que pudessem atentar contra a segurança dos policiais ou que praticassem atos de vandalismo. Infiltrados nas manifestações, estes policiais atuariam sem equipamentos que pudessem gerar danos ou lesões mais graves aos abordados, como justificativa à adequação dos pelotões aos mais “humanitários” métodos de ação policial.

Os casos em que o pelotão fora empregue chamaram a atenção dos meios de comunicação e da população em geral, sobretudo pela quantidade de detenções e de ações violentas contra manifestantes e membros da imprensa. Imagens em que policiais agiam com o

---

<sup>1</sup> Nos referimos aqui às manifestações que tiveram origem com o “Movimento Passe Livre”, contra o aumento das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo; o movimento “Não vai ter Copa”, que surge após denúncias de corrupção envolvendo o evento que seria sediado no Brasil; e os movimentos contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o Golpe de 2016. Nestas manifestações, houve confrontos diretos entre policiais e manifestantes, verdadeiros episódios de guerra na cidade de São Paulo, em que foram empregues as técnicas e os procedimentos que serão alvo de análise deste trabalho. Em outras manifestações ocorridas no período, como aquelas convocadas pelo “Movimento Brasil Livre” e grupos favoráveis ao Golpe, porém, não houve confrontos violentos com os policiais, sendo eles exaltados como “heróis” e “nacionalistas”, posando para fotos e batendo continência junto aos manifestantes. Estes episódios não serão abordados, mas servem para informar e atestar a posição assumida pelos meus interlocutores diante do cenário político em que esta pesquisa se desenvolveu.

<sup>2</sup> Acessado em 21 de junho de 2017, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1411475-policia-militar-vai-usar-tropa-do-braco-em-protostos-em-sp.shtml>.

<sup>3</sup> Cabe aqui um esclarecimento inicial. Tomei o cuidado de enunciar entre aspas as formas como meus interlocutores se referem aos procedimentos que realizam, a fim de separar os enunciados nativos e as elucubrações do pesquisador.

<sup>4</sup> Acessado em 21 de junho de 2017, disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral/policia-militar-de-sp-vai-usar-tropa-ninja-desarmada-em-protesto-hoje-imp-,1133218>.

uso da força em excesso ganharam destaque na mídia em um período em que a corporação também era questionada pelo gradativo aumento dos índices de violência e da letalidade policial<sup>5</sup>. Este excesso se caracterizava pelo uso de golpes marciais somados aos golpes de cassetetes dos policiais, que agiam em conjunto sob um único indivíduo, ainda que este ou os demais não oferecessem resistência à ação policial.

*Figura 1 - Ação policial em manifestação ocorrida em 2014 contra a Copa do Mundo*



Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/02/pm-usa-tropa-do-braco-e-detem-cerca-de-120-em-protesto-em-sp.html>

Estes episódios, além de marcarem a história nacional, evidenciaram um alegado despreparo da corporação para o uso progressivo da força, uma vez que os policiais deveriam agir apenas de forma responsiva à ação de seus abordados, como regimentado pela ONU em suas diretrizes para a atuação policial (ONU, 2002).

Além destes casos e outros, em que foram utilizados métodos de *menor potencial ofensivo* como sprays de pimenta e bombas de efeito moral contra a população, o Estado de São Paulo e a Polícia Militar foram condenados em primeira instância pelo juiz Valentino Aparecido de Andrade, em 2016, a pagar R\$ 8 milhões por danos morais e sociais aos manifestantes e aos movimentos sociais, devido às suas ações violentas<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Ver Atlas da Violência, 2016.

<sup>6</sup> Acessado em 21 de junho de 2017, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1824607-estado-de-sp-e-condenado-por-excessos-da-pm-nas-manifestacoes-de-2013.shtml>.



Não apenas limitados aos agentes que fizeram parte destes pelotões, os questionamentos sobre o treinamento e sobre as práticas policiais militares sofreram um reforço crítico nos últimos anos (ADORNO; MINAYO, 2013; CUBAS, 2013; CERQUEIRA et al., 2016). Além do demasiado uso de armas de fogo, responsável pelo insistente aumento do número de mortes por ação policial<sup>7</sup>, as técnicas e os procedimentos realizados pela PM permaneceram sob a vigilância de grupos ligados aos Direitos Humanos, às mídias alternativas, como o “Mídia Ninja”, e por acadêmicos que desenvolviam pesquisas sobre a violência e a segurança pública no Brasil e no Estado de São Paulo (ADORNO, 2014; CARDIA, 2013; CUBAS et al., 2015; FRANÇA; GOMES, 2015).

Sem armas, os policiais estariam realmente preparados para agir de maneira progressiva no contato com os civis? Como ocorre o treinamento do policial militar e em que medida ele é preparado pela corporação para fazer o uso físico e gradual da força? Há uma real relação entre o treinamento em artes marciais e a capacitação do policial militar que visa os métodos mais “humanitários” de ação?

O treinamento em Defesa Pessoal, disciplina que engloba instruções em que as técnicas de diferentes artes marciais são ensinadas e aplicadas junto aos Procedimentos Operacionais Padrão (POP)<sup>8</sup>, é parte obrigatória dos cursos de formação tanto de praças como de oficiais da corporação. Este treinamento possui a finalidade de capacitar o agente a munir-se de seu corpo como um recurso de autoproteção, versando o policial militar em diferentes técnicas de combate corpo a corpo, possíveis de serem aplicadas em suas missões nas ruas.

Imersos nas instruções, os policiais militares experimentam com o corpo os diversos níveis da violência que podem fazer uso, acostumando-se com eles. Com o corpo e pelo corpo, aprendem a utilizar técnicas marciais para potencializar sua ação, sua força e seu poder de dano. O treinamento torna-se parte do processo de domesticação do policial, pela inculcação da disciplina junto ao treino físico e pela socialização da violência enquanto uma linguagem por meio da qual operará nos quartéis e nas ruas<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Dados presentes no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

<sup>8</sup> Os Procedimentos Operacionais Padrão são métodos e maneiras prescritas pela corporação policial que informam o modo de maior eficácia para a realização de uma determinada tarefa ou abordagem nas ruas. Os POP foram incorporados ao treinamento e ao ofício policial, advindo das teorias organizacionais da Administração, como um meio de reduzir condutas indesejadas pelos policiais. Voltaremos aos POP no capítulo 4, quando descreveremos seu exercício pelos policiais.

<sup>9</sup> Domesticação, como a entendemos a partir de Leirner (2012), é o processo pelo qual os militares são submetidos às lógicas de comando e de operação, de disciplina e de hierarquia, adentrando à casa de guerra e aprendendo como nela se portar, deixando sua condição de civil para efetivamente se tornar um militar. Para tanto, padroniza-se movimentos, assume-se posições e posturas, reconhece-se os amigos e identifica-se os inimigos, adentra-se para executar protocolos e missões de maneira uniforme e efetiva sob o controle e o comando dos superiores na cadeia hierárquica.

Em meio aos seus usos, o corpo do policial militar ganha centralidade enquanto um veículo por onde a corporação e o Estado agem (VICENTINI, 2014), instrumento técnico capacitado e disciplinado para o uso legítimo da força e da violência (WEBER, 2003), e lócus modelador de sua pessoa em meio às noções de disciplina e de hierarquia que organizam suas relações dentro e fora da caserna (CASTRO, 1990; DURÃO, 2006; LEIRNER, 1997, 2006, 2012; SILVA, 2011; VICENTINI, 2014).

Diante desta centralidade, a Educação Física emerge como disciplina a serviço da domesticação militar, aprimorando as “habilidades naturais” dos soldados, tornando-os treinados e prontos para o seu ofício (BRASIL, 2002; POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1993). Poucos, contudo, são trabalhos que abordam especificamente o treinamento físico militar brasileiro, dialogando com questões de cunho antropológico (CASTRO, 1997; STORANI, 2008). Até hoje, apenas um único trabalho foi escrito sobre a prática de artes marciais na caserna enfocando o treinamento do Exército (CANTANHEDE; REZENDE; NASCIMENTO, 2010), e nenhum sobre este treinamento nas academias e nas escolas de formação da Polícia Militar<sup>10</sup>.

Como ocorre o treinamento de Defesa Pessoal e como os policiais militares concebem o uso de seus corpos em seu ofício? Como as instituições militares domesticam, padronizam e militarizam as técnicas do corpo marciais<sup>11</sup>? De que modo o estudo e a observação do treinamento físico policial militar, tendo como objeto a prática de artes marciais e de defesa pessoal, contribuem para o debate sobre a violência policial no Brasil?

Estas, dentre outras, são algumas das questões que este trabalho procura abordar, elencando experiências de campo vividas dentro e fora dos quartéis, junto às associações civis de artes marciais, e a participação do antropólogo em instruções de Defesa Pessoal de uma escola da Polícia Militar paulista.

---

<sup>10</sup> Dentre os trabalhos realizados internamente à corporação por oficiais em formação, meus interlocutores ressaltaram a escassez de pesquisas sobre o tema, tornando o assunto ainda mais nebuloso em termos de referências. Fui procurado inclusive por oficiais que realizavam a atualização de seu manual como o único pesquisador civil até então a ter se interessado e estudado a Defesa Pessoal da polícia militar. Segundo eles, além desta pesquisa, somente um outro pesquisador - um oficial da PM - estaria estudando o assunto após anos da implementação do treinamento na corporação.

<sup>11</sup> Evidencio aqui um primeiro apontamento teórico acerca no caminho conceitual que este trabalho seguirá, a partir do conceito de Mauss (2008) de técnicas do corpo, somado ao conceito de marcial que também abordarei com maiores detalhes durante o Capítulo 1.

## Da “participação observante” como aporte metodológico

A proposta metodológica adotada para a realização desta pesquisa segue os passos de Wacquant (2002), que sugere munir-se do próprio corpo enquanto um instrumento do fazer etnográfico, assim como descrito em seu livro *Corpo e Alma*. O autor enuncia como *ferramenta* metodológica a aquisição de um *habitus marcial* por parte do etnógrafo (WACQUANT, 2013a), ou seja, de uma experiência de aprendizado carnal e nevrálgica por meio da prática constante de combate, na interação entre pesquisador e seus sujeitos.

Codificado por meio do exercício, do treinamento e das interações físicas em um ambiente de violência controlada<sup>12</sup>, o corpo se torna ponto nodal das relações entre o indivíduo e o coletivo, socializando por meio da ação em experimentações cinéticas entre ossos, músculos, nervos, sangue e suor (WACQUANT, 2013b), e servindo como dispositivo que conecta e aproxima o etnógrafo à realidade nativa na qual se aventura.

Na esteira de Wacquant, realizei o trabalho de campo participando de uma instrução de Defesa Pessoal com os policiais militares em cursos de formação internos da Polícia Militar paulista, bem como por meio da observação distanciada de uma competição desportiva marcial interna à corporação. Meu intuito era entender na prática, através do corpo, por quais experiências, normas e regras os policiais militares aprendiam as técnicas e como eles significam o treinamento de artes marciais nos quartéis. Haveria uma diferenciação entre Defesa Pessoal e as artes marciais? Como um treinamento complementar ou se afastaria do outro? Como os policiais significavam e executavam tais técnicas e aprendizados no cotidiano do seu ofício?

A escolha por este caminho não foi feita por acaso. Minha relação com as artes marciais começou por uma necessidade: eu, que havia nascido prematuro, precisei praticar várias modalidades desportivas desde pequeno para assegurar o desenvolvimento de meus pulmões. Inicialmente, me aventurei nos treinos de Karatê e de Judô durante a pré-escola, ministrados como complemento à Educação Física, uma vez que não conseguia acompanhar os colegas nos treinos de futebol. Permaneci nestas práticas até a metade do ensino fundamental, quando as abandonei para treinar Capoeira Regional da Bahia durante sete anos, interrompendo o treinamento para me dedicar ao vestibular.

---

<sup>12</sup> No caso das artes marciais e dos esportes de combate, falamos de violência controlada seguindo os passos de Gastaldo (1995), que demonstra por meio de seu campo junto à *forja dos homens de ferro*, que os treinos e a imersão dos competidores nos campeonatos de luta livre favorecem a total devoção do praticante às regras do desporto e do controle da violência em diferentes limiares.

Meu retorno às artes marciais se deu com um dos primeiros episódios da construção desta pesquisa. Eu estava no penúltimo ano da graduação, em 2013<sup>13</sup>, quando tive que lidar, junto à minha família, com o câncer terminal de minha avó, o que fez com que eu me deslocasse cotidianamente de São Carlos à Ribeirão Preto (como disse, minha cidade natal), para cuidá-la paliativamente. Na época, eu era professor e coordenador de um cursinho popular da Universidade, tendo como aluno um militar da reserva, o Prado<sup>14</sup>, filho de um Capitão das Forças Especiais do Exército, que diante de minha postura com as questões familiares me convidou a treinar o *Jutaijutsu*<sup>15</sup> com um grupo de civis e militares (policiais, bombeiros e praças da reserva do Exército). Todos os participantes do grupo, que se autodenominava um *clã*, foram convidados a treinar por possuírem um perfil específico que “atendia” aos parâmetros e aos valores prezados pelos militares: o cuidado com a família; não possuir ficha criminal; ter uma vida saudável; não ter envolvimento com drogas e possuir um biótipo favorável. Aceitei o convite como uma forma de buscar o equilíbrio diante das dificuldades, por meio do exercício físico e de certa disciplina do treinamento marcial que já conhecia pelas experiências pretéritas.

Aos poucos e observando o treinamento, identifiquei uma mudança radical de conceitos pertinentes à prática das artes marciais tais como os havia vivido na infância e na adolescência. O grupo replicava, durante os exercícios, alguns conceitos e valores provenientes do mundo militar, e os engendravam durante o treino marcial, priorizando mais uma eficácia em combates reais do que o aperfeiçoamento moral e físico como havia me dedicado até então.

Enquanto nas experiências pretéritas com as artes marciais o treinamento de combate reforçava atributos e valores que incidiam diretamente na conduta pessoal fora dos treinos, em que a violência deveria ser suprimida na vida cotidiana, na experiência com o grupo, o treinamento de combate se sobrepunha às questões morais e simbólicas, prezando principalmente pela diluição da individualidade do praticante e pela sua imersão em uma experiência de comando e de obediência que replicava o cotidiano de uma instrução militar, sendo a violência um recurso possível de utilização em qualquer momento na vida do praticante.

Imersos nos treinos, os praticantes transformavam-se em seres militarizados que, ainda que não pertencessem aos quadros que fazem o uso legítimo da força e da violência, aprendiam

---

<sup>13</sup> Ano ainda em que vários de meus colegas e professores foram às ruas nos protestos anteriormente mencionados.

<sup>14</sup> Todos os nomes referidos neste trabalho são fictícios, assegurando o anonimato de todos os interlocutores com que mantive contato durante o desenvolvimento do projeto e a realização do trabalho de campo.

<sup>15</sup> Segundo este interlocutor, uma arte marcial que prezava o uso de técnicas de submissão e o uso de golpes visando à inutilização dos oponentes, treinada na caserna a partir de um mestre japonês que se refugiara no Brasil durante a Segunda Guerra mundial. Procuramos referências bibliográficas sobre o assunto, contudo nada foi encontrado, permanecendo a palavra de nosso informante a nossa única fonte.

a delas se valerem em suas vidas cotidianas, como um meio de defesa pessoal.

O treinamento ainda implicava, sob meu ponto de vista e a partir de experiências com outros iniciantes, uma *transformação da pessoa* do praticante, que começava a adentrar a lógica e a perspectiva militar por outros meios: a constante sensação de perseguição, a desconfiança com todo e qualquer indivíduo que se aproximasse, o andar pelas ruas em constante vigilância e com o corpo pronto para reagir, sempre com um semblante sério e com o permanente sentimento de estar em meio a uma guerra não declarada contra um inimigo etéreo.

Aliados a esta versão militarizada da arte marcial, que militarizava também a perspectiva dos praticantes, eram ensinados os exercícios baseados no Treinamento Físico Militar – TAF<sup>16</sup> do Exército: flexões com o punho cerrado, abdominais, polichinelos, corridas etc. Estes exercícios eram constantemente realizados como um meio de restituição da honra por algum erro cometido, passível de punição (os chamados *pagamentos*): todos os presentes eram obrigados a realizá-los até a exaustão, seguindo a voz de comando do *sensei*<sup>17</sup> responsável.

O método era eficiente no disciplinamento do corpo que, aos poucos, torna-se tanto rígido e forte quanto dócil, munido de calos e de hematomas. Eram ainda realizadas incursões do grupo em trilhas de mata fechada e treinos em locais de difícil acesso onde ministravam técnicas de sobrevivência, de localização geográfica e de uso de armas brancas como facas e bastões.

Para além das implicações físicas do corpo, o treinamento replicava outros preceitos e valores do militarismo. A hierarquia do grupo seguia a hierarquia militar e se estendia diante da vida cotidiana: todos os praticantes mais novos deveriam saber a posição hierárquica dos mais velhos, cumprimentá-los um a um, dos mais graduados aos menos. Era preciso tomar a iniciativa de fazê-lo quando avistados nas ruas, praças ou quaisquer outros locais, caso contrário, haveria mais punições e pagamentos durante os próximos treinos.

Diante das dificuldades enfrentadas na vida pessoal, a prática marcial com o grupo permitiu que eu tivesse um primeiro contato com o mundo militar. Até então, o máximo de proximidade que havia tido com militares foi durante as visitas aos quartéis e às escolas das Forças em eventos comemorativos e a minha apresentação e dispensa no Tiro de Guerra, além de ter sido alvo de abordagens da polícia em algumas ocasiões. Cabe salientar que não possuía

---

<sup>16</sup> Parte fundamental que informa a aptidão física do militar, seja das Forças Armadas, seja das Polícias, o TAF é responsável pela manutenção do corpo e da pessoa militar, inclusive diante da hierarquia, colocando o corpo como ponto nodal que conecta o indivíduo à corporação que o esquadrinha, o julga suficiente ou não, e o seleciona para o cumprimento de suas funções.

<sup>17</sup> Praticantes mais velhos, testados e aprovados por sua perícia e que, tanto por isso, podem ministrar aulas, sendo considerados como mestres.

pretensões de realizar pesquisas sobre a temática militar ou sobre artes marciais, tendo a prática se tornado parte de meu cotidiano após o falecimento de minha avó e a continuação dos estudos na universidade.

Foi então que, em uma situação limite durante a prática, o olhar antropológico revelou um campo fértil de análise por meio do qual poderia explorar possíveis conexões entre as técnicas marciais e a forma como militares as concebem e delas fazem uso em sua preparação para o combate e para a guerra.

Era um domingo de treino pela manhã quando os *senseis* requisitaram que, em duplas, um praticante desferisse golpes em seus companheiros de treino como uma forma de treinar e de ampliar a resistência à dor. Este tipo de exercício é comum no treinamento de artes marciais e de esportes de combate, no entanto, ali tomou um rumo diferente deste propósito. Ao invés de realizá-lo de forma progressiva, fora-nos ordenado que golpeássemos um ao outro sem restrição de força, somado a uma constante verbalização de incentivos por parte dos *senseis* para causar danos aos companheiros de treino e ver até que ponto eles conseguiriam suportar.

Este evento desencadeou uma reversão dos valores que possuía até então, internalizados pelas práticas precedentes. Ver os demais colegas executando golpes e continuando a desferi-los mesmo com seus companheiros indo ao chão, desfalecidos ou sangrando, fez emanar um sentimento de ódio e/ou raiva, sentido e vivido com outros alunos como uma positividade dos golpes, transformando o exercício em uma forma de exaltação indiscriminada da violência.

Significativa parte das minhas experiências com as artes marciais me enunciavam que realizar este tipo de exercício feria o propósito do treinamento marcial que aprendi tanto nas práticas de origem japonesa quanto na Capoeira, visando o autoconhecimento, o domínio de si e o controle da força e do “ego” para podar a violência desmedida, antes mesmo da eficácia em combate. Isso não significa que essas artes não foram ou não são praticadas por outras pessoas com esses propósitos. Entretanto, são raros os casos em que há um incentivo à violência nos *dojos* e nos centros de treinamento, com o propósito de ferir efetivamente o companheiro de treino ou quaisquer outras pessoas sem que se esteja em um combate real dentro de alguma competição, mediada por regras e por juízes, com o objetivo da vitória.

Diante do episódio, me neguei a realizar o exercício, mobilizando inclusive minha posição de civil e de praticante de artes marciais, que em muito se afastavam do que ali era proposto. A atitude gerou risos dos praticantes militares mais velhos e *senseis*. Vendo meu nítido estranhamento, Prado pediu a atenção de todos e me indagara: “E se receber uma missão onde tenha de matar alguém? No começo, você até fica pensando, não dorme direito, mas depois é um prazer: mais uma missão cumprida. [...] Se você fosse um militar, saberia que se preciso

daria a vida pela sua pátria, ou melhor, mataria por ela, e se necessário, *com as próprias mãos*” (ênfase minha). O episódio marcou tanto o encerramento de minha participação nos treinos com o grupo, quanto o início dos questionamentos acerca do treinamento físico militar.

Como as artes marciais e os esportes de combate passaram a ser empregados como exercícios de combate corpo a corpo e de defesa pessoal no treinamento militar? Como estes treinamentos auxiliariam a construção de uma perspectiva em que a metáfora guerra converte a realidade cotidiana em campo de batalha? E por fim: como o pesquisador poderia se valer destas experiências de estranhamento como parte de seu aporte metodológico?

Buscando a bibliografia sobre militares, encontramos em Castro (1990) um primeiro exemplo da participação de um etnógrafo em meio ao treinamento militar brasileiro. Em seu campo na caserna, Castro pôde participar de um exercício conhecido como F.I.T. – Fibra, Iniciativa, Tenacidade –, que marcava o encerramento das instruções práticas do 1º ano do curso de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O objetivo do exercício era percorrer locais espalhados pela escola e realizar provas de perícia física em testes práticos com bombas, transposição de obstáculos com cordas, tiro instintivo e outros. O autor, em síntese, narra a experiência como uma imersão do antropólogo na realidade nativa pela prática:

Durante o exercício vivi algo que, com evidente exagero, chamaria de “amnésia antropológica”. Para usar uma expressão contemporânea, “entrei no barato” e esqueci, em boa parte do tempo, do fato de que estava ali como um pesquisador. A integração com os colegas de patrulha foi o principal estímulo a essa “amnésia”. À medida que o tempo passava eles iam me dizendo que eu “realmente parecia um militar”, que “estava na profissão errada”, que “depois dessa” eu iria querer entrar para Academia. Durante os deslocamentos, que deveriam ser feitos “em situação” – isto é, como se fosse uma situação de guerra real -, corri, escondi-me e “ralei” junto com os cadetes. Eles por várias vezes me chamaram de “guerreiro” – tratamento comum no Exército – e disseram que a minha vocação era ser infante – com o que, então, quase concordei (CASTRO, 1990, p. 167).

Esta experiência teria consolidado tanto as relações do pesquisador com os outros cadetes e oficiais, como ainda colocado em evidência os limites das relações que estabeleceu com seus interlocutores militares enquanto um civil. Ainda, para além destas questões, o pesquisador pôde investigar e explorar relações que só se tornaram possíveis na medida em que colocara seu corpo e sua pessoa em meio às práticas de seus sujeitos, experimentando a preparação para a guerra como um deles.

Em outros textos mais antigos, encontramos percepções parecidas em que o etnógrafo se coloca na análise por meio de suas percepções sobre o seu corpo e o seu uso. Seguindo algumas pistas já escritas por Hertz em seu texto *A preeminência da mão direita*, datado de

1909, Mauss (2008) experimentou e explorou o próprio corpo enquanto lócus da inscrição da cultura, comparando suas próprias técnicas corporais com outras análogas, realizadas de sociedade para sociedade, como o nado, a marcha, a dança e a guerra. Em primeira pessoa, ele descreve sua observação em relação às técnicas do corpo, como delas se vale e do controle de seu instinto, tornando-as e tornando-se objeto de análise:

Outrora nos ensinavam a mergulhar depois de ter aprendido a nadar. E, quando nos ensinavam a mergulhar, nos diziam para fechar os olhos e depois abri-los dentro d'água. Hoje a técnica é inversa. Começa-se toda a aprendizagem habituando a criança a ficar dentro d'água de olhos abertos. Assim, antes mesmo que nadem, as crianças são treinadas sobretudo a controlar reflexos perigosos mais instintivos dos olhos, são antes de tudo familiarizados com a água, para depois inibir seus medos, criar uma certa segurança, selecionar paradas e movimentos. Há, portanto, uma técnica do mergulho e uma técnica da educação do mergulho que foram descobertas em meu tempo. E vejam que se trata claramente de um ensino técnico, e que há, como para toda técnica, uma aprendizagem do nado. Por outro lado, nossa geração, aqui assistiu a uma mudança completa de técnica: vimos o nado a braçadas e com a cabeça fora d'água ser substituído pelas diferentes espécies de crawl. Além disso, perdeu-se o costume de engolir água e de cuspi-la. Pois os nadadores se consideravam, em meu tempo, como espécies de barcos a vapor. Era estúpido, mas, enfim, ainda faço esse gesto: não consigo desembaraçar-me de minha técnica. Eis aí, portanto, uma técnica corporal específica, uma arte gímnica aperfeiçoada em nosso tempo (MAUSS, 2008, p. 402).

Seria infundável mostrar a importância do instinto em matéria de psicologia coletiva. Por um lado – e sempre soubestes disto –, a vida social não é senão o instinto gregário hipertrofiado, alterado, transformado e corrigido. Aqui também minhas experiências de homem normal, na guerra, me fizeram violentamente sentir essa força física e moral, simultaneamente segregativa e agregadora do instinto, simultaneamente expansiva e inibidora, que anima ou desencoraja todo indivíduo, conforme nossa personalidade esteja ou não ameaçada. Também senti que o homem forte é antes de tudo aquele que resiste ao instinto ou, mais exatamente, aquele que o corrige graças a outros instintos (MAUSS, 2008, p. 330).

Para seguir os passos de Mauss e de Castro e inquirir sobre o treinamento militar, eu precisaria pleitear minha participação junto ao treinamento militar, empregando meu próprio corpo, seus sentidos, sentires e estranhamentos como parte do processo etnográfico, em que a experiência pretérita com as artes marciais poderia se tornar um campo fértil para a comparação entre o que se é treinado nos quartéis e o que se é ensinado nas academias e nos *dojos*<sup>18</sup>.

Seguindo essa pista, encontraríamos em Elias (1992) o embasamento teórico apropriado para guiar nossas observações, tomando como parte da análise a conversão das artes marciais em táticas militares e vice-versa. Segundo o autor, as transformações e as implicações do

---

<sup>18</sup> Locais de treino de artes marciais de origem japonesa.



universo social no plano individual (reciprocamente) possuiriam uma perspectiva sistêmica de transformação progressiva dos costumes, atribuindo-lhe um caráter histórico. Seria preciso levar em conta não só o fenômeno – o uso das artes marciais e dos esportes de combate no treinamento militar –, mas o processo – a gradativa incorporação das práticas marciais à lógica militar e à sua operacionalização nas ruas. Dessa forma, as percepções sobre as artes marciais e as técnicas de combate poderiam ser analisadas em ambos os contextos: mas como as mesmas técnicas poderiam ser treinadas e, ao mesmo tempo, terem aplicações e regulações distintas em relação ao uso da força e ao controle da violência?

Apesar de toda a escolha metodológica possuir seu “calcanhar de Aquiles”, ao me colocar em relação com meus interlocutores durante suas instruções, munido de um conhecimento prático das artes marciais e de conhecimento teórico sobre o cotidiano militar, procurei realizar esta pesquisa explorando a gradativa *esportificação*<sup>19</sup> do treinamento militar, a incorporação das artes marciais às táticas militares e como, aos poucos, tais processos transformaram o modo por meio do qual o Estado treina e capacita seus agentes para o ofício militar.

Acompanhado do resgate deste processo histórico, a experiência etnográfica proporcionou ao pesquisador o desenvolvimento de uma capacidade perceptiva que não se restringiu à observação distanciada pelo olhar. Através do corpo em movimento, foi possível entrar em relação com os policiais militares, observar e sentir as forças que agem sobre eles, conformando-os e modificando-os para além do visível, em suas instruções e práticas na caserna. Foi possível levar a sério a proposição de Marx (2004) de que o homem é um animal que sofre, sentindo na própria carne o que é velado pelas aparências, mas que está encarnado nos corpos e que extrapola ou – nas palavras de Ingold (2015) – transborda os limites impostos pela pele, ao compartilhar experiências somáticas como a dor e a cinética dos corpos que agem de forma silenciosa durante os treinamentos de combate (WACQUANT, 2002).

Munido deste “caminho” metodológico e com uma “boa fé” no trabalho de campo, iniciei minhas incursões.

## **Etapas do trabalho de campo**

---

<sup>19</sup> Esportificação aparece neste trabalho como um conceito de Elias (1992), que será revisitado e aprofundado ao longo do trabalho.

A primeira etapa desta pesquisa foi realizada por meio de um duplo esforço: o primeiro, com a participação do etnógrafo em treinos de diferentes artes marciais e esportes de combate, ofertados por academias e por associações civis no intuito de aprender como praticantes de artes marciais as entendem e as concebem em suas vidas cotidianas; o segundo esforço se deu ao realizar o resgate histórico do uso militar das artes marciais pelo mundo e da sua consolidação no treinamento físico militar brasileiro, das Forças Armadas (principalmente do Exército) e das Forças Auxiliares (tendo como foco a Polícia Militar do Estado de São Paulo).

Esta etapa precedeu nossas tentativas de acesso ao campo na caserna, prezando por tornar evidentes as trocas realizadas entre as Forças de diferentes países e a emergência dos esportes marciais como parte integrante da educação física militar no período Pós Grandes Guerras. Para compilar estas narrativas, foram elencadas as perspectivas de historiadores e de antropólogos sobre o tema, junto aos conhecimentos e histórias de mestres e de *senseis* de diferentes modalidades e práticas marciais, traçando um panorama geral sobre a disseminação de técnicas de combate corpo a corpo e de defesa pessoal militares, e, ainda, mapeando sua transformação e sua conversão em artes marciais e em esportes de combate ao longo da história mundial, cujas experiências constituem parte do Capítulo 1 e do Capítulo 3.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu durante as tentativas de acesso ao campo nas instituições militares, entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Ao colocar em perspectiva as dificuldades enfrentadas na relação entre antropólogo – buscando observar e descrever as relações que ocorrem *dentro* da caserna – e seus interlocutores militares – que tentam mantê-las em sigilo, *camuflando-as* aos interesses civis –, foi possível repensar a forma como instituições militares – que ocupam posições centrais no Estado – atribuem sentido e significado às iniciativas civis de pesquisa que se propõem a explorar a vida cotidiana dos quartéis.

Nesta etapa, minha posição enquanto antropólogo em campo, constantemente questionada por meus interlocutores, foi superada por minhas experiências e histórias enquanto praticante de artes marciais – condição mais próxima à realidade militar. Além de controlar e de restringir o acesso às informações, de estabelecer regras de conduta sobre o que se pode e o que não se pode observar, meus interlocutores atribuíram uma função ao projeto, na tentativa de cooptar a pesquisa aos interesses da corporação. Estas experiências estão cronologicamente descritas no Capítulo 2.

A terceira e a última etapa de observação ocorreu em dois momentos distintos: o primeiro, com a participação do antropólogo em instruções da disciplina de Defesa Pessoal oferecidas na Escola de Educação Física (EEF) da Polícia Militar do Estado de São Paulo

(PMESP), ministradas aos alunos oficiais do curso de Bacharelado em Educação Física da instituição; e o segundo, com a observação de um torneio desportivo interno da corporação em que policiais militares competiram no Jiu-Jítsu, treinado em seus batalhões de origem como complementação ao treinamento físico militar. Estas observações foram realizadas com o intervalo de um ano entre ambas, devido ao acidente supramencionado. As experiências relacionadas a esta etapa da pesquisa de campo constituem os Capítulos 4 e a Conclusão deste trabalho, em que é narrado como ocorrem as instruções e como os policiais concebem o treinamento marcial dentro e fora dos quartéis.

## CAPÍTULO 1. AS ARTES MARCIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

As artes marciais, como as conhecemos popularmente, nos remetem a uma realidade muito distinta da guerra efetiva. Isto porque elas descendem de práticas prístinas de combate corpo a corpo que gradativamente se afastaram do seu fundamento militar e mesmo do seu uso restrito no campo de batalha, tornando-se acessíveis e praticáveis por pessoas que não se devotavam a atividade guerreira. O distanciamento entre essas práticas reflete ainda no distanciamento entre dois conceitos que serão fundamentais para nossas análises no decorrer deste trabalho: militar e marcial.

Na esteira de Clausewitz (1996), quando utilizamos o conceito *militar*, nos referimos a toda e qualquer relação com a guerra que envolva o uso da coerção por uma instituição, um governo ou um Estado, como as Forças Armadas, e cujo objetivo final é o combate, a eliminação do inimigo ou a sua submissão. Por sua vez, sempre que a expressão combate corpo a corpo e defesa pessoal militar for mobilizada no decorrer deste texto, indicará práticas efetivas do uso do corpo como arma em situações enfrentadas por guerreiros, por militares das Forças, por policiais e por agentes de segurança pública, cujo uso da força e da violência são exercidos para a *legítima defesa*<sup>20</sup>.

Já *marcial* – tal como aparece nas artes marciais – é empregue, assim como o sentido de militar, como relativo à guerra, contudo sem vínculo com o uso da força institucional. As artes marciais, que descendem diretamente de táticas de guerra militares milenares, se distanciaram progressivamente da caserna, tendo se *esportificado* (ELIAS, 1992; GASTALDO, 1995) e passíveis, portanto, de serem treinadas em ambientes fechados como academias e *dojos*. O objetivo de seu treinamento é a preparação para o combate, virtual ou desportivo, seguindo leis e interiorizando condutas que são prescritas e ensinadas por cada prática. Quando o combate ocorre, a violência é sistematicamente programada, obedecendo a regras que coadunam com os limites socialmente aceitos de seu uso sob vigilância de juízes e de árbitros, equiparando forças, ampliando as expectativas do duelo e a excitação tanto dos lutadores quanto dos espectadores.

Desta forma, seguindo os apontamentos feitos por Sánchez Garcia e Spencer (2013a), quando falamos em artes marciais, nos referimos a toda e qualquer prática de combate que envolva uma tradição de treinamento, com regras e com fundamentos definidos e que podem

---

<sup>20</sup> Nota-se que há defesas pessoais militares praticadas por civis como o Krav Magá israelense, que hoje são ensinadas no Brasil por instrutores formados pelo Exército, conforme será relatado no Capítulo 2.

ou não ter o combate como objetivo final. Neste sentido, o que no senso comum é considerado como um esporte de combate (como, por exemplo, o Boxe), também aparece aqui como uma arte marcial, com origem no treinamento militar e que paulatinamente se esportificou, como veremos mais detalhadamente no Capítulo 3.

Enquanto algumas artes marciais visam o treinamento desportivo com um grau mais acentuado de violência e de efetividade em combate, cujo objetivo final é a vitória pela eliminação das capacidades de combate do oponente, como ocorre em lutas de *full contact* – combate corpo a corpo direto como a Luta Livre, o Boxe, o MMA e o Jiu-Jítsu (GASTALDO, 1995) –, outras prezam pelo desenvolvimento pessoal e pelo disciplinamento físico-moral do praticante a partir de sua imersão nos fundamentos e nos valores transmitidos por uma tradição – como acontece no Kendo, no Iaido, no Aikido e na Capoeira –, em que mais vale a execução correta e aprimorada das técnicas em meio ao treino do que sua utilização efetiva em um combate real.

Em ambas – defesa pessoal militar e artes marciais –, encontramos as mesmas técnicas sendo praticadas e ensinadas, no entanto, com objetivos e aplicações distintas, de acordo com quem as pratica e quem as executa.

Neste capítulo, iniciaremos nossas reflexões partindo das artes marciais e dos esportes de combate como objetos de análise, fornecendo um panorama geral sobre o funcionamento dos treinos, sobre as relações desenvolvidas entre os praticantes, as transformações de seus corpos e sua integração na hierarquia marcial. A intenção é oferecer ao leitor alguns fundamentos e algumas etapas do treinamento das artes marciais que servem de base para compará-las com as práticas e com as instruções militares oferecidas na caserna.

Como aponta Shahaar (2011), cada prática marcial pode apresentar sentidos e significados distintos para aqueles que as treinam, seja como exercício físico ou desporto (GRAHAM, 2013), seja como auto-cultivo ou religião (BAR-ON COHEN, 2013; SÁNCHEZ GARCIA; SPENCER, 2013b). Isso porque cada indivíduo responde de modo particular às influências dos *dojos* e das academias, suas regras e tradições. A prática marcial cria laços entre coletivo e indivíduo, os mistura, os organiza e hierarquiza, transformando os modos de ser e de estar no mundo. Para compreender estes processos, abordarei a seguir algumas experiências de campo vividas pelo pesquisador em treinos, em seminários e em torneios como um aprendiz de artes marciais, recrutando, ainda, experiências do aprendiz de etnógrafo anteriores à pesquisa, cruciais para a sua concepção e o seu desenvolvimento.

## 1. 1. As casas marciais e suas hierarquias

Iniciar no treinamento marcial requer, antes de tudo, disposição para aprender e para vivenciar uma nova realidade distante da vida cotidiana. As artes marciais e os esportes de combate são práticas em que se aprende a utilizar do próprio corpo enquanto arma, haja vista que suas técnicas foram originalmente concebidas para matar ou para inutilizar inimigos nos campos de batalha. Como consequência, praticá-las envolve uma série de aprendizados e de experimentações que exigem do praticante o refinamento das percepções de seu corpo, o gradual controle de seus sentimentos e de seus instintos, bem como o entendimento dos limites do uso da força física contra seus companheiros de treino.

Os *dojos* e as academias são *casas marciais*, espaços dedicados exclusivamente ao treino e aos exercícios de combate, onde os praticantes experimentam a violência regrada e regulamentada durante as lutas. Nestes lugares, os exercícios são orientados pelos comandos dos mestres, dos *senseis* e dos treinadores, responsáveis pela transmissão dos conhecimentos marciais adquiridos ao longo de suas vidas e que pretendem conduzir o aperfeiçoamento moral e físico de seus pupilos, estando sempre atentos aos alunos, direcionando e corrigindo suas posturas e golpes.

Cada casa marcial possui suas normas internas de conduta e de etiqueta, seguindo as prescrições da tradição da arte marcial a que se dedica. Para que os praticantes sigam e internalizem estas normas, são executados ritos que reforçam valores e fundamentos de cada prática durante os treinos. Estes ritos podem ser vividos pelos praticantes de forma semelhante em diferentes casas marciais de uma mesma modalidade de luta ou, ainda, de práticas marciais da mesma origem.

Nas artes marciais japonesas, por exemplo, antes dos treinos realiza-se o *soji*, ritual de limpeza do *dojo*, em que cada praticante esfrega o chão com um pano úmido. O exercício, segundo Sensei A e Sensei R, serviria para limpar a mente e a alma dos aprendizes, lembrando-os do respeito que devem demonstrar aos mais velhos e aos mais novos dentro da casa marcial.

*Figura 2 - O soji*



Fonte: Arquivo pessoal

Quando um novato adentra o *dojo* ensina-se para ele primeiramente o *rei*, que diz respeito ao ato de reverência cujo movimento se realiza curvando-se 45° com o tronco do corpo, que deve ser feito no momento da entrada e da saída do *tatame* (espaço onde se realiza o treino dentro do *dojo*) e entre os praticantes a cada momento em que se formam duplas para a realização dos exercícios, como um cumprimento. Tal ato de reverência também se realiza em *seiza* (postura em que se permanece ajoelhado com o corpo apoiado sobre os pés e com a cabeça baixa e as mãos ao chão durante os ritos iniciais e finais de cada treino). O *rei* sinaliza o respeito dos praticantes entre si e ao *dojo*, sendo executado a cada comando dos *senseis*, no início e no término de cada treinamento coletivo.

Desrespeitar estes ritos implica, em primeira instância, agir com desrespeito aos praticantes presentes que, via de regra, estão atentos a tudo o que ocorre no local.

*Figura 3 - O rei*



Fonte: Arquivo pessoal

Nas academias e nos ringues de lutas ocidentais, as normas de conduta são transmitidas aos iniciantes no momento mesmo em que eles optam pela prática e efetuam sua matrícula na casa marcial. Em relação aos iniciantes, Wacquant (2002) e Gastaldo (1995), em seus trabalhos sobre o Boxe e a Luta Livre, descrevem algumas das primeiras orientações recebidas pelos recém-chegados, tais como: a pontualidade e a disciplina durante a rotina dos treinos; a execução dos exercícios sobre o comando dos treinadores; a total imersão nas regras das lutas – haja vista que é preciso segui-las com rigor para que o processo de tornar-se um lutador não se perca com uma desclassificação em alguma disputa –; o resguardo e até a suspensão de atos sexuais durante os períodos de treino e antes das competições; dietas saudáveis e regulamentação do consumo de álcool, dentre outras.

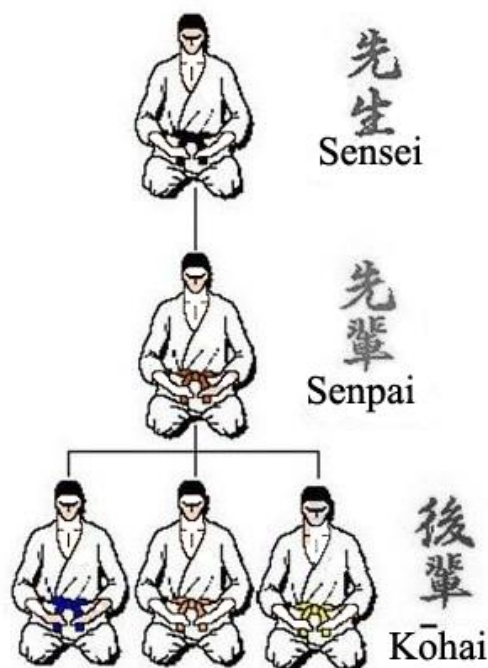
Estas normas demarcam os espaços ocupados para a prática marcial, fazendo com que os praticantes assumam uma nova postura durante o treino, distinta daquela adotada no seu dia a dia. É preciso separar os ambientes e não permitir que os pensamentos e os sentimentos da vida cotidiana interfiram no treinamento dentro da casa marcial, visto que o combate exige a atenção absoluta do praticante para que ele não se machuque ou cause prejuízos aos seus companheiros de treino.

Nas casas marciais, as relações entre os praticantes são ordenadas a partir de relações hierárquicas específicas que variam de prática para prática. Dentre elas, podemos distinguir três princípios fundamentais e comuns a todas: o tempo de treino, a performance dos praticantes e, por fim, suas conquistas durante as competições e os campeonatos.

Nos *dojos* de artes marciais japonesas, por exemplo, a hierarquia integra o iniciante à casa marcial logo em seu primeiro treino, a partir da relação *sensei-sempai-kohai-shoshinsha*. Cada *dojo* possui um *sensei*, o mestre responsável por sua criação e cujo tempo de treino e de experiência de combate é maior em relação aos demais. Abaixo dos *sensei* estão os *sempais*: alunos diretos do *sensei* com anos de prática e que possuem graduações conquistadas por meio de demonstrações de perícia técnica durante campeonatos e exames. Logo abaixo dos *sempais* estão os *kohais*: alunos mais novos e com menor tempo de treino em relação aos *sempais*, mas que já dominam os fundamentos da arte marcial. Por fim, e na base da cadeia hierárquica, estão os *shoshinshas*: iniciantes recém-ingressos na casa marcial em processo de aprendizagem básica dos golpes, dos ritos e dos fundamentos da arte marcial.



Figura 4 - Hierarquia marcial pela perspectiva temporal



Fonte: <http://senseiflavio.blogspot.com.br/2011/08/sensei-senpai-kohai.html>

Fora a perspectiva temporal, a graduação hierárquica é experimentada pelos praticantes em duas etapas distintas. No Kendo, por exemplo, quando o iniciante busca a prática e adentra o treino, é considerado 6º Kyu, em que se começa a aprender os golpes mais básicos, as posturas (*kamae*) e as técnicas de aplicação dos golpes (*katas*). Do 6º Kyu até o 2º Kyu, é de responsabilidade do *sensei* identificar e examinar o progresso do praticante, sempre atento aos *kohais*. Durante este período de observação, os *kohais* seguem treinando os golpes elementares até que o *sensei* os convide a participar de outras etapas dos treinos, momento em que também são autorizados para os exercícios de combate. É somente após os *kohais* apresentarem alguma perícia no executar das técnicas e realizarem combates com certa habilidade e destreza, é que são submetidos ao exame de *Ikkyu* – ou de 1º Kyu – durante eventos e competições.

Esse sistema hierárquico também é seguido por outras artes marciais, como o Judô e o Karatê, em que a hierarquia ora descrita é representada por meio da coloração de faixas, que informam qual o nível e a graduação do praticante. Nestes casos, o *shoshinsha* utiliza, de início, a faixa branca, ascendendo anualmente de graduação até atingir o 1º Kyu, equivalente à faixa preta que, por sua vez, atesta o conhecimento de todos os golpes e técnicas executados dentro destas artes marciais. Com a conquista do *Ikkyu*, o próximo e segundo passo na graduação hierárquica é a conquista dos títulos de *Dan*, cujas graduações variam de *Shodan* (1º Dan) à

*Hachidan* (8º Dan), sendo que a partir do 4º Dan o praticante é considerado *sensei*, habilitado, portanto, para orientar treinos em seu *dojo* de origem ou fora dele.

Para que os praticantes realizem os exames de graduação, as associações e as federações desportivas de cada prática organizam eventos regionais, estaduais e nacionais. Neles são ministrados treinos coletivos com *senseis* convidados de diferentes associações marciais do país e do mundo, ocasiões em que os praticantes têm a oportunidade de entrar em contato com outros praticantes de diferentes graduações e estilos de treino, aprendendo e aplicando novos conhecimentos que contribuem para suas performances.

Nos exames de graduação é cobrada do praticante a execução dos golpes e das técnicas com a devida maestria, compatível com a graduação almejada. Ainda faz parte dos testes a elucidação de conceitos, de regras e dos princípios da prática, aos *senseis* mais graduados e juízes. Por fim, ele ainda é avaliado em combate, tendo que atingir uma pontuação mínima e ser capaz de encaixar golpes em seu oponente durante curto período.

Após os exames, são realizados torneios em que os praticantes competem de acordo com seus níveis de graduação, tanto individualmente quanto por equipes. A classificação nos torneios não influencia diretamente à hierarquia marcial, contudo resulta em uma acumulação de prestígio tanto dos demais praticantes de seu *dojo*, quanto dos praticantes de mesma graduação de outras casas marciais.

Já nas casas marciais de lutas ocidentais, as relações hierárquicas ocorrem de modo distinto<sup>21</sup>. Nelas, os praticantes competem entre si por modalidade e por categoria de peso, a partir da aprovação e da comprovação de sua perícia técnica por parte dos treinadores. Estes, por sua vez, atuam como referência aos aprendizes, haja vista seu conhecimento técnico e sua experiência tanto em lutas e em campeonatos, quanto na formação de outros lutadores. Os treinadores repassam os exercícios aos seus pupilos, reforçando normas de conduta e estando atentos a cada um, o que inclui indicar falhas e os meios pelos quais podem aprimorar a performance nos ringues.

As relações hierárquicas asseguram a transmissão e a perpetuação das regras e das normas de conduta, por meio das quais os praticantes reforçam seu compromisso com a prática do combate dentro – e somente dentro – das casas marciais. Preza-se, portanto, que as técnicas sejam executadas estritamente nos *tatames* e nos ringues, de acordo com cada graduação e performance, seguindo as ordens dos instrutores. A conduta pretende converter a violência

---

<sup>21</sup> Apesar de algumas práticas como o Jiu-Jítsu, que descende diretamente das artes marciais japonesas e que possui uma hierarquia baseada no domínio técnico e no tempo de treino do praticante, nas lutas ocidentais não há hierarquias definidas por classificações em graduações pré-estabelecidas.

normalizada em exercício físico e mental, que disciplina o praticante para o combate ao mesmo tempo em que o afasta de seu uso desmedido e arbitrário, condenando a utilização dos golpes e das técnicas fora das casas marciais como, por exemplo, nas ruas.

## **1. 2. Corpo, técnica e performance**

A disciplina nas artes marciais, assim como nos exércitos, é ponto chave para transformar e emular o corpo, a pessoa e a performance no treinamento de combate, cuja função é ampliar os efeitos, maximizar ações, homogeneizar e padronizar os movimentos, e aprimorar as táticas. A disciplina atesta a devoção do praticante ao treinamento marcial, bem como condiciona sua graduação e seu rearranjo na hierarquia, conectando a performance física ao desenvolvimento pessoal.

Antes de adentrar ao treino de combate efetivo – o que, dependendo da prática, pode levar anos para o ocorrer – o iniciante nas artes marciais percorre um longo processo de adaptação do corpo e da mente ao seu uso durante as lutas. Ele precisa aclimatar seus sentidos ao ambiente do ringue ou do *tatame* para resistir aos exercícios a que será submetido, chegando ao limite de seus esforços físicos, em que pese, ainda, o constante impacto contra o solo e contra outros corpos durante a execução dos golpes.

Para tanto, antes de cada treino, todos os praticantes realizam alongamentos e aquecimentos específicos para cada área do corpo que será mobilizada durante os duelos. Nesta etapa, cada arte marcial prescreve uma série de exercícios voltados para otimizar a execução das técnicas e para que os iniciantes sintam com maior atenção os membros de seu corpo e como estes mesmos membros reagem aos efeitos dos movimentos.

No Judô, por exemplo, significativa parte destes exercícios iniciais está ligada aos *rolamentos*, que dizem respeito a uma espécie de deslocamento do corpo realizado no solo e que visa a acostumar o praticante a cair, com o objetivo de que aprenda a ruir ao chão quando golpeado pelo adversário, sem que se machuque. No início, o corpo resiste e se tenciona durante o exercício, fazendo com que os iniciantes não consigam executá-lo com destreza. Os choques causam dores em distintos lugares das costas e das extremidades do corpo. Com o tempo, o praticante aprende a perder o medo do impacto contra o chão, sendo capaz de se adaptar às quedas que, conforme avançam no treinamento, tornam-se mais constantes e menos dolorosas.

*Figura 5 - Rolamentos*



Fonte: <http://judoesportebrasil.blogspot.com.br/p/rolamentos.html>

Na Capoeira, por sua vez, esta etapa inicial do treino se realiza com as chamadas *quedas de rim*, exercícios que estimulam o equilíbrio e o domínio completo dos movimentos do corpo do praticante, e que são exigidos tanto na execução dos golpes quanto em suas performances dentro da roda – regadas por projeções, por saltos e por giros ritmados pelo atabaque, pelo pandeiro e pelo berimbau. Nas *quedas de rim*, os capoeiristas, equilibrando-se tão somente por seus punhos no chão em diferentes posturas, têm de manter seus corpos suspensos no ar, fortalecendo os tendões que receberão o impacto das projeções ao solo.

Acostumados aos movimentos e com o corpo calibrado, a segunda parte dos treinos consiste no aperfeiçoamento dos golpes e em sua execução. Neste momento, os iniciantes dedicam-se a aprender as posturas de combate (também conhecidas como *kamaes*, guardas ou bases), que servirão de referência para o seu deslocamento durante a execução dos golpes e de alicerce para a execução de qualquer movimento de ataque ou de defesa.

A base é o primeiro mecanismo de linguagem de combate que o corpo aprende. Cada arte marcial possui determinadas posturas de guarda, sendo que algumas são específicas de uma única modalidade como, por exemplo, a *ginga* da Capoeira e a *guarda alta* do Boxe, enquanto outras bases são comuns entre várias artes marciais de mesma origem como, por exemplo, o *kiba dachi* ou a “postura do cavalo” presente nas artes marciais japonesas como o Karatê, o Judô e o Aikido. Somente depois de aprender a base é que o iniciante começa a treinar os demais movimentos.

Com a base firme, o próximo passo no treinamento marcial é o aprendizado gradativo da execução dos golpes. Os golpes são ações que canalizam a energia do praticante para imprimir força, velocidade e potência em movimentos corporais empregues com o objetivo de atingir um ou mais oponentes durante uma luta. Cada arte marcial possui um arcabouço restrito

de golpes e de possibilidades de sua execução.

Nas artes marciais japonesas, este conjunto de golpes é chamado de *kihon waza*, que pode ser traduzido como “técnicas básicas” ou como “fundamentos”. A aprendizagem dos golpes do *kihon* se inicia logo no primeiro dia de treinamento e se estende durante toda a preparação marcial. Todos os praticantes de um *dojo*, sem exceções, realizam os exercícios de *kihon*. Quanto maior a graduação de um praticante, maior será a exigência dos *senseis* em relação à maestria da sua execução durante o treino, servindo de exemplo para os *kohais* e para os *shoshinshas*.

Concomitantemente aos exercícios de *kihon waza*, são transmitidas técnicas de defesa e de contragolpes, com modos distintos de execução e de combinação com outros movimentos e posturas. Dentre as possíveis combinações de movimentos, cada arte marcial possui um conjunto determinado de performances que simulam a execução dos golpes em um combate virtual, os chamados *katas*.

Haja vista que inicialmente o treino de execução de golpes é “no ar”, ou seja, treinados individualmente e, portanto, sem um adversário real, os *katas*, também conhecidos como *formas*, auxiliam no desenvolvimento de habilidades para dar aos iniciantes uma noção real de combate, tais como: a observação dos golpes realizados pelos oponentes, ampliando a capacidade de identificação e de reação; noções de deslocamento e de proximidade espacial, tanto para o bloqueio de golpes quanto para a execução de contragolpes; a maximização dos movimentos, corrigindo as posturas e as formas pelos olhares atentos dos oponentes e dos *senseis*; a sincronização entre a respiração e o esforço físico, para que haja energia suficiente para manter o corpo pronto ao combate; dentre outras.

Por sua vez, no *Iaido* – arte marcial de origem japonesa em que se treina o desembainhar da espada –, por exemplo, não existem combates reais com contato físico entre os praticantes. Nele, os combates travados pelos antigos samurais em suas práticas mais cotidianas – como se defender de inimigos em um bar, sentado, desembainhando a espada e executando um corte no adversário – são ritualmente representados pelos praticantes por meio da execução dos *katas*, simulando e realizando golpes no ar durante um combate real contra um inimigo virtual. A violência é transmutada para outra dimensão e continua a ser experimentada pelo praticante em cada ação, devendo demonstrar respeito e humildade com olhar fixo no corpo do inimigo, inclusive executando movimentos para limpar o sangue do adversário da espada. O controle dos golpes, dos gestos, do tempo da respiração, do ângulo do corte, da posição dos pés e até do espírito de combate do praticante, visível aos mestres pelas intenções demonstradas no olhar, servem para avaliar e para corrigir os alunos visando à execução perfeita das técnicas durante

o combate.

**Figura 6 - Iaido**



Fonte: Arquivo Pessoal

Nos treinos de *kihon waza* e de *katas*, além da execução dos golpes em simulações de combate, os praticantes aprendem técnicas de submissão e de finalização que só são ensinadas pelos *senseis* de acordo com a graduação de cada praticante. As técnicas marciais mais avançadas são exclusivas dos praticantes de maior graduação, com anos de prática, prontos e preparados para o combate, uma vez que a execução de tais técnicas – com um elevado risco de dano e de letalidade – demanda um exímio controle físico e psicológico de quem as executa, evitando, sobretudo, danos aos companheiros de treino. Deve-se, portanto, controlar a força e agir com cautela para não ferir os demais, bem como restringir a execução das técnicas mais agressivas aos de graduação avançada durante os treinos e os campeonatos, nunca aos iniciantes.

**Figura 7 - Técnica avançada: sufocamento**



Fonte: Arquivo pessoal

Já as lutas ocidentais como, por exemplo, o Boxe, possuem um número limitado de golpes – no caso, o *jab* (soco com o punho à frente da guarda), o *direto* (soco com o punho atrás da guarda), o *cruzado* (soco lateral), o *gancho* (soco com movimento semicircular do corpo) e o *uppercut* (soco ascendente com o objetivo de acertar o queixo do oponente). Todos são ensinados aos praticantes desde o início de seu treinamento, variando a intensidade e a precisão de sua execução de acordo com os comandos do treinador, que, por sua vez, adequa o ritmo e explora as potencialidades de cada aprendiz de acordo com sua performance e progresso em cada treino.

O corpo humano, por mais que possa ser capaz, nunca está pronto e forjado para realizar novas práticas. A execução de um único movimento da maneira correta por um iniciante é um desafio que só é superado com tempo de dedicação aos treinos. A princípio, os músculos são fracos demais e a respiração é descoordenada com o corpo, cujo descompasso torna-se sufocante e fadiga o praticante que chega à exaustão com facilidade.

As primeiras transformações promovidas pela prática marcial são de cunho fisiológico. O corpo do iniciante é forjado por meio de incessantes repetições. O *ritmo* do treino exige que seu corpo repita o mesmo movimento por mais de quinhentas vezes no intervalo de até uma hora. Nas palavras de Sensei Y: “Para realizar um golpe corretamente, é preciso repeti-lo mil vezes, por mil dias! Então leva pelo menos três anos para você aprender um único movimento”. Os músculos, que entram em colapso nos primeiros treinos, somente em meses de preparação adquirem resistência, adequando-se aos momentos de estresse e de dor. As câimbras se tornam cotidianas, exigindo do iniciante uma adequação de sua rotina diária, resguardando-se para recuperar forças para os próximos treinos e para a sua jornada de trabalho.

Com o tempo, aprende-se a utilizar partes do corpo antes inexpressivas, sem funcionalidade aparente para os afazeres cotidianos e que gradativamente começam a operar durante as simulações de combate. Os músculos ganham um tônus distinto, adaptando-se aos novos usos durante os treinos. Uma angulação diferenciada dos pés durante a guarda, tal como a administração constante da tensão e do relaxamento dos músculos em consonância com o ritmo da respiração, e até a ampliação das capacidades de reação aos golpes adversários, faz toda a diferença.

Como consequência da conformação do corpo ao exercício, a força física dos praticantes também se amplia, assim como a potência dos golpes e a sua precisão. Nas artes marciais, a execução correta da técnica auxilia no controle da força física e na limitação de seu uso em momentos específicos do treinamento. Nos *budôs*, a força física é secundária em relação à execução correta das técnicas, uma vez que o golpe bem colocado, ou seja, encaixado no

momento exato, é que valida o ponto durante uma competição.

Já em esportes de combate em que a violência física é mais expressiva, como no MMA (Mixed Martial Arts), no Muay Thai e no Boxe, primeiro torna-se necessário acostumar o corpo à técnica, adquirir resistência e calibrar a precisão do movimento para, então, ampliar a capacidade corporal de impressão de força. Sem a devida perícia e o devido direcionamento do golpe, a força física torna-se irrelevante durante o combate.

Após a incorporação dos golpes, sua potencialização com o uso da força e com a constante repetição das técnicas, os iniciantes experimentam os primeiros choques do corpo contra outros corpos e contra superfícies rígidas dentro das casas marciais. Os primeiros indícios da transformação do corpo pelo treino dos golpes aparecem sob a pele e abaixo dela. O processo de *calejamento*, expressão própria das artes marciais, enrijece os locais de atrito, interferindo nas percepções do tato que atesta o limite do corpo dos praticantes sobre outros corpos e como ele sente o ambiente ao seu redor (SPENCER, 2009). A pele regenera mais grossa, se adaptando ao processo contínuo e simultâneo de trauma e de reconstituição. Bolhas aparecem logo nos primeiros treinos, mas logo tornando-se calos insensíveis à dor.

O calejamento é central no treinamento das artes marciais. Ele não só atesta a eficácia da repetição, transformando os locais do corpo em regiões mais resistentes aos impactos, como ainda modifica o corpo a ponto de ser possível identificar visualmente, a partir dele, a qual arte marcial uma pessoa se dedica. Em lutadores de Jiu-Jítsu, por exemplo, cujas técnicas privilegiam o contato com o solo, a raspagem de áreas do corpo pelo *kimono*<sup>22</sup> do adversário dilacera gradualmente a cartilagem da orelha e a palma das mãos do praticante, ao mesmo tempo em que privilegia o enrijecimento dos músculos superiores do corpo (braços e ombros) em detrimento dos inferiores. Lutadores de Muay Thai, por sua vez, possuem protuberâncias ósseas nas canelas, assim como os boxeadores e os karatecas nas falanges das mãos, causadas pelo constante impacto contra superfícies sólidas e cujas microfraturas calcificam o local, tornando o osso proeminente e gradualmente mais rígido.

Dependendo do grau de violência aceita em cada prática, há uma mensuração liminar da dor que regulamenta os exercícios de calejamento nos treinos. O choque dos corpos durante os exercícios em duplas – em que um ataca e o outro defende –, e a realização das técnicas de submissão e de finalização, propicia aos praticantes experimentações simultâneas e equivalentes da dor, fazendo com que ambos estabeleçam limiares suportáveis para o emprego da força física na execução dos golpes. Nas lutas ocidentais, como no MMA e o Jiu-Jítsu,

---

<sup>22</sup> Traje de treino do Jiu-Jítsu.



percebemos a negociação dos limiares da dor no momento em que os lutadores batem com “tapinhas” no corpo do oponente, indicando sua rendição – herança das artes marciais japonesas cujo gesto simboliza o comando de *matê* (pare!).

A constante calibragem dos limiares da dor entre os praticantes faz com que todos se ajustem aos mesmos níveis de resistência a ela, ceifando os movimentos instintivos e involuntários impulsionados pelos choques e pelos traumas. Com o tempo e com o treino, além do entendimento dos limiares socialmente aceitos entre si da dor, cada praticante passa a desenvolver e ampliar individualmente seus próprios limites, sendo capazes de suportar níveis extremos – o que gera e o faz acumular prestígio em relação aos demais.

**Figura 8 - Demonstração de resistência à dor**



Fonte: Arquivo pessoal

Na confluência de todos estes processos, a técnica corporal imprime o ritmo e atesta a eficácia. Mauss (2008) classifica enquanto uma *imitação prestigiosa* o processo que ocorre na transmissão do ato técnico pela observação dos mais velhos pelos iniciantes. Há uma educação dos sentidos e dos sentires, dos comandos e dos impulsos nos quais, através de uma intervenção do consciente, extirpam-se os atos descoordenados, controlando-os, polindo-os e transformando-os em atos coordenados e resilientes às perturbações invasoras do instinto.

Músculos e nervos se conformam com o tempo, assim como os ossos e a pele. Eles adquirem um tônus diferenciado, tornam-se mais eficientes nas respostas aos estímulos do meio e ao comando do consciente. O incessante movimento repetitivo, assim como descrito por Marx (2008) acerca da conversão do trabalhador em parte/peça do maquinário, desencadeia um processo psicossocial e biológico que a neurociência descreve como *mielinização*.

Este processo diz respeito à gradativa aquisição de uma memória muscular que consiste

no aumento progressivo do volume da bainha de mielina – estrutura do axônio presente nas células nervosas (neurônios) –, formada durante o processo natural de maturação dos corpos e que se estabiliza quando eles atingem a idade adulta. Este aumento tem como principal efeito a potencialização das funcionalidades dos membros do corpo, a ampliação da eficácia de seus movimentos e a diminuição do tempo de resposta entre o estímulo, o comando e a ação (DIAMENT, 1978).

Segundo recentes trabalhos sobre a prática marcial, as artes marciais deveriam ser pensadas não apenas enquanto técnicas do corpo transmitidas pelo meio social e pedagogicamente adquiridas, senão como técnicas através das quais o corpo e seus membros tornar-se-iam partes pensantes e *reflexivas*, para além da separação convencional característica do Ocidente entre mente e corpo (BROWN; JENNINGS, 2013). As técnicas marciais seriam técnicas do corpo reflexivas (CROSSLEY, 2005), mecanismos de ampliação da consciência corporal através do combate que entalham e incorporam ações, reações, golpes e gestos que domesticam o instinto reativo do lutador. Por meio da constante manutenção pelo exercício e pela prática, fariam com que o corpo como um todo, em constante processo de mielinização, aja sem hiatos entre ele e uma instância racional, a mente. O corpo inteiro “pensa”, é capaz de adaptar-se aos movimentos sem uma intervenção do consciente, que segundo Sensei R, torná-los-iam mais lentos e menos eficazes: “É o corpo que entende o movimento, se você pensar com a cabeça, ele não sai, não é rápido o suficiente, não é reto o suficiente”; “É preciso desligar a cabeça e deixar o corpo alerta, fazer ele raciocinar e se adaptar, treinar a intuição”.

Mas o corpo não age e não se transforma sozinho. Para que a incorporação dos movimentos seja efetiva, bem como a ampliação das habilidades e da sua conformação, é preciso que o praticante viva uma imersão total na realidade da casa marcial. É preciso que ele prossiga nos treinos, que se dedique e que se discipline. O tempo torna matriz, não só para a transformação do corpo, como ainda para a ascensão do praticante na hierarquia marcial, marcada por sua adaptação aos movimentos e pela devoção aos treinos.

Neste processo de progressivo aperfeiçoamento da performance física, a técnica corporal ainda transforma a pessoa do praticante e a forma como ele vive e experimenta a violência nos treinos. A vontade de lutar, o prazer pelo combate, a gradativa experimentação, a calibragem do corpo e a sua submissão aos dolorosos processos de conformação em busca por eficácia, são socializados com outros praticantes de níveis distintos de performance e de hierarquia marcial. A interação entre eles favorece a troca de experiências, o fortalecimento de vínculos e a proibição de ações impulsivas e danosas aos demais.

Ainda que haja uma disposição do praticante para a violência, as relações, os vínculos,

a autodisciplina exigida pelos mestres e pelos treinadores, bem como a sua vigilância hierárquica, proíbem e inibem quaisquer atos violentos nas casas marciais. Cada movimento do praticante deve seguir o comando de seus professores. Não se pode agir de má fé, executando um golpe fora de hora; não se pode atestar superioridade em relação aos mais novos, tampouco entrar em combate em meio ao treino sem que se tenha a permissão para tanto. É preciso controlar-se, vigiar-se, treinar de acordo com o que os mestres e os treinadores orientam, pois cada ensinamento deve ser entendido como um presente, uma dádiva que deve ser retribuída com “esforço, sangue e suor”.

As artes marciais tornam-se, então, meios de experimentação da violência física, ao mesmo tempo que submetem seus praticantes aos processos que tentam paulatinamente atribuir-lhe sentido, significá-la e restringi-la fora da casa marcial, no plano simbólico e moral. Um golpe não é só um golpe: há toda uma miríade de signos e de sentidos por detrás dele. O conhecimento minucioso da sua execução, a precisão dos movimentos e a percepção da pessoa do praticante em relação ao controle da força são postos à prova durante a última etapa do treinamento, quando acontece o combate e a luta.

Reservado àqueles que sob os olhos dos *senseis* e dos treinadores estão prontos para as lutas, os combates ocorrem aos finais dos treinos e durante as competições. Nos exercícios de combate real, o praticante treina sua *intuição*, como a soma de todas as suas percepções e sentidos, que informa os modos de agir e de reagir durante a luta. Ele aprende a controlar seus movimentos a partir do mais sutil impulso, pela observação do corpo do oponente e ao identificar a oportunidade do ataque. Portanto, quanto mais se treina o combate, mais rápidas e efetivas se tornam as respostas e as ações do corpo como um todo, ampliando as chances de se executar as técnicas no momento preciso e sem se utilizar da força em demasia. Nas palavras de Sensei Y: “Só de olhar, os *senseis* já sabem onde você vai bater (o golpe), se terá a intenção correta, se o movimento sairá torto ou não. É o observar que você tem que aprender durante a luta”.

Assim, as lutas são momentos em que todo o treinamento pretérito do praticante é evocado, emulando a realização dos golpes, dos ensinamentos e das experiências em um só ato. Dentro dos ringues e dos *tatames* não há tempo para pensar. É preciso adaptar cada gesto e cada ação ao momento do combate, munindo-se do conhecimento adquirido com os anos de prática. Nas lutas, os praticantes realizam um exercício de bricolagem que emula e sintetiza todo o seu arcabouço de conhecimento sobre os golpes, sobre as posturas e sobre as formas, que se traduz em suas ações e em suas reações ao duelo, instintivas ou racionais, com o corpo e pelo corpo.

### 1. 3. “Você é aquilo que você treina”

Creemos que ao partilhar estas experiências pudemos delinear brevemente o impacto que as artes marciais causam sobre o corpo, sobre a pessoa e sobre a vida de seus praticantes. O treino é o momento liminar em que pessoas assumem posições, em que corpos produzem e são produzidos pelo combate dentro de um espaço e de um tempo específico no qual os praticantes se desconectam de suas vidas cotidianas para adentrar um novo ambiente. Nele, a guerra se apresenta constantemente ritualizada por gestos, por maneiras, por modos de agir e de pensar. É o próprio indivíduo que busca disciplinar-se, conter ou reforçar seus instintos, dominá-los e treiná-los.

Com os treinos, diversas habilidades se desenvolvem, como: prever os movimentos dos adversários; treinar a capacidade de reação instantânea, reagindo à movimentação do oponente de forma mais ágil e efetiva; bem como analisar seus pontos fortes e fracos com o olhar treinado e, por fim, ser capaz de manter-se calmo em situações adversas, evitando assim algum conflito desnecessário<sup>23</sup>. Um golpe não pode ser executado de qualquer jeito; não é só uma questão de ato técnico que se dá e não se quer receber de volta. Ele precisa ser dilapidado, ganhar sentido, ter eficácia em meio às regras do jogo e não ser exercido como um ato despropositado ou violento.

Adquiridos tais valores e aprendendo a se adaptar aos movimentos e às técnicas, os praticantes passam a sofrer as influências cinéticas das experiências de violência controlada por meio dos exercícios de combate dentro da casa marcial, que o forja e o transforma. Contudo, essa mudança requer tempo. A utilização correta das técnicas demanda, dentre outras coisas, o entendimento de que, para a execução dos golpes, das chaves e das torções, a força e a violência devem ser controladas, reguladas, seguindo as regras e os padrões de cada tradição.

Nesse sentido, quanto mais os praticantes se valem de sua força física irascível e descontrolada para realizar os movimentos, mais rígidos e menos adaptáveis ao treino e ao combate eles se tornam. Muita energia é gasta de forma desnecessária, podendo levar à vertiginosa exaustão, de forma que é preciso que o praticante aprenda a administrar o seu capital corpo para que ele possa cumprir sua função (WACQUANT, 2002).

As artes marciais aparecem então como artefatos técnicos do combate. Elas colocam seus praticantes em relação através da luta, conformando seus corpos, modificando e alocando

---

<sup>23</sup> Cabe ressaltar que muitos destes preceitos podem ser encontrados enquanto conceitos em manuais militares sobre estratégia e condução da guerra, como em Sun Tzu (2012), Luttwak (1987) e Clausewitz (1996), o que reforça a ideia de que as práticas marciais podem ser uma replicação da guerra em menor escala e por outros meios.

sua pessoa, gestando-os em relações hierárquicas e disciplinares ao mesmo tempo que se distanciam da realidade do campo de batalha. Nas casas marciais, apesar da aproximação com valores, com conceitos, com rituais e com práticas de origem militar, os praticantes são imersos em um ambiente de sociabilidade cuja disciplina e o respeito com as regras transformam em tabu a utilização da violência para fora do treino.

Segundo Sensei R e Sensei L, ao treinar, o praticante reflete no combate – a cada golpe e na forma como executa seus movimentos – quem ele é. Se se age com desleixo, se não se busca o aprimoramento dos golpes, se lhe falta a intenção e o espírito combativo durante as lutas, também assim o será em outras esferas de sua vida.

O treino constante, a busca pelo golpe bem executado e o ato de encarar o combate contra um adversário com décadas a mais de experiência, mobilizam a extensão desta conduta para fora da casa marcial. Treina-se dentro dela para dilapidar o ser e a existência do praticante que, por sua vez, deve exportar para a sua vida os valores e os fundamentos marciais.

Compartilhar da dor, respeitar a disciplina, dar e receber os golpes e dividir experiências de combate cria vínculos, *familiariza* (SILVA, 2016) o treino, consolida a responsabilidade de cada praticante sobre si e sobre os outros. Uma vez dentro da casa marcial, um praticante sempre permanecerá conectado aos demais, ocupando seu devido lugar na hierarquia ainda que se afaste dos treinos.

Parar de treinar implica o retrocesso da modificação corporal como efeito colateral da não manutenção das técnicas e do não comprometimento com a performance. Em semanas, todo o processo de calejamento se perde, sendo que as superfícies ásperas de pele se esfurelam, retornando para a sua textura e sensibilidade originais; os ossos se mantêm rígidos, no entanto, os calos diminuem, paulatinamente suprimidos pela pele e pela ausência de impactos; os músculos perdem o tônus e os movimentos se tornam cada vez menos efetivos, mais lentos, com gastos desnecessários de energia e de força, sendo que a memória muscular decorrente do processo de mielinização também perde sua capacidade reativa – o praticante até lembra como realizar os golpes e as técnicas, mas seu corpo já não está mais adaptado a realizá-los com a devida proficiência, sendo impossível retomar, sem a cabida disciplina, a presteza nos movimentos como anteriormente.

As artes marciais envolvem corpo e pessoa do praticante em uma miríade de relações que o faz experimentar a luta de forma positiva, como meio de auto-cultivo e de aprimoramento pessoal, além de desenvolvimento físico e cognitivo. Passa-se a sentir e a experimentar o corpo e o mundo ao seu redor de outra forma, dentro e fora das casas marciais. Assume-se uma nova postura, uma outra conduta, regadas pelas regras de moralidade permanentemente ritualizadas

dentro das casas marciais. Com o aprendiz de etnógrafo não foi diferente.

A experiência dos treinos me propiciou vivenciar a arte marcial como parte da construção da etnografia, simetrizando ambos. Treinar, como um exercício etnográfico, constrói uma narrativa com e pelo corpo, orientando a observação através dos sentidos, ao mesmo tempo em que apreende a pessoa do pesquisador para as regras, para as demandas, para as relações desempenhadas no seio coletivo, impossíveis de serem experimentadas de forma distanciada. É, enfim, enxergar e relatar através da cinética das relações sociais o que se vê, mas que só com o olhar não se observa.

Neste momento, retomarei o foco inicial da pesquisa relatando experiências vividas na caserna, com a observação dos treinos e das instruções realizados em cursos de formação de policiais militares, em que as técnicas provenientes das artes marciais são ensinadas em meio aos currículos dos ingressantes.

Na caserna, a primeira experimentação do universo da guerra e do combate vem através do corpo, do seu disciplinamento e da sua adequação aos parâmetros militares. Antes mesmo de pegar em armas, o policial militar é doutrinado a resistir à dor, a suportar a exaustão, a tornar-se estoico diante das dificuldades e aprende, por meio de golpes, a causar dano com o corpo enquanto recurso e instrumento contra uma investida inimiga.

Treinar com os interlocutores policiais militares perpassaria por uma série de ressignificações sobre seu treinamento, a partir das técnicas de defesa pessoal ensinadas em seus cursos de formação. Para além dos possíveis estranhamentos e comparações, a pesquisa ainda enfrentaria uma série de sanções, de controle e de vigilância por parte dos policiais, inserindo-a à lógica da guerra como será visto a seguir.

## **CAPÍTULO 2. SE QUISERES FAZER PESQUISA, PREPARE-SE PARA A GUERRA**

Abordo, nesta seção, as negociações e os trânsitos realizados entre as instituições militares, na busca por autorizações e por apoio necessário para a realização do trabalho de campo dentro da caserna. Cabe antecipar que tais negociações perpassaram por uma série de mecanismos de controle, por parte de meus interlocutores, sob minha pesquisa, e por tentativas de assimilá-la, capturá-la como uma contribuição ao treinamento policial militar.

### **2. 1. Estratégias de acesso ao campo em instituições militares**

O projeto inicial desta pesquisa possuía um objetivo diferente do que se consolidou ao longo de sua trajetória de execução. A princípio, prezávamos pela realização do trabalho de campo na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), responsável pelo ministério das disciplinas de Combate Corpo a Corpo e de Ataque e Defesa, em que são ensinadas e praticadas técnicas provenientes das artes marciais aos futuros instrutores e monitores de Educação Física do Exército. Para realizar esta empreitada, pretendia efetivar uma parceria institucional que permitisse minha observação e minha participação nestas instruções, assim como fizera Castro (1990), buscando compreender a influência do treinamento de combate com o próprio corpo por parte dos militares e a forma como eles vivem e experimentam a guerra em seu cotidiano na caserna.

Nas primeiras tentativas de contato, elaborei um ofício protocolar com meu orientador para ser enviado ao comandante da instituição, assim como tem sido o protocolo de diversos pesquisadores que realizaram pesquisas com militares (CASTRO; LEIRNER, 2009; SILVA 2011; VICENTINI, 2014; FARIA, 2014). Neste ofício, descrevemos o passo a passo de cada ação que pretendia realizar durante as etapas do trabalho de campo dentro da caserna, priorizando cordialmente o respeito para com as decisões tomadas pela instituição. O documento seguia timbrado com o carimbo da universidade, com a rubrica do departamento de pós-graduação e com nossas devidas assinaturas, atestando nosso compromisso institucional. Não obtivemos resposta.

O segundo passo foi elaborar outro documento com as mesmas características do primeiro e que descrevia parte de nosso projeto, desta vez enfocando a escassa bibliografia

existente sobre o tema no Brasil. Encaminhamos o ofício à Seção de Ensino da instituição, diretamente subordinada ao seu comandante, responsável pela execução de projetos de pesquisa e pela difusão da cultura militar nos cursos de formação. O objetivo era fazer com que nossas solicitações circulassem dentre as diferentes escalas hierárquicas, visando chamar a atenção para nossa proposta e, assim, obter certa simpatia para a execução do projeto com a Força. Novamente, sem sucesso.

Depois, encaminhei e-mails a todas as Seções descritas no organograma da instituição e a outros departamentos do Exército, onde o projeto de pesquisa poderia ser contemplado: ao Departamento de Ensino e Pesquisa e seções documentais; aos órgãos de fomento à pesquisa acerca da História Militar; aos departamentos responsáveis pelo curso de Educação Física do Exército e sua Divisão de Lutas e até ao Ministério da Defesa. Nenhuma resposta.

Sabia, como a bibliografia apontava (CASTRO; LEIRNER, 2009; VICENTINI, 2014), das possíveis complicações de tentar uma entrada ao universo militar para a realização da pesquisa, contudo, não imaginava o tamanho desta dificuldade ao considerar que este era um tema “mais próximo” de um ethos militar<sup>24</sup>. O velamento da instituição me causara espanto. Nem um único sinal de retorno fora apresentado até então e mesmo com o auxílio de um militar da reserva dando dicas para a elaboração dos documentos, para que se enquadrassem na linguagem militar, não obtive sucesso nestas primeiras tentativas.

Nos valendo do organograma hierárquico em que a EsEFEx se enquadra, enviamos um e-mail protocolar ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), responsável por outros órgãos de ensino hierarquicamente subordinados, para buscar não somente esclarecimentos do porquê da omissão institucional, como ainda para providenciar os contatos necessários ao prosseguimento da pesquisa. Desta vez, houve respostas.

A cada e-mail enviado à DECEX, uma resposta protocolar era remetida, agradecendo o contato e estabelecendo diretrizes para o procedimento da pesquisa: “Primeiramente, entre em contato com tal departamento”; “Procure o órgão X para o melhor detalhamento de sua pesquisa”; “Envie um e-mail para Y, constando suas intenções”; “Fale com a sessão Z, pois eles possuem como objetivos: ...”. Em nem uma das respostas havia a assinatura de um nome de membro da instituição. Em momento algum foi possível estabelecer um diálogo. Os textos eram sempre finalizados com cordialidade e em nome do Exército.

Como salienta Strathern (2014), não compartilhar algo com alguém é colocar-se em uma classe distinta e, em nosso caso, haveria certa tendência por parte dos militares em não permitir

---

<sup>24</sup> Como foi o caso, por exemplo, da pesquisa de Cristina Silva sobre a “Família Militar” (2016), que foi acolhida pelo Exército.



o acesso à informação. A estratégia teria como fim agenciar antropólogos em uma rede infinita de ações por onde, entre documentos e protocolos, estariam sempre sujeitados à cadeia de comando (LEIRNER, 1997) e enquadrados constantemente na “lógica da geladeira”. Para sair deste ciclo infinito de ações, Castro (1990) nos apontava para a necessidade de os documentos circularem nas mãos certas, caso contrário nunca chegariam ao Comandante, responsável pela decisão final de toda e qualquer iniciativa com a instituição.

Munhoz (2013) ainda nos oferece outra abordagem sobre a circulação de documentos por meio dos aparatos institucionais. Eles criam pessoas, atestam suas existências, regulamentam suas ações, avaliam riscos, determinam origens e suas trajetórias futuras. No caso de nossa pesquisa, isso resultaria em uma série de cerceamentos impostos ao pesquisador e seu acesso à informação, bem como no controle pela instituição que esquadrinha e que delimita todos os nossos passos antes mesmo da realização do trabalho de campo na caserna. Os protocolos e a circulação de documentos serviriam como meios de controle para manter o antropólogo inerte, inibindo-o de tornar evidente as representações do mundo militar por eles *camufladas*, como algo que está lá, mas que só se torna visível a aqueles que o conhecem e dele partilham.

Em uma de nossas tentativas de diálogo, inclusive, fora requisitado que explicássemos por quais meios conseguimos acesso ao Manual C 20 50, que versa sobre o treinamento físico militar brasileiro em combate corpo a corpo, objeto de análise durante a elaboração de nosso projeto original. Tal requisição foi seguida de questionamentos sobre o porquê realizar uma observação das instruções, uma vez que até o momento nenhum pesquisador civil havia pleiteado essa possibilidade com a instituição<sup>25</sup>. Os respondi argumentando com o único artigo escrito que possuía conhecimento cujo o objeto de pesquisa é o treinamento de combate corpo a corpo do Exército (CANTANHEDE; REZENDE; NASCIMENTO, 2010). Seguido de uma breve explicação sobre o que é uma etnografia, quais são os métodos de observação e de descrição utilizados pela antropologia, ainda citei alguns trabalhos semelhantes já realizados por antropólogos junto às Forças (CASTRO; LEIRNER, 2009).

Sem retornos satisfatórios, continuamos na busca por alternativas de contato com a Escola, quando um fato inesperado aconteceu. Numa quinta-feira, às seis horas da manhã, em um salão dentro da Universidade de São Paulo (USP) campus de São Carlos, onde eram realizados os treinos de Iaido, Sensei L e eu estávamos iniciando mais um treinamento quando,

---

<sup>25</sup> Apesar das considerações feitas por nossos interlocutores, descobrimos que já houve anteriormente à realização de uma pesquisa com abordagem histórico-antropológica realizada por Celso Castro (1997) sobre a introdução da disciplina de Educação Física no treinamento militar brasileiro.

de repente, entrou no local um rapaz de mais ou menos um metro e noventa de altura, com a postura ereta, portando uma mochila. O rapaz chamou à atenção do *sensei* para uma conversa e o *sensei* respondeu cordialmente ao rapaz para que esperasse o treino terminar para que, então, conversassem. O rapaz esperou de pé, na mesma posição, por uma hora e meia no canto da sala observando a aula.

No momento em que encerramos o treino, o homem veio ao nosso encontro, cumprimentando primeiro Sensei L, como manda a etiqueta marcial, e pedindo desculpas por atrapalhar. O rapaz começou a fazer perguntas sobre o que estávamos fazendo ali, qual arte marcial era aquela, quem nós éramos e o que fazíamos. Sensei L e eu respondemos de bom grado sobre o Iaido e sobre os treinos, destacando o cuidado com o corpo e o uso do treinamento como prática meditativa. Assim que comentei sobre as intenções de pesquisa em relação ao treinamento marcial militar, o rapaz prontamente respondeu, estendendo a mão para um aperto: “Prazer, Tenente L, instrutor do CIGS”. Na época não sabia que a sigla mencionada significava Centro de Instrução de Guerra na Selva, ocasião em que também fiquei intrigado com a situação, pois parecia que o rapaz sabia exatamente o que estávamos fazendo ali e quem nós éramos.

Perguntei a ele sobre o treinamento militar e ele pareceu prestativo em comentar sobre a introdução do treinamento de Krav Maga<sup>26</sup> no Exército, haja vista que ele era um instrutor credenciado para o ensino das técnicas de combate israelense aos batalhões operacionais de todo o país. Segundo o oficial, haveria uma grande procura por novos instrutores militares para serem incorporados ao efetivo de alguns batalhões do Exército na região como, por exemplo, ao 13º Batalhão de Cavalaria Mecanizada, situado na cidade de Pirassununga e, por isso, ele estaria na região como paisano<sup>27</sup>, conhecendo academias marciais.

Parte ou não das coincidências de pesquisa, quando disse a ele que era antropólogo, o mesmo respondeu: “Ah, vocês antropólogos, não desistem mesmo, não é?”. Trocamos mais algumas palavras sobre artes marciais e trocamos contatos para possíveis treinos em conjunto. Dias depois, ao tentar contatá-lo, descobri que o rapaz havia me dado um nome falso e um telefone inexistente. Sensei L – que também achara estranho tal evento – e eu nunca mais o vimos.

---

<sup>26</sup> Sistema de defesa pessoal treinado pelo Exército de Israel, trazido ao Brasil com a vinda do Mestre Kobi, financiada pelo Exército Brasileiro para aprimoramento do treinamento de combate corpo a corpo nacional. Falaremos mais sobre a prática no Capítulo 3.

<sup>27</sup> A categoria paisano se refere à como o militar se apresenta enquanto não está fardado e, também, faz referência ao modo como os militares se referem aos civis, como opostos e, em determinadas circunstâncias, como seres inferiores a eles (CASTRO, 1990).

Não sabemos até hoje qual a origem e o intuito daquele rapaz naquela ocasião. Poderia ser só mais um fanático do universo marcial ou mesmo um S2<sup>28</sup>, agente militar da inteligência, em busca de informações a respeito da pesquisa, como observou meu orientador sobre o ocorrido. Jamais saberemos. Sob meu ponto de vista, foi inevitável relacionar o ato de observação do rapaz e seu questionamento como uma replicação reversa de minhas intenções de pesquisa, transformando a mim e as práticas marciais em objeto de investigação. Fato é que tal incidente nos apontou para algo que a bibliografia também evidenciara (CASTRO; LEIRNER, 2009). Persistentes ou não, alguns antropólogos parecem estar enquadrados em uma lógica de aversão, de inimizade e de antipatia por parte das instituições militares, que se fecham ao diálogo com os pesquisadores para manter em sigilo o mundo da caserna, *camuflando* suas práticas, seus treinamentos e suas representações contrapostos ao universo civil.

Como então realizar a pesquisa sem permanecer refém da lógica burocrática-institucional? Como pensar em fazer antropologia de algo considerado “segredo”? De quais meandros metodológicos poderia me valer para a elaboração da pesquisa etnográfica?

Foi feita, inclusive, uma tentativa de entrar em contato com a Federação Sul Americana Krav Maga (FSAKM), buscando angariar dados sobre sua parceria com o Exército, assim como relatado pelo suposto oficial. A Federação, em resposta, confirmou o caráter sigiloso das informações requeridas e a necessidade de uma autorização da Força para fornecer quaisquer dados sobre a relação entre ambos, reforçando o sentimento de que nossa pesquisa acessaria um campo de debate restrito ao universo civil.

Outra questão relevante foi a ampla divulgação das artes marciais e do treinamento militar pelos meios de comunicação no decorrer de nossa pesquisa. Mídias sociais das próprias Forças, emissoras de televisão como a Rede Globo e os programas Globo Esporte e Esporte Espetacular desta emissora, bem como jornais e revistas vincularam matérias e reportagens semanais sobre o treinamento militar e o incentivo das Forças ao esporte brasileiro, durante o período das Olimpíadas do Rio.

Neste período, atletas brasileiros das modalidades de luta apareciam fardados ou vestidos com roupas de treino caracterizados com os brasões de suas respectivas Forças, participando de treinos em academias e em escolas militares, disputando competições desportivas militares e, ainda, subindo ao pódio batendo continência, financiados pelos programas Atletas de Alto Rendimento e Forças no Esporte – ambos subordinados ao Ministério da Defesa. Alternadamente, eram vinculadas reportagens sobre militares das Forças

---

<sup>28</sup> Referência à “segunda seção” de uma Organização Militar, que é a seção responsável pela coleta e pelo processamento de informações, inteligência e contrainteligência.

com histórias de superação e que conquistaram vitórias em diferentes modalidades desportivas, somadas a participações de repórteres em instruções militares<sup>29</sup>. Por que, então, tamanha restrição e sigilo diante de nossas solicitações?

## 2. 2. Na caserna e a construção do campo junto aos policiais militares

Passado um semestre de tentativas de diálogo sem que ao menos fosse possível agendar e realizar uma audiência formal com o Comando, foi então que, em um encontro com meu orientador, decidimos nos desvencilhar dos apontamentos do projeto original que propunha como locus do trabalho de campo a EsEFEx. Começamos, assim, a buscar o contato com outras instituições militares, em que a realização da pesquisa fosse viável. Mudamos também de estratégia, seguindo as dicas oferecidas pela bibliografia (CASTRO, 1990; CASTRO; LEIRNER, 2009; VICENTINI, 2014).

Em dezembro de 2015, valendo-me de relações pessoais, pedi ao Cabo M – policial militar da ativa em um Comando de Policiamento do Interior (CPI)<sup>30</sup>–, para agendar uma reunião com o Tenente J, responsável pela administração e pelas atividades de formação referentes ao treinamento físico realizado pela PM, em um dos distritos de sua atuação. Pela primeira vez, consegui com que uma reunião fosse marcada com um oficial representante de uma instituição militar, segundo Cabo M por ser “parente ou conhecido de alguém da família (militar)”. Caso contrário, seria improvável que este encontro ocorresse, dado, como observado, o sigilo imposto para assuntos pertinentes ao treinamento militar e, sobretudo, em um período de grande efervescência midiática sobre o tema.

Silva, em sua tese de doutoramento (2016), já nos mostrara como a família (de sangue) engloba e é englobada pela instituição militar (uma família de farda), tornando-se uma extensão dela por outros meios. Assim, para auxiliar nas negociações com os oficiais, Cabo M ainda recrutara uma série de acontecimentos de minha vida pessoal: o cuidado com parentes enfermos; o auxílio prestado às famílias carentes no combate contra a fome que oferecia em uma favela da cidade; e o trabalho voluntário em um grupo de apoio às crianças com câncer,

---

<sup>29</sup> Nota-se que, para além de propaganda, o efeito semiótico buscado por essa divulgação era atrelar as conquistas desportivas ao ofício militar, tal qual divulgar a carreira militar como um meio de ascensão social, vinculando histórias de vida de atletas provenientes de regiões como Norte e Nordeste e que “superaram” dificuldades como a falta de emprego e a fome por meio do desporto e do financiamento militar.

<sup>30</sup> Manteremos o sigilo de seu quartel e batalhão, conforme solicitado.

em que também eram voluntários outros policiais. A atitude contribuiu para me enquadrar em um perfil recorrente dentro da linguagem policial militar, se referindo às pessoas “afins” ao trabalho que desempenham: o *cidadão de bem*<sup>31</sup>.

Cabelos cortados, barba raspada, vestindo uma camiseta neutra, calça jeans e uma bota – por indicação de meu interlocutor –, cheguei quinze minutos antes do combinado ao quartel, quando fui recebido por dois soldados recém-integrados ao batalhão. Aparentemente, ambos possuíam idades próximas à minha e já sabiam sobre minha chegada: “Você é o cara das artes marciais? Você sabe onde eu posso treinar Jiu-Jítsu aqui?”; “O que você faz? Eu sou 3º Dan de Aikido, temos vários *senseis* no quartel”.

Mal consegui pronunciar uma palavra e outro rapaz – um cabo, com estatura de uns 1,90m, pesando uns 150 quilos – veio até mim e me chamou à atenção: “Estamos te aguardando”. Os outros dois Soldados imediatamente se calaram, reassumindo suas posições. O Cabo B, então, me levou até Cabo M que, descontraído, disse: “Está atrasado, tinha que chegar meia hora antes”, e o Cabo B, que até então não perdera sua cara séria, começou a rir e me perguntar: “Você treina com espadas, né? Eu comprei uma da China, está lá em casa e queria começar a usar! Qual o teu nome mesmo? É que eu sou fissurado em artes marciais!”.

Diferentemente do que havia experimentado até o presente momento – sobretudo com as dificuldades de agendar uma única audiência com militares para apresentar as intenções do projeto –, em pouco tempo junto aos policiais eu já havia recebido indícios de que minhas hipóteses indicaram um campo fértil de análise, bastante inexplorado sobre a relação entre o ofício policial militar e o treinamento em artes marciais. Meus primeiros interlocutores, praças na ativa, não só demonstraram interesse como, ainda, praticavam diferentes artes marciais, ocasião em que tivemos a oportunidade de compartilhar experiências sobre o assunto.

Com poucos minutos de conversa, tocou um telefone que permanecia numa mesa ao lado. O Cabo B atendeu e recebeu ordens para me levar ao encontro do Tenente J. No caminho até a sala da administração, o Cabo B pedia todas as informações possíveis a respeito de como e onde treinar o Kendo, o Iaido, o Jiu-Jítsu e até a Capoeira, que havia dito que treinara quando jovem em meio ao “interrogatório inicial”. Quando chegamos à administração, o clima de descontração por parte do Cabo B desapareceu por completo, batendo continência ao Tenente J, momento em que me apresentou e ficou esperando as ordens do oficial que, por sua vez, estava acompanhado do Cabo M que havia deixado seu posto para me apresentar pessoalmente.

O Tenente J me recebeu com um semblante sério, sempre pronto a intervir diante de

---

<sup>31</sup> Na concepção nativa, o *cidadão de bem* aparece como alguém, primeiro, que não tenha passagens criminais e, depois, que seja “útil”, ou seja, que trabalhe e, por fim, que aprecie o trabalho da corporação.

alguma colocação minha a respeito do projeto de pesquisa. Ofereci a ele uma cópia, apontando para as dificuldades até então encontradas para a realização da pesquisa. Ele se interessara pelo tema e ressaltou o sigilo necessário diante de algumas fases do treinamento policial militar. No que se referia às práticas de artes marciais e às instruções realizadas pela corporação, indicou que o treinamento policial seguia os procedimentos adotados pelo Exército a partir da vinda da Missão Francesa no início do século passado<sup>32</sup>, convertendo diferentes modalidades de artes marciais em uma única disciplina: a de Defesa Pessoal.

A disciplina era ministrada em cursos oferecidos a todos os ingressantes da PMESP, oficiais ou praças, havendo aulas e instruções específicas para os alunos do curso de Educação Física e para os alunos do curso de especialização em Técnicas e Procedimentos de Menor Potencial Ofensivo e Defesa Pessoal da corporação. Ambas seriam oferecidas na Escola de Educação Física da Polícia Militar – entidade a qual o quartel era diretamente subordinado – e demais centros de formação policial a ela subordinados.

Tenente J, como educador físico, demonstrou interesse na pesquisa, uma vez que incentivava o treinamento em artes marciais aos policiais dentro e fora dos quartéis. Para ele, as artes marciais e os esportes de combate serviam como um meio de complementação do treinamento operacional e uma forma de mantê-los disciplinados e prontos. O Tenente J também confessara ter praticado o Judô durante sua vida e sua intenção de se federar no Jiu-Jítsu para disputar as competições estaduais e nacionais. Ser praticante de artes marciais e demonstrar interesse no treinamento militar, segundo ele, já era o primeiro passo para a aprovação do projeto também pelo Comando da instituição.

Cabe aqui ressaltar que minha posição enquanto estudante da área de Ciências Sociais não era vista com bons olhos por meus interlocutores. Não tardou para que um oficial presente na sala indagasse sobre a universidade: “Continuam aquele bando de maconheiros e comunistas?”, “Como você conseguiu sobreviver lá querendo fazer pesquisa com militares e policiais, não te lincharam?”<sup>33</sup>.

Propor-me a realizar a pesquisa e ter como interlocutores policiais militares trouxe à

---

<sup>32</sup> Abordaremos este assunto com maior atenção no próximo capítulo.

<sup>33</sup> De fato, meu posicionamento diante de meus interlocutores, seus métodos e suas abordagens em muito se distanciava do que eles acreditavam ser o certo, o moral e o bom. Eu não compactuava e não compactuo com algumas de suas práticas e reagia de maneira crítica quando questionado sobre minhas opiniões pessoais. Mas o fato de ser versado nas artes marciais e por ter destacado o que já havia realizado até então junto às associações civis, me enquadrava em outra categoria relacional do universo militar: a de um “amigo”, um “cidadão de bem”. Isso me causara algum conflito de início, por me enquadrarem na linguagem militar como alguém que partilha seus ideais e que incentiva suas ações. Eu não me considerava e não me considero um “cidadão de bem” aos moldes como os policiais militares enquadram aquelas pessoas, geralmente com uma afinidade política à direita, que fazem campanhas para o porte de armas e se utilizam do logo “bandido bom é bandido morto”.

tona um outro paradigma histórico. A relação entre eles, estudantes e professores das Ciências Sociais permanecia tensa desde os tempos da Ditadura Militar no país, e era sempre passível de desconfiança. Não raros, ainda, foram os momentos em que fui questionado por colegas sobre minhas intenções com o projeto e se porventura não era ou não me tornaria um deles: “Você tem certeza que quer estudar isso?”; “Um antropólogo que quer treinar com os policiais como bater em outros antropólogos?”; “Vai prestar o concurso durante ou depois da pesquisa?”.

Para prosseguir com o projeto junto aos meus interlocutores, retuquei os oficiais minha posição enquanto praticante de artes marciais, mostrando a eles alguns materiais, fotos e vídeos angariados em eventos e em campeonatos em que estive presente durante o tempo em que tentava negociar a realização da pesquisa com o Exército. Falar sobre as artes marciais, não como pesquisador, mas como praticante, gerou uma aproximação maior por parte de outros oficiais presentes no local que ressaltaram algumas questões importantes: muitos policiais buscavam as artes marciais como um “meio de fuga”, “um esporte”, “uma forma de aliviar o estresse do dia a dia”<sup>34</sup>. E não só. As artes marciais e os esportes de combate replicariam situações de combate corpo a corpo enfrentadas por eles durante seu ofício, como uma guerra em menor escala, sendo um ótimo meio para reforçar os valores militares dos policiais, tidos como *guerreiros* e constantemente reafirmados em seus rituais cotidianos como *heróis*<sup>35</sup>.

Por outro lado, as artes marciais apareciam como algo nebuloso por parte de meus interlocutores em relação ao treinamento físico policial militar. Apesar de muitos dividirem histórias de torneios internos à corporação e mesmo de campeonatos civis, muito pouco foi dito sobre as práticas marciais dentro da caserna e sobre o treinamento policial militar em Defesa Pessoal.

Como informa Birttner (1970), policiais dividem histórias, socializam experiências e compartilham vivências entre si, nos ambientes internos dos quartéis ou em reuniões com outros policiais, sendo raros os momentos em que compartilham histórias, muitas vezes secretas, com um civil. Enfatizar minha posição de praticante de artes marciais permitiu que eles me

---

<sup>34</sup> Elencar o desporto e as artes marciais como meio relacional que conectava antropólogo e policiais foi o ponto chave de toda relação estabelecida em campo com os interlocutores de pesquisa. O desporto assume o papel de suspender diferenças e juízos de valor, favorecendo o diálogo e a troca de experiências mesmo quando ambos, antropólogo e policiais, pareciam avessos um ao outro: eu, enquanto representante das ciências humanas e muitas vezes confundido como membro dos direitos humanos dos quais eles eram críticos; eles, com o uso da força e da violência em meio aos protestos e às manifestações em que colegas e professores se faziam presentes, que em muito me afastava e gerava um sentimento de repulsa por tais práticas.

<sup>35</sup> Durante minhas visitas ao quartel, presenciei rituais semanais nos quais o Comandante se reportava ao efetivo. Além do canto do hino nacional, hinos da Polícia Militar e do estado de São Paulo, os praças recebiam incentivos do comando e dos oficiais, associando-lhes regularmente a figura do herói, principalmente quando se referiam aos policiais mortos em serviço ou fora dele. Para meus interlocutores, suas vidas devotadas ao Estado implicavam um quase “sacrifício de si”, que a qualquer momento poderia tornar-se real.

classificassem como um possível “colaborador” da instituição. O policial militar pensa de maneira prática, operacional, e como tal, minha pesquisa também deveria entrar nessa lógica funcional, “servir” para algo.

Segundo Tenente J, havia um grande contingente de praticantes de artes marciais no quartel e, nos últimos anos, houve tentativas de atualização do treinamento tático policial militar, levando em conta o intercâmbio entre as diferentes artes marciais treinadas dentro do ambiente da caserna. Cada batalhão da corporação contaria com *tatames* e com outras estruturas de treino como academias, quadras e estruturas desportivas. Porém, o treinamento em artes marciais permanecia “tabu” dentro da corporação, dividindo opiniões entre os comandantes.

Isso porque em alguns batalhões, o contingente reduzido de policiais somado ao tempo que o treino consumiria de seu expediente acarretaria em uma redução parcial, no entanto significativa do efetivo nas ruas. Sendo assim, cada comandante de batalhão escolheria a melhor forma de dar continuidade ao treinamento operacional, ainda que com treinamentos esporádicos e descontínuos ao longo da carreira de seus subordinados.

Na visão do oficial, o policial militar que pratica artes marciais é mais “equilibrado”, “não reage e nem abusa da força quando alguém da rua vem ofendê-lo ou provocá-lo”, “ele conhece bem a si mesmo e sabe de sua capacidade de ação” e, principalmente, “ele não é mole, ele vibra mais, tem tenacidade, liderança”. Quem treina “endurece mais”, “não fica maluco em serviço e por isso sobe (na hierarquia) sem ficar de molho”<sup>36</sup>.

Outra questão importante ressaltada pelo Tenente J seria o motivo do porquê parte de seu efetivo praticar artes marciais fora da caserna, nos poucos momentos em que não estavam enquadrados em suas escalas, em seu tempo livre. Segundo o oficial, isso ocorria pela falta de confiança dos policiais nas técnicas aprendidas durante seus cursos de formação. Tanto oficiais quanto praças procuravam as artes marciais e os esportes de combate como uma *atualização e manutenção* das técnicas de Defesa Pessoal, mas não só.

Diferentemente do que era abordado na disciplina, a busca pelas artes marciais conduziria o policial a uma imersão em um treinamento contínuo, que levaria em conta princípios, conceitos, valores e regras de cada prática, acentuando sua preparação física e sua “disciplina mental para enfrentar o constante estresse da rotina de trabalho”. Os policiais viam nas práticas marciais meios de reforçar as características militares de sua profissão, estendendo-

---

<sup>36</sup> Aqui o Tenente J se referia a aqueles militares que ficam “travados” na hierarquia por apresentarem problemas psicológicos ou distúrbios de conduta por não “suportarem a pressão” da vida militar, sugerindo que aqueles versados nas artes marciais “vivem” ainda mais a realidade da guerra e, por isso, assumem postos de liderança, ajudando a ascensão hierárquica tanto de praças quanto de oficiais.



as para sua vida fora da caserna.

Assim, a realização da pesquisa poderia, segundo nosso interlocutor, “servir” para tornar evidentes estas relações por ele elencadas e que por vezes eram negligenciadas pelo Comando, como incentivo para repensar o treinamento policial militar. Não obstante, essa apropriação da pesquisa por parte dos interesses institucionais de nosso interlocutor replicaria ainda o mesmo movimento observado em outras pesquisas etnográficas sobre militares. Trata-se de domesticar o antropólogo (LEIRNER, 2009), atribuir-lhe uma função, garantindo que seus próximos passos sigam os interesses da corporação para além de seus próprios interesses de pesquisa. Mas, além disso, suspeito que a pesquisa pudesse ainda ser entendida como um argumento a mais para a valorização das artes marciais dentro da PM, daí seu interesse.

Diferentemente de nossa experiência pretérita com o Exército, que procurava omitir-se em relação aos meus pedidos para manter suas práticas e seus treinamentos camuflados, meus interlocutores policiais militares se valeriam taticamente de minha pesquisa para tornar notórias as relações entre o treinamento militar e a prática marcial. A pesquisa tornar-se-ia um veículo, um meio de troca para que os policiais pudessem repensar suas próprias práticas junto ao Comando, que detinha poder decisório sobre os treinos físico-desportivos e sobre as atualizações táticas nos batalhões.

Ao final da conversa, firmamos um compromisso de elaborar os documentos necessários, pedindo a autorização do Comando Geral para a realização da pesquisa e tendo como sugestão a realização do trabalho de campo na Escola de Educação Física da Polícia Militar, entidade responsável pela formação de instrutores e de monitores em diferentes cursos operacionais.

Durante os próximos três meses após a conversa, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, frequentei o quartel semanalmente, me reunindo com o Tenente J sempre que solicitado. A cada chamada, eu realizava uma alteração no projeto ou no ofício que o acompanhava, seguindo as indicações do oficial. Na maioria das vezes, era requisitado para alterar pequenos detalhes como, por exemplo, a sigla da patente que precedia o nome de um oficial, tal qual adicionar material imagético ao projeto para melhor entendimento da proposta e até mesmo uma breve descrição das observações realizadas em outros momentos. Cada passo por mim realizado até então, bem como os que gostaria de dar, deveria estar estritamente delimitado e explicado para que o Comando decidisse sobre o desenvolvimento da pesquisa na instituição.

Sabendo das dificuldades para que o projeto pudesse chegar até as mãos do Comandante da Escola e para que ele se interessasse pela pesquisa, Tenente J passou a recrutar contatos com instrutores de outros centros de formação da Polícia Militar na capital, tais como a Escola

Superior de Sargentos (ESS) e a Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB). Em ambas, segundo o oficial, haveria instrutores e professores envolvidos em um projeto de revisão da disciplina de Defesa Pessoal que poderiam facilitar a aprovação de uma pesquisa sobre o tema, mesmo que para um civil, sendo que parte do corpo docente dos centros de formação mobilizados também atuaria como instrutores na Escola.

No final de fevereiro, o Tenente J repassara o contato do Tenente A, oficial que ficou responsável por me receber na Escola e por cuidar de minha estadia durante a observação da instrução. Entrei em contato com o oficial, que logo nos primeiros e-mails requisitou que eu falasse de minhas intenções, quais eram os meus contatos dentro da polícia, com quais outros militares eu possuía algum tipo de relação e, ainda, quando seria um dia adequado para a minha ida à Escola para que realizássemos uma reunião com o Comandante. Em tal reunião, seria decidida a possibilidade de realização do projeto junto à instituição, bem como os termos de seu prosseguimento caso houvesse parecer favorável por parte do Comando. Reunião marcada, me deslocuei até à Escola em São Paulo para o encontro com o Comandante e o Tenente A, ocasião em que descobri que ele era um dos instrutores da disciplina de Defesa Pessoal em que pretendia realizar minhas observações.

### **2. 3. A Velha Escola e suas instruções**

A Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo é conhecida entre os policiais como a “Velha Escola”, “berço da Educação Física nacional”. Nela, se formaram os primeiros cursos de ginástica e de Esgrima do país em 1910. Localizada na Av. Cruzeiro do Sul (zona norte de São Paulo/SP), a Escola foi estabelecida logo ao lado do Centro Administrativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, conhecido pelos policiais como “Panelão”, que consiste em uma estrutura circular com arquitetura panóptica reversa, revestida por vidros espelhados que possibilitam aos que estão do lado de dentro “vigiarem toda a extensão da cidade de São Paulo” sem, no entanto, serem vistos pelos que estão de fora.

**Figura 9 - Escola de Educação Física da PMSP, ao lado do “Panelão”**



Fonte: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/estrutura.html>

Durante o ano letivo, a Escola é responsável por diferentes cursos de nível superior e de especializações, tais como o Bacharelado em Educação Física, Docência de Tiro, Força Tática, Técnicas de Menor Potencial Ofensivo e Defesa Pessoal e, por fim, Policiamento com Bike. Nesses cursos são formados os policiais responsáveis por conduzir o treinamento de técnicas voltadas ao policiamento tanto comunitário – que visa o diálogo e a proximidade com a população – quanto ostensivo, realizando patrulhas e abordagens táticas em locais designados pela inteligência<sup>37</sup>.

Na Escola ainda são ofertadas aulas de diferentes modalidades de esportes, dentre eles Jiu-Jítsu, futebol, natação e atletismo, bem como competições e campeonatos desportivos reservados a todo o efetivo dos batalhões da capital e demais batalhões do interior. Além das atividades reservadas aos policiais, a Escola promove atividades com a sociedade civil no que tange a promoção da saúde e o bem-estar por meio da prática de atividades físicas, como corridas aos finais de semana, treinamento funcional para a terceira idade, esportes e recreação para crianças e jovens.

Outra função importante desempenhada pela Escola é a realização das avaliações do Teste de Aptidão Física (TAF), que esquadrinha e seleciona por meio do porte, da resistência física e das capacidades motoras os indivíduos que prestam os concursos da PMESP para

---

<sup>37</sup> Assim como no Exército, a Polícia Militar possui uma seção específica de inteligência, voltada para o acompanhamento de dados sobre tráfico de drogas e sobre organizações criminosas.

ingressar na instituição, e, ainda, avalia a condição física do efetivo de policiais militares “na ativa” na cidade de São Paulo. O procedimento deve ser realizado anualmente para que os policiais estejam credenciados como aptos para o cumprimento de sua função e ascensão hierárquica em suas carreiras.

Cerne da ação policial, a partir dos cursos de formação e de manutenção das práticas aprendidas na caserna, é durante as instruções que os policiais atestam e colocam em prática o que aprenderam na teoria em sala de aula, com o estudo das leis, das normas e dos procedimentos. Nelas são replicadas situações semelhantes às abordagens e às situações de risco, sempre assistidas por instrutores mais experientes que atuam com os alunos, a fim de contribuir na prática para seu aprendizado. A Escola é o lugar de formação dos futuros instrutores que replicarão o treinamento físico-tático ensinado nos quartéis de todo o estado.

Descendo na Estação Armênia, Linha Azul do metrô de São Paulo, já é possível identificar o “Panelão” e a “Velha Escola”. Ao se aproximar da avenida Cruzeiro do Sul, é perceptível a diferença no ambiente, onde grande parte dos estabelecimentos comerciais, bares e restaurantes, fazem alusão ao universo policial militar. Fardas, uniformes militares para crianças, panfletos de recrutamento e até lojas voltadas para o ofício contendo equipamento operacional são encontradas nas proximidades.

O ambiente da cidade se transforma. Há uma constante movimentação de policiais militares e de membros das Forças circulando no entorno do local, realizando exercícios táticos nas ruas em plena luz do dia. O vai e vem das viaturas é constante. Motos da ROCAM<sup>38</sup> saem em disparada, acelerando em meio aos carros e parando nos semáforos em formação, com as motocicletas expondo as laterais. Os policiais permanecem em vigilância, sem comunicação verbal entre si e com a mão direita repousada sob o armamento. Quando o semáforo abre, eles ligam as sirenes e saem em formação, levando alguns segundos para que o trânsito retorne a seu fluxo normal. Viaturas saem em disparada da porta do “Panelão”, com os policiais munidos com armas de grosso calibre expostas em suas mãos nas janelas dos carros. Todos na rua são alvos de seus olhares.

Os muros do quartel avisam e delimitam a área militar, cuja constante vigilância e permeabilidade regulam aqueles que entram e saem. Chegando na guarita, passei pelo protocolo inicial de identificação, momento em que são checados o nome da pessoa, se há antecedentes criminais, a origem e o motivo da visita. Permissão concedida, me dirigi até o prédio dos oficiais onde seria realizada a reunião e que continha um pequeno acervo de troféus, com fotos e

---

<sup>38</sup> Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas.

recortes de antigos jornais em seu hall de entrada, onde ainda ficam expostas “as glórias” de antigos policiais atletas e os equipamentos utilizados por eles, como floretes, bolas e roupas de treino.

Fui recebido pelo Tenente A, que antes de me conduzir ao Comandante, me chamou para uma pequena conversa fora do prédio: "Te chamei aqui porque queremos – eu e o Comandante – saber quem você é, te conhecer. Já falou com algum Coronel antes na vida? Sabe como eles são?". Contei-lhe um pouco da história do projeto, da minha trajetória pessoal e dos caminhos que me levaram até ali. A todo instante, eu era lembrado que estar ali era algo inédito, principalmente em um momento político como aquele: "Quando isso aqui chegou às minhas mãos, achei que fosse piada, principalmente quando li ‘Antropólogo’, ‘Cientista Social’”.

Depois de incisivas considerações sobre como deveria me portar, o que deveria dizer e o que não, o oficial me levou ao encontro do Comandante. No caminho, o Tenente A ainda advertira: "Ele é um Coronel, irá olhar você de cima a baixo, se sua bota está bem lustrada, sua calça, seu cinto, se sua camiseta está amassada, a barba feita, e até o comprimento do cabelo. Tudo isso conta".

Subimos as escadas e, antes de chegar ao fundo do corredor, foi requisitado pelo Tenente A que deixasse meu material na sala onde seria a nossa reunião. Organizei todo o material de acordo com a ordem de sua apresentação, com alguns livros sobre a antropologia dos militares que pretendia apresentar. Deixei o material sobre uma cadeira e me dirigi a uma copa, no fundo do corredor onde o Tenente-Coronel se apresentou, ordenando que o Tenente A me oferecesse um cafezinho. Algum tempo depois, um policial veio à porta, acenou com a cabeça para os oficiais que logo em seguida me convidaram para retornar à sala de reuniões. Lá chegando, percebi que algo havia ocorrido. Minha bolsa estava aberta e o material não estava na disposição que havia deixado anteriormente. Posteriormente, relatei o ocorrido a um Major, que me advertira sorrindo: “Procedimento Padrão! Os caras estão ressabiados. Tem tanta gente que faz entrevistas com o Comando e rasga o verbo falando mal da PM nos livros e jornais que eles ficaram espertos”.

A conversa com o Comandante se deu em tom amigável. Apresentei o projeto, munido dos livros de antropologia sobre a temática militar e de fotos de minha participação em treinos de artes marciais. Fui constantemente questionado sobre o projeto e como pretendia desenvolver o trabalho de campo passo a passo durante as instruções. Expliquei detalhadamente como era um trabalho etnográfico e quais eram minhas intenções, pleiteando a observação direta e a participação durante as instruções, bem como a realização de pesquisas em acervos, documentos e de entrevistas supervisionadas com os alunos.

O Comandante demonstrara interesse em minha experiência com as artes marciais e relatou sua crença de que os policiais militares deveriam ter aulas de Aikido durante sua carreira, haja vista que é uma arte marcial em que não existem golpes, somente contragolpes, adequada, portanto, à função do policial. Questionando minha opinião sobre o assunto, abri o projeto e apresentei os dados obtidos por meio dos manuais militares de combate corpo a corpo e defesa pessoal brasileiros, como o C 20 50 do Exército e o M 03 PM da PMESP, demonstrando algumas conexões que havia encontrado entre o treinamento marcial e sua aplicação pelas Forças.

Com a devida referência, os oficiais reiteraram a importância do debate e começaram a negociar as possibilidades de desenvolvimento da pesquisa. De imediato, o Comandante alertara que eu não poderia ter acesso aos documentos internos sobre o treinamento militar, que deveriam permanecer em sigilo aos olhos civis, embora eu já possuísse algum material interno ao universo policial<sup>39</sup>. Já em relação às minhas observações e às entrevistas, elas deveriam ocorrer na companhia de um instrutor, no intuito de “mediar” a relação com os alunos. Por fim, o próprio Comandante relatou que a pesquisa poderia “servir” à corporação, uma vez que o treinamento de Defesa Pessoal estava em processo de avaliação e de reformulação dentro da instituição e, portanto, segundo ele, seria bem-vindo um olhar “das humanidades” sobre o tema<sup>40</sup>.

Antes de encerrar a conversa, os oficiais questionaram sobre alguns dos livros que havia trazido comigo: *O Espírito Militar*, de Celso Castro, *Antropologia dos Militares*, de Castro e Leirner e, por fim, *O Corpo Fardado*, de Vicentini. Tanto para o Comandante quanto para o Tenente, esses livros seriam “psicológicos demais”, ainda que os dois primeiros sejam tomados como referência durante as aulas ministradas nos cursos de formação.

---

<sup>39</sup> Mesmo sigilosos e de uso interno à PMESP, um de nossos interlocutores (um coronel da reserva) sugeriu que procurássemos os devidos manuais operacionais e de treinamento físico policial militar na internet, haja vista que estavam disponíveis em domínios públicos fora dos sistemas internos da corporação.

<sup>40</sup> Como parte do processo de cooptação da pesquisa proposta, fui convidado a participar de um grupo de trabalho (GT) interno, cujo objetivo era atualizar o treinamento da disciplina, a partir das diretrizes de Direitos Humanos e da inclusão de técnicas e de procedimentos operacionais a fim de garantir respaldo jurídico necessário aos policiais. Durante o campo, fui insistentemente questionado sobre como um policial deveria responder em processos jurídicos, de forma eficaz, para minimizar os “danos” por eles causados nos corpos de pessoas que os acusavam de violência durante suas operações nas ruas. Eu, tanto enquanto aprendiz de etnógrafo como também cidadão, não saberia responder, porém, questionei meus interlocutores sobre o assunto, pensando que se eles possuíam o uso legítimo da força e eram treinados para dele fazer uso de maneira adequada com respaldo legal, por que então deveriam munir-se para responder em meio a esses processos? Foi então que um de meus interlocutores explicou-me que quando um policial responde por uso excessivo da força, ele responde sozinho em júri popular sem o respaldo da corporação, que também elabora um processo administrativo interno. A intenção do GT seria justamente munir o policial com meios para se defender publicamente e, ainda, para convocar a corporação para que responda por ele em meio aos juris populares e militares. Após o questionamento, meus interlocutores optaram por me excluir do grupo, permanecendo suas ações sob sigilo.

Com o término da reunião, o Comandante deu o aval para que eu pudesse frequentar as instruções de Defesa Pessoal, conforme a indicação dos professores para o início das observações. Despedi-me do Comandante quando fui recrutado<sup>41</sup> pelo Tenente A para conhecer as instalações da Escola, onde seriam realizadas as aulas.

Após percorrer o caminho entre o prédio do Comando até o ginásio principal onde ficava o *tatame* da Escola e onde seriam realizadas as instruções, o Tenente A me levou próximo a alguns pelotões em instrução para que eu pudesse especificar como pretendia realizar minhas observações em campo.

Permaneci com ele próximo ao *tatame* onde um pelotão do curso de Técnicas de Menor Potencial Ofensivo e Defesa Pessoal realizava a sua última instrução antes da formatura. Havia dois instrutores, um deles com o corpo todo revestido por almofadas e que simulava uma agressão aos policiais – todos fardados –, que, por sua vez, deveriam corresponder às investidas de acordo com o conhecimento desenvolvido ao longo do curso. Observando a instrução ao lado do *tatame*, permanecia sentado outro instrutor de costas para o resto do ginásio. Chegando próximo ao local com o Tenente, reparei que o instrutor estava sentado em *seiza*, conforme já havia experimentado nas artes marciais. Me dei conta, pois, que ele possuía a deformação característica de lutadores de Jiu-Jítsu em sua orelha, a estrutura corporal em “triângulo” e as protuberâncias ósseas nas falanges dos dedos das mãos. Perguntei ao oficial se o instrutor era mestre e praticante de Jiu-Jítsu, uma vez que sua postura o evidenciava, obtendo como resposta: “Sim! Você também consegue ver?”.

Observei, ainda, que os policiais desferiam socos e chutes no instrutor de forma “rígida”, com excesso de força, executando-os de uma maneira que eu já havia aprendido “na prática” ser ineficaz e prejudicial. Os policiais estendiam todo o braço para realizar os socos, causando uma hiperextensão do membro e que, caso o golpe atingisse um corpo ou um equipamento que lhe ofereça resistência ao impacto, a soma das forças sobre o membro poderia implicar uma grave lesão com torções e fraturas. relatei esta percepção ao Tenente A, que de pronto respondera: “Excelente!”, e continuou: “Se forem estas observações que pretende fazer, não haverá problemas”. Ele ainda deixou claro a necessidade de manter em sigilo a identidade de

---

<sup>41</sup> A expressão, própria do universo militar, aparece nos dados de campo como a forma pela qual o Tenente A passou a se referir à minha inserção dentro da caserna, após a decisão do Comandante: “O mais difícil, que era a autorização do Coronel, você já conseguiu, tá recrutado! [...] Quando puder vir, e se quiser vir de carro, pode estacionar aqui dentro, desde que a documentação esteja em ordem”. Mas para além do uso da expressão, esta marcaria, ainda, o início de uma mudança de minha condição de “inimigo” (antropólogo, cientista social) para de “amigo” (artista marcial e pesquisador do treinamento militar) aos olhos de meus interlocutores, podendo agora participar, ainda que sob vigilância e controle, de suas instruções e do seu cotidiano: “Ele tá recrutado, tudo em ordem”.

todos com quem mantivesse relações a partir de então, prezando por sua integridade na corporação.

Antes de encerrarmos a conversa, o oficial ainda interrogou se eu possuía algum débito com a lei, olhando e indicando com a cabeça para o “Panelão” e dizendo: “Os caras de lá vão puxar a sua ficha completa, é bom que esteja tudo em ordem. Só depois da averiguação e da permissão deles é que entraremos em contato”.

## 2. 4. Um antropólogo nos quartéis

Creemos que todos esses mecanismos de vigilância e de cooptação por parte de nossos interlocutores, como também experimentado e descrito por Leirner (2009), faça parte do universo no qual habitam e constantemente vivenciam: a guerra, o controle e o comando hierárquico.

Para realizar pesquisas nessas instituições – que devido a sua centralidade no Estado controlam informações, prescrevem ações e delimitam movimentos –, o pesquisador precisa munir-se de meios capazes de colocá-lo próximo aos seus sujeitos: atestar condutas, angariar relações, produzir narrativas que minimamente o aproximam do universo militar para, então, ser reconhecido como “amigo” ou “inimigo da corporação”. Ao mesmo tempo, é necessário delimitar até que ponto a instituição pode ou não exercer influência sobre as suas observações, uma vez que, ao controlar as relações entre o pesquisador e os demais sujeitos, este se torna *refém* de suas decisões.

Digo *refém* pois o que ocorre no processo de negociação é a *estocolmização* tanto do pesquisador quanto de quaisquer outras pessoas que buscam e adentram o ambiente da caserna. O termo fora retirado de empréstimo de um policial aposentado, conhecido como Sargento Lago, escrito em seu livro *Papa Mike* em que versa sobre o cotidiano de corporações policiais militares de diferentes estados do país e faz referência à *Síndrome de Estocolmo*, que segundo Ferreira Santos:

[...] é um estado psicológico no qual as vítimas de um sequestro, ou pessoas detidas contra a sua vontade – prisioneiros – desenvolvem um relacionamento com seus captores. Essa solidariedade pode algumas vezes se tornar uma verdadeira cumplicidade, com os presos, chegando a ajudar os captores a alcançar seus



objetivos<sup>42</sup> (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 14).

O processo ocorre na caserna desde o momento em que os ingressantes dos concursos adentram os cursos de formação quando, ainda que por livre e espontânea vontade, vivenciam verdadeiros exercícios de guerra (ALBUQUERQUE; MACHADO 2001; STORANI, 2008), bem como a reclusão, o isolamento e a obediência adquirida gradualmente a partir da vigilância hierárquica dos oficiais e de seus métodos corretivos de conduta.

Aos poucos, com o cotidiano dos ritos, a padronização dos movimentos e com a disciplina, os novatos transformam-se em partes operantes dos quartéis, recebendo funções, executando ordens, reconhecendo-se enquanto próximos, seres-Estado. No entanto, não basta para o comando a domesticação dos de dentro, é preciso expandir e exportar a lógica da disciplina e da hierarquia para fora da caserna, reconhecer os próximos e os afins, para que, mesmo enquanto sujeitos fora do mundo militar, operem sobre as ordens ou sobre os interesses da cadeia de comando. Comigo, que insistia em fazer pesquisa junto a eles, não seria diferente.

Conforme visitava o quartel, me relacionava com os praças e me reunia com oficiais, percebia que cada vez que o projeto passava pelo crivo de um indivíduo de determinada patente – que invariavelmente recrutava meus dados pessoais, esquadrihava minhas relações com outros policiais e expunha seus interesses pessoais sobre a pesquisa –, mais ele impunha condições e sanções para sua execução, até que os próximos na hierarquia também assentissem com as propostas. Dentre os efeitos colaterais produzidos por este processo, cada vez que eu recebia um parecer favorável à pesquisa, menos autonomia sobre ela eu sentia ter, sobretudo porque meus interlocutores reforçavam veementemente quais resultados eu deveria obter. Não à toa, quando transitava entre os quartéis, ainda me era requisitado que eu reportasse aos oficiais o quanto fui bem recebido e o que havia sido acordado entre nós – quase comandado.

Outra sensação marcante, era a de impossibilidade de haver erros dentro do ambiente do quartel. Cada passo, cada gesto, cada ação deveria ser realizada com primor nos detalhes, como proposto pelo Comando ou pela etiqueta militar. Era comum que após um subordinado responder sobre uma ação, uma missão ou sobre os exercícios realizados, os oficiais respondessem com um “excelente” sobre ações, palavra que até então não estava acostumado a ouvir.

Com o tempo, inclusive, passei a me questionar se de fato eu e a pesquisa não havíamos

---

<sup>42</sup> Segundo Ferreira Santos (2006), a síndrome recebeu este nome pelo psicólogo Nils Bejerot, quando acompanhava o caso de um assalto do Kreditbanken em Norrmalmstorg, Estocolmo, em que as vítimas continuavam a defender seus captores, mesmo depois do fim de seis dias enquanto reféns.

sido englobados pelos interesses dos oficiais e se não estaria, de fato, agindo de acordo com seus comandos. Isso porque, no decorrer do processo, percebi que havia perdido agência sobre o projeto, que circulava de mão em mão entre os oficiais, sendo que os retornos que deles obtinha determinavam exatamente como deveria agir e prosseguir para que pudesse executar a pesquisa. Tal percepção gerava o desconforto ético, uma vez que a cada passo dado, o produto da pesquisa parecia antes dever reforçar e defender as práticas de meus interlocutores do que produzir um relato antropológico do que era observado e vivido.

Essa percepção refletia, também, o como o tempo era central para a maturação da relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa pois, como pude observar, quanto maior o período em que o projeto e a pesquisa permaneciam sob tutela de meus interlocutores, maior também eram as exigências de um compromisso político que eles preteriam que assumisse diante de minhas requisições, assumindo o seu ponto de vista sobre o que observar e como.

Para não aderir a essa lógica, algumas precauções foram tomadas. A primeira foi a busca por referências sobre o treinamento militar e policial acerca das disciplinas de combate corpo a corpo e de defesa pessoal, munindo-me de argumentos e levantando questões que os próprios policiais já haviam enunciado, como a dificuldade de manutenção do treinamento oferecido nos cursos de formação e a não confiança no uso das técnicas durante as abordagens. Diante das minhas indagações, os oficiais contestavam frequentemente que o treinamento era “excelente” e que capacitava o policial, tornando-o apto a “servir a sociedade” de maneira humanizada e adequada. Na prática, os casos recentes de violência física e as primeiras observações sobre como os policiais treinavam os golpes e as técnicas – aos olhos do artista marcial etnógrafo – pareciam distantes do que se poderia ser enunciado como excelente.

A segunda precaução foi permanecer atento à diferença entre o dito e o vivido, uma vez que, para os oficiais, havia um hiato entre os sentidos e as finalidades da defesa pessoal e das artes marciais e o que era vivido na prática pelos praças. Enquanto os oficiais apostavam nas artes marciais como meios de reafirmar valores e características do universo militar – como uma reprodução esportificada do combate e da preparação para a guerra por outros meios, assim como descrito anteriormente pelo Tenente J –, para os praças o treinamento de Defesa Pessoal servia como uma capacitação, ainda que breve, na qual o policial se versa para o ofício mas que não possuiria a devida eficácia, uma vez que ocorreria somente durante os cursos de formação. Assim, aos olhos dos praças, as artes marciais e os esportes de combate complementarizavam o treinamento e contribuiriam para que o praça pudesse otimizar seu tempo livre e “relaxar” em seus momentos de lazer, também se dedicando a algo ligado a seu ofício e ao treinamento militar.

Treinar com meus interlocutores, me colocando em contato com eles durante as instruções, relatando suas dificuldades, opiniões e práticas, favoreceria uma visão distanciada sobre o que era de fato produzido e treinado na caserna, pela chave das artes marciais.

Por fim, foi necessário reafirmar a condição de pesquisador e o compromisso ético do fazer científico, resguardando as identidades e seguindo as condições impostas pela instituição, mantendo-me neutro diante da requisição de respostas sobre minhas observações, suas práticas e seu impacto na sociedade civil. Tomadas estas precauções e ciente do constante controle da pesquisa por parte de nossos interlocutores, aguardei suas ordens para prosseguir com o trabalho de campo dentro da caserna.

### **CAPÍTULO 3. HISTÓRIA DAS ARTES MARCIAIS E SUAS INTERSECÇÕES COM O TREINAMENTO MILITAR**

Antes de continuar com a descrição de nossas experiências, é preciso situar como ocorreram os processos de militarização das artes marciais e sua institucionalização nas academias militares, seguindo os caminhos percorridos pelas técnicas marciais, seu trânsito e apropriação por parte de diferentes exércitos e instituições pelo mundo. Isso porque essa reconstrução etno-histórica serve como ponto de partida para entendermos como as artes marciais e suas transformações em métodos de defesa pessoal também ocorreram no Brasil, culminando tanto no incentivo do treinamento marcial como parte de projetos disciplinares nacionais – em prol de interesses políticos em tempos de guerra e durante a Ditadura –, quanto na domesticação das técnicas marciais para reforçar o treinamento militar até os dias atuais.

Como ocorreu a articulação entre as artes marciais e o treinamento militar? Como tais técnicas chegaram ao Brasil? Como elas foram gradativamente incorporadas ao ofício militar e como elas são treinadas e exercidas hoje pelas Forças Armadas e pela Polícia Militar?

A proposta pode parecer pretenciosa, mas a partir das observações no campo e da bibliografia foi possível identificar técnicas e posturas que persistiram ao longo dos séculos, conectando a Índia, a China e o Japão feudal, Grécia, Roma e diferentes Estados e nações ao longo da história mundial. Foi possível, ainda, identificar como essas práticas foram incorporadas por essas instituições e convertidas de acordo com os interesses de seus agentes. É sobre tais transformações, ressignificações e agenciamentos que pretendo tratar.

#### **3. 1. Do campo de batalha aos *dojos* e *ringues*: o movimento das artes marciais e dos esportes de combate pelo mundo**

As artes marciais e os esportes de combate estão envoltos em um campo de discussões que lembraria um tanto aquilo que Sahlins (1990) remete a uma mito-história. Retomaremos esta narrativa mais com o intuito de entender como o discurso das artes marciais chega aos nossos ouvidos hoje, do que realizar uma arqueologia do tema. Isto porque, ainda na esteira de

Sahlins (1990), esta história se torna também uma mitopraxis<sup>43</sup>, pois tem a eficácia de se incorporar ao discurso de seus praticantes como algo que “sempre esteve” conectando a guerra à disciplina marcial. É em função disso que foram selecionados elementos da bibliografia que retomam essas ligações.

Cabe salientar que ao longo da história há um constante movimento de conversão e de reversão das técnicas marciais em técnicas de combate corpo a corpo militares. Este movimento indica algumas formas pelas quais diferentes Estados e sociedades operaram o controle interno da violência física e sua transformação (ELIAS, 1992). Ora as técnicas aparecerão como apropriações pelos exércitos, convertidas em meios de potencializar a violência; ora aparecerão como esporte, praticados por pessoas comuns, com a gradativa ressignificação da violência nos treinos e na preparação para competições.

### 3. 1. 1. Das lutas do Ocidente

Apesar da extensa bibliografia sobre a origem e o desenvolvimento das artes marciais e dos esportes de combate ao longo da história mundial, muito pouco foi registrado sobre como estas práticas se desenvolveram no ocidente.

Filostrato, em seu *Peri Gymnastike*, escrito no séc. III d.C., teria sido o primeiro autor ocidental a registrar o Pancrácio como uma luta, um esporte prístino de combate praticado durante grandes eventos nas cidades estado gregas, como os Jogos Olímpicos e as festividades locais (ELIAS, 1992). O Pancrácio possuía certa relevância na sociedade grega por tratar-se de uma prática relevante tanto para o treinamento e para a preparação para a guerra, quanto como meio lúdico de entretenimento cujas disputas refletiam o êxtase e a apreciação da sociedade grega para com a violência.

No Pancrácio, o objetivo final era sobrepujar o inimigo fazendo-o se render. Não havia limite de tempo regulamentar para as lutas. Elas poderiam se desenvolver por horas ou mesmo dias até que um combatente se rendesse ou fosse morto. As regras também não eram devidamente escritas ou registradas, sendo flexíveis de acordo com a tradição. Era tacitamente proibido dar mordidas e arrancar os olhos do adversário, sendo que todos os membros poderiam ser utilizados para golpear, podendo atingir quaisquer lugares do corpo do oponente. O fim da

---

<sup>43</sup> Uma confluência entre estrutura e história em que o nativo recria e revive o mito em situações contemporâneas (SAHLINS, 1990), engendrando novos atores e eventos em tramas já tecidas e presentes em sua mitologia.

luta ocorria quando um dos combatentes desistia, sendo comum que um ou ambos morressem durante ou logo após o combate, recebendo láureas e homenagens pelo confronto no campo de batalha, cuja demonstração dos valores de bravura e de força valia mais a eles do que sua rendição e humilhação aos olhos dos espectadores (ELIAS, 1992).

Segundo Elias, o Pancrácio possuía uma conexão importante com o universo militar. Os exércitos das cidades-Estado gregas eram formados majoritariamente pelos cidadãos, que almejavam a manutenção de um ethos guerreiro, sempre valorizado e incentivado pela elite como parte de suas construções estéticas sobre o que era belo, bom e justo. Tais relatos aparecem nas histórias de batalhas travadas pelos gregos na Antiguidade Clássica, em que:

O Boxe Grego, comum às outras formas de preparação agonística e prática nas cidades estado gregas, mas diferente do Boxe Inglês nos séculos XVIII e XIX era considerado tanto um meio de preparação para a guerra como para os concursos de jogos. Filostrato menciona o fato de a técnica de luta Pancrácio ter mantido os exércitos das cidades gregas em vantagem na batalha da Maratona, quando esta se desenvolveu numa luta corpo a corpo generalizada, e também na das Termopilas, onde os Espartanos lutaram com as mãos nuas quando as espadas e dardos quebraram (ELIAS, 1992, p. 203).

No decorrer do processo histórico, houve uma separação inicial do que se praticava nas grandes competições desportivas e o que era treinado para a guerra. Segundo Dress (apud ELIAS, 1992), durante o Império Romano, houve a gradativa profissionalização dos exércitos e o financiamento dos guerreiros, resultando na ampliação do número de combatentes e na necessidade de adaptação do treinamento militar às novas táticas de combate. Diferentemente do treinamento do Pancrácio, em que os cidadãos treinavam o combate livre, houve uma seleção de técnicas e de golpes eficientes para o treinamento dos exércitos, prezando pela padronização dos movimentos a serem realizados pelos soldados nos campos de batalha. Como observa Elias (1992), estas implementações, cuja disciplina permitiu coordenar vários corpos ao mesmo tempo sob um único comando hierárquico, realizando a mesma técnica/tática, distanciou o treino do Pancrácio dos interesses militares.

Ainda segundo o autor, desportos de combate como o Pancrácio passaram a ser mais atraentes ao público em geral, como meios de canalizar expectativas, fazer apostas, aumentando a excitação no desfecho das lutas. A violência que antes era liberada nos campos de batalha, agora era experimentada por procuração, canalizada na expectativa do combate e no prazer em assisti-lo (ELIAS, 1992).

Gradativamente, os duelos passaram a incorporar novos mecanismos de controle da violência e a se diferenciar, a fim de ampliar o prazer dos espectadores. Em Olímpia, como

apontou Dress (apud ELIAS, 1992), o pugilismo greco-romano se desenvolveu com a adoção de determinadas regras que restringiam os golpes e os locais onde poderiam ser empregues. O alvo principal era a cabeça e a face do oponente. Só deveriam ser empregados golpes com as mãos, revestidas com couro como proteção, o que tornava o golpe mais rígido. As lutas decorriam até que um dos combatentes desistisse, apontando o dedo indicador na direção do vencedor. Caso o combate demorasse, o juiz poderia interceder ordenando que ambos desferissem golpes sucessivos até que houvesse um vencedor. Esse teria sido, na visão de Elias (1992), o início do processo que converteu o Pancrácio em diferentes modalidades de lutas desportivas, dentre elas o Boxe Inglês.

Com o tempo e com sucessivos processos de adaptação da prática à sua experimentação lúdica, houve a delimitação do espaço de combate (o ringue) e a proibição de golpes “baixos”, cuja penalidade pelo descumprimento das regras chegaria a desclassificação do lutador. Houve, ainda, a separação de combatentes por categorias e a delimitação do tempo dos assaltos, assistidos de perto por juízes responsáveis pelo veredito final, caso nenhum dos competidores fosse a *knockout*<sup>44</sup>. Em Elias (1992), o Boxe Inglês aparece como uma luta já *temperada* pela civilização, cujo prazer experimentado por seus observadores se expandiu com o nivelamento das disputas, seguindo os preceitos de justiça que emergiam da própria sociedade inglesa.

Do Pancrácio ainda teria se desenvolvido a Luta Greco-Romana, a luta olímpica ou o Wrestling. O objetivo da luta olímpica era derrubar e imobilizar o oponente sem realizar golpes de impacto, como socos e chutes. Eram permitidos agarrões e projeções, e não havia um espaço de tempo definido para que o combate se encerrasse.

Hoje a luta se desenvolve sob uma lona de doze metros quadrados, durante dois rounds de três minutos. São permitidas técnicas de agarramento e a torção de membros a fim de realizar o *encostamento* (dominar o oponente de costas para o solo). Caso o encostamento não ocorra, os juízes do duelo decidem o resultado a partir da soma dos pontos obtidos pelos lutadores durante o confronto<sup>45</sup>.

Outro desporto que se transformou – dos combates nas guerras para os grandes jogos do ocidente – teria sido a Esgrima. Segundo Ribeiro e Campos (2007), a Esgrima era caracterizada como qualquer duelo realizado com armas brancas, como espadas, adagas ou lanças, cujo objetivo era golpear o oponente em condições que replicariam as encontradas nos campos de batalha. Vencia o duelista que realizasse o golpe com maior precisão em locais considerados

---

<sup>44</sup> Ponto de encerramento de uma luta visto que um dos oponentes não está apto a prosseguir, configurando sua desistência.

<sup>45</sup> Site da Confederação Brasileira de Wrestling: <http://cbw.org.br/modalidades/regras/>

letais antes de seu oponente.

A Esgrima teria acompanhado o desenvolvimento das civilizações como parte do treinamento militar até o surgimento da arma de fogo. Na Antiguidade Clássica, ela seguiu como parte integrante do treinamento *hoplita*, em que o uso coordenado das lanças e das espadas sob os comandos dos generais ampliou a eficácia dos exércitos nos campos de batalha. Já nas grandes cidades romanas, os duelos de Esgrima faziam parte dos jogos encomendados pelos soberanos para o entretenimento da população. Gladiadores, escravos e cativos de guerra que possuíam treinamento militar combatiam em encenações que emulavam e que reviviam batalhas históricas de seus donos e anfitriões. Os duelos nas arenas prosseguiram até a morte de um ou de todos os combatentes, sem mediação por juízes ou regras<sup>46</sup>.

Posteriormente, com o estabelecimento do feudalismo e sua consequente estratificação social, o porte da espada – símbolo da posição de nobreza diante dos demais vassalos – deu início ao processo de conversão da Esgrima em desporto. Os nobres se adestravam para a guerra por meio dos torneios de Justa, espécie de Esgrima sob cavalos cujo objetivo principal era derrubar o oponente do dorso de seu animal, atingindo-o com a ponta da lança. Nestes torneios, os nobres também participavam de duelos não montados, com as armas que escolhessem, assistidos por juízes que determinavam um possível golpe mortal deferido contra o oponente, dando a vitória ao seu executor.

Pouco a pouco, a Esgrima se adaptou às novas diretrizes sociais. Na Inglaterra, para além das provas em torneios, os duelos de Esgrima eram promovidos por nobres nas ruas ou nas praças públicas como meios de restituição da honra quando desafiados por um alguém, a fim de vingar parentes ou cobrar dívidas.

Segundo Huizinga (2012), os duelistas iniciavam o combate munidos de equipamentos semelhantes, acompanhados de seus padrinhos<sup>47</sup> em um espaço delimitado para a luta, que poderia durar até a morte de um duelista ou até que houvesse o derramamento de sangue de um deles. Com a emergência da Idade Moderna e o emprego da arma de fogo nos campos de batalha, a Esgrima deixou de ter eficácia enquanto meio de adestramento dos soldados para a guerra e, ao mesmo tempo, se constituiu enquanto desporto de combate dotado de regras específicas e de restrições em relação ao uso do armamento nas ruas.

Na França, a Esgrima desenvolveu-se como desporto nacional, sendo praticada e aprimorada por pessoas de todas as classes sociais (RIBEIRO; CAMPOS, 2007). Em 1852, com o surgimento da École de Joinville – primeira Academia Militar de Educação Física da

---

<sup>46</sup> Site da Confederação Brasileira de Esgrima: <http://www.brasilesgrima.com.br/historia.htm>

<sup>47</sup> Pessoas próximas que serviam de testemunha do duelo.



Europa –, a Esgrima foi incorporada aos currículos de formação de praças e de oficiais como desporto e disciplina. Seu objetivo era aprimorar o corpo e os sentidos dos soldados, acostumando-os ao combate simulado nos duelos. Hoje, a Esgrima exclui a utilização de armas efetivas e o corpo do duelista agora é recoberto apenas por uma fina armadura feita de pano grosso, tendo como arma o *florete*, uma haste de metal com uma ponta esférica que simula uma espada. O objetivo do desporto é pontuar tantas vezes quanto possível com golpes eficazes em um breve espaço de tempo, acertando partes específicas do oponente durante os combates de proximidade.

Ainda na França vemos a emergência do Savate, também conhecido como Boxe Frances ou Chausson, desenvolvido por marinheiros e por piratas como uma defesa pessoal que gradativamente tornara-se um esporte nacional, sendo introduzido no treinamento militar francês da École de Joinville, ainda com o objetivo de capacitar e de treinar seus recrutas no combate corpo a corpo (VAZ; CUERVO, 2011).

O Savate, diferentemente do Boxe Inglês que só permite a utilização dos punhos para os golpes, incluía uma série de chutes e de pontapés com o objetivo de treinar o equilíbrio do marinheiro em alto mar. Treinar suas técnicas tornava-os capazes de se defender nas brigas de rua quando os navios atracavam ou em missões de assalto a outros em alto mar. Com o tempo, o Savate se modificou, incorporando regras semelhantes às adotadas pelos ingleses para o Boxe, como a separação do combate em diferentes tempos e categorias, bem como a restrição do duelo a um espaço específico, tornando-se interdita a sua prática nas ruas (VAZ; CUERVO, 2011).

Já no Oriente, a conversão de técnicas militares em desporto e nas diferentes modalidades de artes marciais seguiu por caminhos semelhantes, disseminando-se entre diferentes nações por intercâmbios religiosos, processos migratórios e guerras. Adentraremos, neste momento, de forma mais densa nestes dados, traçando alguns paralelos entre estes diferentes processos até o período atual, retomando o *como* as artes marciais e os esportes de combate foram e são utilizadas no treinamento militar e policial.

### **3. 1. 2. A emergência das artes marciais no Oriente**

Como aponta a literatura que investiga a origem das artes marciais no Oriente<sup>48</sup>,

---

<sup>48</sup> Shahar (2011), Gutierrez (2011), Hatsumi (1988), Turnbull (2006), Tokitsu (2012), Kano (2008) e Bull (2000).

“sempre” houve na história uma comunicação/relação entre elas e os exércitos. Data-se por volta de 5000 a.C. os primeiros relatos arqueológicos sobre a origem e a prática do Kalari Payattu indiano, a primeira arte marcial relatada no Oriente, praticada única e exclusivamente por uma casta de guerreiros chamada *Dshastra*. O fundamento da prática do Kalari Payattu residia na crença de que o praticante, com o treinamento cotidiano, poderia chegar a um estado de iluminação conhecido como *Vajramushti* – o “Punho Real” ou “Caminho do Rei”. Quando atingiam este estado, principalmente por conta do controle e da perícia técnica guiados pelos *gurus*<sup>49</sup>, os guerreiros acreditavam assumir as mesmas características do deus da guerra Vajrapâni, como músculos bem desenvolvidos, habilidades motoras ampliadas e capacidade de previsão dos movimentos dos inimigos (SHAHAR, 2011).

O Kalari Payattu era (e ainda é, de acordo com Schneider [2013]) uma mescla do combate corpo a corpo com a prática meditativa. O objetivo não era só subjugar o oponente na arena ou no campo de batalha, mas atingir a plenitude das capacidades físicas e espirituais com o uso de técnicas que ampliavam as capacidades físico-cognitivas dos guerreiros – como os *mudras*<sup>50</sup>, que também eram parte da prática da yoga, ensinada aos homens pelos deuses (SHAHAR, 2011). Tais técnicas colocariam os praticantes em relação direta com suas divindades, acessando o plano sagrado e se purificando por meio da meditação, da calistenia, do esgotamento físico do corpo e do treinamento do espírito na preparação para a guerra.

Segundo Schneider (2013), a própria nomenclatura da prática remete a uma transformação da forma como os indianos pensavam o treinamento e a preparação para a guerra: o termo *kalari* refere-se a um local de treino fechado, como um ginásio, enquanto *payattu* designaria a prática do combate. O treinamento era restrito a uma única casta, praticado internamente em um local, onde a violência poderia ser circunscrita e controlada aos olhos dos gurus (SCHNEIDER, 2013).

Aparentemente, houve uma disseminação das técnicas do Kalari ligada ao budismo e que permitiu o prosseguimento da sua utilização acompanhada da meditação, como meio de se estabelecer uma conexão entre os monges praticantes e os planos sagrados, confinando sua prática nos templos.

---

<sup>49</sup> Mestre ou guia sagrado do hinduísmo, que buscava ou atingia a iluminação, ensinando o caminho aos demais.

<sup>50</sup> Posições de mão que julgavam atribuir poderes mágicos aos guerreiros através dos cinco elementos da natureza, bem como reivindicar força, coragem, controle e fé.

Bull (2000)<sup>51</sup> e Shahar (2011)<sup>52</sup> atentam para o fato de que Bodhidharma, o Buda, foi praticante assíduo de Kalari Payattu e pregava o constante treinamento em conjunto com as práticas religiosas. Em sua visita à China, datada entre o século V e IV a.C., Bodhidharma teria permanecido por anos em retiro no Monte Song, mais especificamente no monastério de Shaolin, onde ensinara o Kalari Payattu aos seus discípulos como ginástica para melhorar o fluxo de *chi*<sup>53</sup>. As técnicas teriam sido praticadas e refinadas em sigilo pelos monges dentro do monastério, resguardando sua origem marcial/militar.

Neste período, durante o século IV a.C., Sun Tzu<sup>54</sup> escreve o livro *A Arte da Guerra*, no qual, em alguns capítulos, destaca a importância de um exército bem treinado a fim de realizar qualquer ordem de seu comandante aos interesses do Estado<sup>55</sup>, salientando que os homens que detêm os melhores atributos e habilidades para a guerra são os que deveriam estar à frente dos exércitos e serem valorizados no campo de batalha.

No século VI d.C., os monges de Shaolin foram responsáveis por uma rebelião armada, em que se valeram de seus próprios corpos e das técnicas ensinadas por Budhidharma para combater exércitos invasores, episódio no qual se assegurou a supremacia do imperador Li Shimin nos distritos próximos à província de Henan no Noroeste da China, onde o monastério se encontra (SHAHAR, 2011).

Como salienta Shahar (2011), um dos pilares do budismo é a não violência. Como então foi possível que monges budistas se rebelassem contra exércitos invasores? Shahar aponta uma aproximação de tais monges aos deuses guerreiros, como o Vajrapāni – o mesmo deus da guerra indiano já mencionado e que permanecera vivo nos contos e nas lendas budistas –, representado como uma entidade musculosa, com grande destreza e habilidade física, para legitimar o emprego das técnicas ensinadas pelo Buda no campo marcial. Nesse sentido, toda uma narrativa mitológica sobre a encarnação do deus entre os monges é evocada. Vajrapāni teria oferecido

---

<sup>51</sup> Wagner Bull é reconhecido como o maior escritor brasileiro sobre as artes marciais, sua história e sua prática. Tem formação acadêmica como engenheiro e se dedica majoritariamente às artes marciais. Possui a graduação de Shihan de Aikido, cargo máximo na hierarquia marcial e é presidente do Instituto Takemussu, onde incentiva e desenvolve pesquisas sobre a história das artes marciais junto a outros institutos do Japão.

<sup>52</sup> Meir Shahar, doutor em Línguas e Civilizações de Extremo Oriente pela Universidade de Harvard, é atualmente professor associado de Estudos Chineses no Departamento de Estudos do Extremo Oriente da Universidade de Tel Aviv, ganha destaque neste ponto da análise por ser um dos mais importantes estudiosos sobre a história das artes marciais e da religião na China, cuja principal questão de sua obra gira em torno do debate sobre a prática marcial/militar no seio do budismo chinês, sua história e mitologia.

<sup>53</sup> Chi, na China, é entendido como espírito ou energia vital que está sempre em fluxo pelo corpo e ao redor dele, culminando na total integração do corpo ao espaço.

<sup>54</sup> Sun Tzu, assim como aparece em Leirner (1997; 2001) e Castro (1990), é bibliografia obrigatória dos militares de carreira até os dias atuais.

<sup>55</sup> Importante notar que “A Arte da Guerra” é literatura obrigatória nas academias militares. E não só: algo da literatura contemporânea sobre estratégia divide-se entre desdobrar princípios de Sun-Tzu, por um lado, ou de Clausewitz (1996), de outro (Luttwack [1987], Puntoni [1999]; Gat [1989]).

uma sopa de tendões aos monges (vegetarianos), que ao consumi-la ganharam músculos e notáveis habilidades de luta. O deus ainda teria encarnado na pessoa de um monge, possuidor de um bastão mágico capaz de ampliar ou de diminuir de tamanho de acordo com a sua vontade e ensinado aos outros monges como realizar exercícios meditativos por meio da prática lúdica do combate.

Segundo Shahar (2011), estes contos e mitos sofreram uma conversão através da imbricação do budismo com os preceitos taoístas, escritos por Lao Tse por volta do século VI a.C., que pregavam uma doutrina de integração entre o indivíduo e o plano sagrado por meio de um “caminho”, uma contemplação da existência que somente seria possível pela prática, no plano real. Os monges acreditavam que por meio da prática constante das ginásticas e dos exercícios meditativos/respiratórios, poderiam alcançar habilidades incríveis de resistência, de força e de flexibilidade a exemplo de seus deuses, buscando a perfeição em cada ato técnico marcial<sup>56</sup>. Estas práticas ainda levaram, segundo o autor, à transformação do bastão de três argolas – símbolo e instrumento de fé e devoção monástica – em *bô* – um bastão longo utilizado como arma em situações de combate.

Com o passar dos anos, essas técnicas que permaneceram sigilosas, praticadas somente dentro dos templos, viriam a se transformar nos vários estilos de Kung Fu<sup>57</sup>, sendo incorporadas ao exército chinês durante a Dinastia Ming, com o aval do próprio imperador. Nele era praticado o estilo *Wushu* ou a “Arte de Guerra”, cujas técnicas marciais eram voltadas para a efetividade em combate e para o treino do corpo no desenvolvimento de suas potencialidades.

Cabe notar que há uma diferenciação entre o que era anteriormente praticado dentro dos monastérios e o que passou a ser treinado na caserna. Há um afastamento entre a prática do Kung Fu e seus aspectos religiosos, consolidando-o enquanto treinamento para os devidos fins militares. As dietas vegetarianas, a utilização das técnicas de meditação e de auto-cultivo sem a aplicação direta em uma luta não eram mais relevantes perto da necessidade de capacitar os exércitos nas técnicas de combate de mãos nuas.

Generais chineses buscaram selecionar progressivamente quais as técnicas mais eficazes para aplicá-las no treinamento militar, negligenciando os aspectos voltados para o campo espiritual. Com isso, segundo Shahar (2011), concomitantemente à difusão do Kung Fu, houve

---

<sup>56</sup> Salienta-se que essas narrações míticas estão presentes no trabalho de Shahar (2011) a partir da tradução e estudo das “estelas de Shaolin”, pedras centenárias que contêm entalhes contando a história do monastério e que permanecem nele até os dias atuais.

<sup>57</sup> Kung fu, na China, não significa necessariamente um tipo de arte marcial, mas, sim, a concepção de se fazer algo bem feito, com dedicação aos mínimos detalhes. Por isso, os vários estilos de artes marciais provenientes do Kung Fu são frequentemente identificados por seus respectivos nomes.

a emergência de diferentes estilos individuais que, por sua eficácia testada e aprovada em lutas públicas, em competições e em conflitos, passaram a integrar os registros de diferentes enciclopédias militares sobre o combate de mãos nuas.

Em alguns manuais militares foram descritos inúmeros estilos, com desenhos que ilustravam os procedimentos necessários para a execução das técnicas, a fim de garantir a sua utilização e disseminação por todo o território do império, *padronizando* o treinamento militar. Os que tiveram maior influência foram o *Novo Tratado Sobre Eficiência Militar*, de Qi Jiguang<sup>58</sup>, e a obra *Fundamentos do Clássico do Combate de Mãos*, do mesmo autor (manuais estes escritos no século XV, sem data específica, segundo Shahar [2011]). Neles, inclusive, são descritos pontos fracos de pressão e de dor, provenientes das técnicas de *do-in* e acupuntura<sup>59</sup>, que se pressionados ou atingidos acertadamente, serviriam para inutilizar os inimigos em meio ao campo de batalha.

Segundo Morris (1998), o processo de militarização do Kung Fu e sua disseminação na sociedade chinesa resultou na incorporação da arte marcial como um meio de “cultivo do corpo nacional chinês”. Qualquer pessoa poderia treinar os diferentes estilos de Kung Fu como defesa pessoal, uma vez que a realidade chinesa, na época, era recheada de conflitos e de confrontos internos. Fazendo uso da violência física socialmente aceita<sup>60</sup>, pessoas comuns participavam de torneios e de disputas, contribuindo para a segurança de bairros e de vilarejos com as próprias mãos. O Kung Fu foi incorporado ao treinamento militar ao mesmo tempo em que se tornou parte da educação física chinesa, servindo como um meio unificado de treinamento e de cultivo corporal que reificava as noções de hierarquia e de disciplina na sociedade civil, amplamente estratificada, e, por fim, valorizando um *ethos nacional* partilhado pelos chineses.

Embora esta seja uma história farta de movimentos, destaca-se o que ocorre na assimilação das técnicas de combate pelas tradições guerreiras do Japão. As técnicas de combate de mão nuas chegam ao solo japonês pelo intercâmbio entre as culturas através da religião – com a disseminação do taoísmo, do budismo – e pela resignificação de seus conceitos e seus valores pelos xintoístas, transformando-se em uma amalgama coesa entre religião, honra e doutrina corporal.

---

<sup>58</sup> Qi Jiguang foi um dos maiores generais chineses, que trouxe grandes inovações ao fazer da guerra, incorporando novas técnicas de combate e incluindo as artes marciais como método para disciplinar o exército e prepará-lo para guerras em larga escala (SHAHAR, 2011).

<sup>59</sup> Práticas medicinais de cuidado do corpo e do fluxo de *chi*, provenientes da medicina oriental.

<sup>60</sup> Podemos citar o Wing Chun, estilo de Kung Fu criado por uma mulher, N'g Mui, e cuja eficiência se baseava no uso dos ossos e das extremidades do corpo para atingir pontos sensíveis do adversário. Este sistema de defesa pessoal era constantemente buscado por moças e por senhoras para se defenderem de assédios cometidos por homens enquanto lavavam roupas nos riachos (Relato de campo do Seminário de Ninjutsu, 2014).

As técnicas de combate de mãos nuas passam a ser incorporadas aos treinos de vários estilos de combate já desenvolvidos no Japão no período em que Bull (2000) denomina como “período do Bujitsu”, que se inicia no Japão “primitivo” e que se encerra na consolidação da civilização de Nara, com a adoção da cultura chinesa como referência para o desenvolvimento do Japão no século VIII. Neste período, haveria técnicas prístinas de luta utilizadas constantemente nas guerras com o uso de arcos, de espadas e de lanças.

Até então, conforme observa Turnbull (2006), os confrontos travados pelos guerreiros japoneses eram majoritariamente de longo alcance: primeiro, eram utilizados canhões para eliminar boa parte do exército inimigo, seguido de uma saraivada de flechas para inutilizar os que permanecessem em pé; posteriormente, eram utilizadas lanças longas para evitar o ataque de contato, tendo, em último caso, o emprego da espada e do próprio corpo no confronto.

Somadas ao uso de armas, as técnicas de combate de mãos nuas passaram a ser incorporadas ao treinamento militar como forma de *simular* o combate e a guerra de forma controlada, praticadas exclusivamente pelos *bushi*, integrantes da casta guerreira japonesa que detinham o monopólio do uso da violência.

Já no “período do Bugei”, que compreende o estabelecimento do Xogunato durante o período que perdura de 794 a 1868 d.C., Bull (2000) destaca o surgimento dos *ryus* (escolas) e a classificação das técnicas de guerra de acordo com cada armamento utilizado em sua prática. Nesta fase, emerge a figura dos *samurais* (no sentido literal, “aqueles que servem”, herdeiros dos *bushi*) como casta de guerreiros que lutava a partir dos códigos de honra do *bushido* (“O Caminho do Guerreiro”), descritos no livro *Hagakuri* de Yamamoto Tsunetomo, e eram subordinados aos *xoguns* (senhores feudais).

Os samurais eram hábeis nas técnicas do arco (Kyujutsu) e da espada (Kenjutsu), e os únicos neste período com permissão para portar duas espadas, *katana* e *wakizashi*<sup>61</sup>. Os preceitos do *bushido* se assentavam nas condutas de justiça, de bravura heroica, de cortesia, de benevolência, de sinceridade, de honra, de dever e de lealdade, em que os samurais eram capazes de buscar o reestabelecimento de sua honra frente aos seus senhores através de um ritual de suicídio, o chamado *seppuku* ou *haraquiri*<sup>62</sup>, tornando-se exemplo de código de conduta e ressaltando o valor da hierarquia para toda a sociedade japonesa.

---

<sup>61</sup> Na relação entre os samurais e as espadas, corpo-pessoa-arma, percebemos que ambos passam a representar a si enquanto unos dentro de uma hierarquia determinada.

<sup>62</sup> No ritual, a pessoa do samurai exercia simultaneamente o papel de vítima e de sacrificante, em que abria o próprio abdômen com o auxílio de uma faca, reestabelecendo sua honra por sua bravura quando sua cabeça era decepada por um auxiliar que lhe desferia um corte com uma *katana* no pescoço. Este exercício de autossacrifício ainda permanecera vivo e se tornaria importante para que o resto do mundo conhecesse a potência da hierarquia japonesa sobre seus compatriotas.

Adentrando o “período de Budô”, que, de acordo com Bull (2000), comporta os tempos da Restauração Meiji e do fim do Xogunato até a atualidade, vemos a transformação do ensino das técnicas de guerra dentro dos *ryus* e a sua popularização, desvinculando-se da aristocracia e florescendo em vários tipos e estilos de luta. Pessoas de todas as classes poderiam aprender a marcialidade por meio da prática de combate que até então era restrita aos *dojos*.

Neste período, Drea (2009) aponta o surgimento do novo exército japonês baseado nas práticas de guerra do Ocidente, já influenciado pela relação entre o Japão e a Inglaterra no século XIX. Tal processo ocorreu, inicialmente, a partir da ação dos *kiheitai* – um grupo de homens provenientes de todas as classes japonesas como fazendeiros, mercadores, artesãos e até mesmo samurais que se voluntariaram para formar um exército miliciano – que utilizavam as técnicas de guerra ocidentais, as armas e os uniformes no formato europeu. Eles se destacaram durante o período da Guerra Civil Japonesa, conservando os valores do *bushido* aliados às novas formas de guerrear e servindo de influência para o desenvolvimento do Exército Imperial Japonês aos moldes modernos.

Com as transformações da sociedade japonesa, que passou por um rápido e pungente processo de modernização e de industrialização, acompanhado por transformações no sistema de ensino e de toda a estrutura militar, houve a ampliação do que Dunning (1992) elenca como o “limiar de repugnância” dos japoneses. Trata-se da não aceitação da violência pública e irrestrita a partir da emergência do caráter nacional, fazendo com que as demonstrações e os atos de violência fossem paulatinamente regulamentados, banidos, transformados ou experimentados por outros meios.

Com a criação do Exército Imperial Japonês e o fim da era dos *samurais*, seus preceitos passaram a ser aplicados durante o treinamento de práticas marciais que emergiram no final do século XIX, denominadas como *budôs* ou “Os Caminhos da Guerra”. Os *budôs* modernos se desenvolveram ancorados nas técnicas de combate com armas e de mãos nuas que sobreviveram à Restauração Meiji nos *dojos*, buscando manter vivas as tradições e as técnicas dos antigos samurais, agora sem as demonstrações públicas de violência e de restituição da honra. Tais práticas, como o Kendo (“o caminho da espada”) e o Kyudo (“o caminho do arco”), permaneceram sendo treinadas nos *dojos*, sempre levando em conta o *bushido* (“O Caminho do Guerreiro”) como código moral que deve ser vivido e experimentado constantemente na vida do praticante, na preparação para o combate e na domesticação da violência, desvinculados da guerra efetiva.

Dentre os *budôs*, alguns ganharam destaque internacional com sua difusão por meio do esforço de alguns mestres para compilar técnicas e ensiná-las através de associações e de

escolas marciais em outros países. A partir do estudo detalhado das técnicas de *ne-waza* (“técnicas de chão”), provenientes das técnicas do Ju-Jutsu (técnicas de solo), o Judô (“O Caminho da Suavidade”) emerge em 1882, com Jigoro Kano e a criação de sua escola Kodokan; o Karate<sup>63</sup>, por sua vez, foi compilado e desenvolvido por Gichin Funakoshi a partir de 1921, dando ênfase nas técnicas de combate corpo a corpo indígenas desenvolvidas pelos okinawanos a partir de suas relações de troca, de guerra e de comércio com os chineses; e, por fim, observando as técnicas do uso da espada e do bastão, o Aiki-dô (“O Caminho da Sabedoria”) foi elaborado em 1920 por Morihei Uyeshiba, um *budô* em que não haveria golpes de ataque, somente contragolpes defensivos, expressão máxima do limiar de repugnância à violência pelo japoneses, mantendo as técnicas samurais e retirando delas todo o seu caráter ofensivo.

Segundo Tokitsu (2012), durante o período da Restauração Meiji foi incorporado o sistema de graduação por faixas como uma resposta à adoção do sistema educacional ocidental em que a Educação Física passou a ser empregue nas escolas japonesas, e o treinamento marcial passou a ser oferecido como desporto, a fim de manter as tradições samurais.

Acerca deste intercâmbio entre as nações, Drea (2009) destaca um fato crucial ocorrido durante a Restauração Meiji. Havia uma rede de intensa troca de experiências entre os exércitos europeus e japoneses em relação ao modo de se fazer a guerra e de se preparar para ela. A questão fica evidente na medida em que Jomini e Clausewitz são traduzidos para o japonês durante as relações do Japão com a Inglaterra em 1894.

Proença Jr. (1999) ressalta o exemplo e a total importância que o general alemão Erich Ludendorff dá ao *bushido* japonês como uma “constante mobilização e preparativos para a guerra”, empregando tais valores ao exército alemão antes e durante a Primeira Guerra Mundial. Neste período de adoção dos costumes ocidentais por parte dos japoneses, houve a condenação de alguns costumes da era feudal como a exibição pública da *katana*, símbolo máximo da casta samurai. Houve, ainda, uma série de apropriações das técnicas militares japonesas por parte dos exércitos europeus, dentre elas o Ju-Jutsu<sup>64</sup>, que seria empregue para a submissão dos oponentes por meio de torções e projeções e que teria sido incorporado progressivamente pelos franceses na École Militaire de Joinville (LEITE; RIBEIRO, 1926), como um primeiro método de defesa pessoal, misturado com as práticas desportivas de combate ocidentais do Boxe e do Savate.

---

<sup>63</sup> O Karate tem origem em Okinawa, no entanto foi difundido em todo o Japão por Funakoshi, inclusive no próprio exército japonês por meio de demonstrações dos *katas* (formas de combate), que poderiam servir como técnicas de defesa pessoal se praticadas constantemente (FUNAKOSHI, 2011).

<sup>64</sup> O Ju-Jutsu era uma técnica de combate corpo a corpo praticada pelos samurais a fim de inutilizar seus oponentes por meio de técnicas de torção de membros e projeções. O Ju-Jutsu deu origem ao Judô e também serviu de base para a criação do Jiu-Jítsu Brasileiro.



O Japão passa, então, a enviar estudantes para as nações ocidentais no intuito de aprender seus costumes e contribuir com a difusão de sua cultura no ocidente. Nesse período, o Exército Imperial Japonês tomou forma a exemplo do militarismo praticado pelos alemães, o que culminaria na transformação de sua estratégia de fazer guerra.

Como observa Drea (2009), o Exército Imperial Japonês optou pela modernização, mas não conseguiria se manter íntegro diante de uma guerra prolongada, com armas menos tecnológicas do que as nações ocidentais possuíam e sem estar com uma economia totalmente desenvolvida e sem crises. Segundo o Maj. Gen. Tanaka Kunishige, para fazer guerra naquele período, era necessário manter o *espírito japonês*, que, de acordo com ele, seria o próprio espírito do *bushido*. Este foi, na visão de Kunishige, o ingrediente principal para a vitória do Japão contra a Rússia na guerra entre 1904 e 1905<sup>65</sup>.

A partir de então, o Japão passou a adotar uma política expansionista com o objetivo de nutrir sua indústria pungente com matéria prima advinda de territórios conquistados guerra após guerra, ocasião em que, também, começou a adotar novas formas de educação física e moral para disciplinar seus cidadãos e seus militares. É assim que emerge a figura primordial de Jigoro Kano no Japão e para o mundo.

Jigoro Kano fundou o Judô em 1882, fundamentado na manutenção das tradições e nas técnicas do Ju-Jutsu que estavam sendo esquecidas durante a Restauração Meiji. Kano, além de artista marcial também era formado em Política, Economia Política e Literatura pela Universidade Imperial de Tóquio. Sua missão, segundo seu livro (KANO, 2008), era aliar as antigas práticas de guerra japonesas à educação moral e física, mantendo vivo o espírito do *bushido* como o *espírito japonês*, a partir do qual toda a nação deveria se cultivar. Assim, o Judô passou a ser enquadrado não só como arte marcial, ou *budô* moderno, mas também como esporte, pedagogia e método de educação física para o aprimoramento da disciplina do cidadão e para a manutenção do ethos guerreiro japonês.

Entre 1902 e 1935, Kano passa a divulgar o Judô junto aos outros *budôs* por todo o Japão e pelo mundo, acompanhado de mestres e de seus melhores alunos. A eficiência destas artes de combate para o desenvolvimento físico e para a disciplina moral demonstrada pelos praticantes passa a chamar a atenção do Estado, que, na figura do Imperador, instaurou a prática do Judô e do Karatê como obrigatórias nas escolas japonesas. Kano ganha destaque internacional e é então nomeado o primeiro japonês a participar do comitê olímpico, difundindo

---

<sup>65</sup> A Guerra Russo-Japonesa que ocorreu entre 1904 e 1905 foi motivada pelo interesse de ambos os impérios nos territórios da Coreia e da Manchúria. Após a Guerra, o Japão se tornou uma grande potência reconhecida entre os países ocidentais.

o Judô e os novos *budôs* modernos para todo o ocidente e instalando *dojos* entre as nações. Tal trabalho culmina, inclusive, na consagração do Judô em 1964 como um esporte olímpico disputado a nível mundial.

### **3. 2. A Primeira Guerra e a reconversão das artes márcias e esportes de combate em sistemas de defesa pessoal militares**

No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, vimos as lutas praticadas no ocidente e os *budôs* orientais se difundirem pelo mundo mediante os movimentos migratórios, favorecendo, assim, um maior contato e intercâmbio de tecnologias de combate entre as nações.

Ainda sob domínio da Restauração Meiji e por meio das guerras por território, o espírito do *bushido* ganhou amplo destaque no cenário mundial. Durante as guerras, a infantaria e a artilharia japonesa se tornaram uma das maiores forças do Exército Imperial, concomitantemente ao grande desenvolvimento das forças navais. A conquista de território foi o grande foco, a partir do qual a perícia desenvolvida no combate direto em solo daria ao exército japonês o reconhecimento como potência diante dos exércitos ocidentais. Para Drea (2009), o *ethos* mítico do guerreiro samurai permanecera nos valores dos exércitos, em que, segundo ele, “japanese soldiers were models of good behavior, operating under draconian discipline designed to impress the western allies with the nation’s enlightened and civilized military forces” (DREA, 2009, p. 259).

Por sua vez, durante a Segunda Grande Guerra, todas as nações observaram as demonstrações de honra e de bravura dos soldados e dos oficiais japoneses em relação aos velhos códigos do *bushido*, como o suicídio voluntário em nome da honra e da nação (com os pilotos *kamikaze*), e a total lealdade ao imperador. E não só. A prática dos *budôs* se tornou objeto de temor por parte dos seus inimigos e foram banidas no pós-guerra pelos vencedores, ocasião em que foram classificadas enquanto *tecnologias guerreiras* a serem assimiladas e incorporadas ao treinamento militar ocidental.

Fora do campo de batalha, países como os EUA, a França, a Inglaterra e até o Brasil, passaram a incentivar o treinamento marcial na disciplina de Educação Física, que se converteu obrigatória nos currículos escolares a exemplo dos japoneses, como desporto e mecanismo de disciplinamento moral e cívico.

Fruto dessa assimilação ocidental, surgem dois mecanismos de combate corpo a corpo

reconhecidos por sua eficiência, elaborados dentro das casernas militares em meio ao período da Guerra Fria e que até os dias atuais são referência em defesa pessoal militar: o Krav Maga israelense e o Marine Corps Martial Arts Program norte americano.

Criado por Imi Lichtenfeld, através da compilação de técnicas provenientes de artes marciais japonesas que teve contato durante suas viagens ao oriente entre 1940 e 1942, o Krav Maga foi compilado como um método de defesa pessoal eficaz tanto para a comunidade judaica contra os nazistas, quanto para capacitar os soldados de Israel no combate de proximidade, característico da guerra que o país vivenciava. Se tornara um método tão eficaz e efetivo de treinamento que seu estudo e ensino permaneceu circunscrito por vinte anos às Forças Especiais de Israel e a todos os civis que realizavam o treinamento militar obrigatório.

Com o passar dos anos, o Krav Maga tornara-se conhecido e foi amplamente divulgado como tecnologia a qual os exércitos mundo afora buscavam ter acesso, incorporando alguns preceitos filosóficos das artes marciais japoneses para ser ensinado ao público civil. Dessa forma, pessoas comuns tornavam-se prontas para agir em contexto de guerra em que suas vidas estivessem em risco, como uma extensão de seu exército por outros meios.

Já o Marine Corps Martial Arts Program nasce a partir das necessidades de adequação do treinamento militar norte americano, que negligenciava o combate corpo a corpo durante a formação de seus soldados. O investimento dos EUA durante a Guerra do Vietnã em tecnologias bélicas, como armas e veículos de transporte aéreo, obliterou o preparo dos soldados para o combate miliciano direto. Como consequência, os combatentes americanos, ainda que munidos com equipamentos e com armas de ponta, foram derrotados por técnicas simples de combate<sup>66</sup>, como armadilhas e emboscadas com facas, utilizadas pelos vietcongs e que se demonstraram extremamente eficientes contra os corpos não preparados de seus adversários.

Fruto dessa necessidade, o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (United States Marine Corps – USMC) formulou o programa de treinamento dos fuzileiros sob as bases do princípio “One Mind. Any Weapon”, tendo em vista capacitá-los para qualquer tipo de combate e de resolução de problemas que envolvam luta corporal com armamento ou não. O treinamento aspirava o desenvolvimento tanto físico quanto moral de seus combatentes que, por meio do programa, realçariam características militares, como o espírito de corpo, a

---

<sup>66</sup> Um das técnicas vietnamitas conhecidas, de acordo com Leiner (2001), era a fabricação dos “paus punji”, espetos de bambu com pontas afiadas que eram passados em fezes e enterrados no chão para que, quando um inimigo pisasse, o ferimento infeccionasse rapidamente, inutilizando seus corpos que padeciam, sem resistência, no combate corpo a corpo ou com o uso de armas brancas. Esse tipo de estratégia ainda foi responsável por grande parte das mutilações dos soldados americanos, para além do uso de minas e de material bélico mais avançado.

valorização da disciplina e da hierarquia, o entendimento do uso do corpo como uma arma e a incorporação de um espírito combativo e guerreiro.

Não só restrito a esses países, o caminho trilhado pelas técnicas marciais ao longo do processo histórico até a sua introdução em meio ao treinamento militar produziu diferentes sistemas de combate corpo a corpo e de defesa pessoal. No Brasil não foi diferente. No nosso caso, as artes marciais foram introduzidas na educação física militar para atenderem diferentes necessidades, desde a elaboração de um treinamento atualizado, seguindo as tendências internacionais, até a sua disseminação e a sua implementação como técnicas eficazes de combate corpo a corpo e de defesa pessoal nas Forças Armadas e Auxiliares.

### **3. 2. 1. A introdução das artes marciais como defesa pessoal no treinamento militar brasileiro**

O primeiro indício da introdução das artes marciais ao treinamento militar brasileiro data de antes da Proclamação da República, acompanhando os processos de apropriação dos *budôs* japonesas pelos europeus. Em seu livro “Os pioneiros do Judô no Brasil” (2015), o *sensei* Chiaki Ishii descreve o início do que fora a primeira aparição das artes marciais no Brasil, a partir de relatos e de cartas que angariou com jornalistas e com historiadores no Japão. Trata-se da vinda de Manji Takezawa para o Brasil.

Takezawa, de origem samuraica e natural da ilha de Shikoku, era praticante de Judô e Ju-Jutsu e se dedicou à carreira de acrobata, cruzando o oceano na companhia de artistas de um grupo teatral que saiu do Japão rumo à Europa durante a Restauração Meiji (ISHII, 2015). Com o grupo, ele realizava demonstrações de luta, utilizando-se das técnicas de projeção e de submissão aliadas às performances artísticas sobre as tradições japonesas para cativar seus espectadores ocidentais.

Segundo Sensei Ishii, Takezawa teria se encontrado com um “nobre brasileiro” durante uma viagem à França, que demonstrara interesse pelo Judô e o convidou para vir ao Brasil, em 1870, para apresentar-se em grupamentos militares e em ventos da alta sociedade. Em uma de suas apresentações, o nobre brasileiro teria apresentado Takezawa ao então imperador D. Pedro II, demonstrando a eficácia de suas técnicas em combate contra os adversários brasileiros. O imperador ficara impressionado com sua demonstração, nomeando-o professor de Budô da Guarda Imperial onde teve a oportunidade de lecionar o Ju-Jutsu até 1889. Com a Proclamação

de República, Takezawa perdeu o emprego como professor, voltando a atuar com o Circo Imperial Japonês no Brasil e na Argentina (ISHII, 2015).

O encontro do “nobre brasileiro” com Takezawa não ocorreu por acaso. Há registros de que na França já havia uma crescente tradição da École de Joinville em que o Ju-Jutsu e o Savate eram aprendidos como uma efetiva forma de combate durante as instruções físicas, recrutadas pelos oficiais franceses junto aos migrantes japoneses. Seguindo este caminho, oficiais brasileiros também viajavam à Europa em busca de métodos de combate efetivo para serem empregues em grupamentos militares no Brasil, ainda carente de um treinamento físico militar unificado (VAZ; CUERVO, 2011).

Até então, nem o Exército Brasileiro e nem as antigas Forças Públicas possuíam algum tipo de treinamento específico, padronizado e suficiente na preparação de seus agentes para a guerra ou para os conflitos internos. Azevedo (2008) nos indica que grande parte dos civis que entravam nas Forças Públicas eram “brigões” por excelência, pois, dotados de porte e de força física, eram recrutados para sair das ruas onde eram um “problema”, para servir à agência estatal no uso legítimo da força a favor do Estado, ainda que sem receber treinamento específico para lidar com a população em geral.

Os registros nos mostram que até antes da vinda da Missão Militar Francesa em 1919 ao Brasil, os únicos exercícios voltados para o treinamento militar transcorriam por meio da prática da Esgrima com florete em um espaço onde hoje está estabelecida a Escola de Educação Física da PMESP. Outro método de treinamento físico historicamente conhecido e ainda hoje praticado somente na Escola de Educação Física da PMESP era o “bailado de Joinville Le Ponte”, uma ginástica híbrida que mistura dança e saudações militares com vistas ao fortalecimento muscular dos militares da época. Hoje tal prática é ritualmente realizada dentro da corporação durante a formatura dos alunos da Academia Militar do Barro Branco, como forma de reaver a ligação da PMESP aos valores militares introduzidos pela Missão<sup>67</sup>.

Com o estopim da Primeira Grande Guerra, os oficiais franceses que vieram ao Brasil, retornaram à Europa para servir diretamente nos campos de batalha. Como é sabido, na Primeira Grande Guerra a maioria dos combates ocorreu pelas trincheiras onde o treinamento de táticas de combate milicianas – dentre elas a de combate corpo a corpo – era superior em relação aos treinamentos militares que envolviam somente o uso do armamento de fogo. O próprio treinamento oferecido aos soldados franceses com a Esgrima enfatizava o uso da baioneta acoplada ao cano do fuzil, a fim de que, em situações de proximidade, o soldado pudesse se

---

<sup>67</sup> Vale observar que esta prática foi abandonada na França há algum tempo, sendo que a PMESP se orgulha de manter tal tradição viva no resgate da origem militar francesa de seu treinamento.

valer da arma para a autodefesa. Contudo, somente o seu uso não foi suficiente, o que culminou na adoção de esportes de combate ao treinamento militar logo após o fim da guerra.

A partir da experiência de combate de proximidade e do retorno destes oficiais ao Brasil, houve uma disseminação dos métodos e das técnicas de combate corpo a corpo diferenciados, recrutados pelos franceses durante sua experiência com os exércitos ingleses, dentre elas o Ju-Jutsu, o Boxe, o Savate e a Luta Greco-Romana.

Deste primeiro recrutamento de técnicas de combate marciais sob influência dos oficiais franceses, deu-se a continuidade dos trabalhos acerca da elaboração de um treinamento físico unificado e que culminou no surgimento do primeiro *Manual de Instrução Physica*, publicado em 1926 pela Imprensa Militar, com o aval do comando da Missão. O manual serviu como um compêndio de todos os métodos e técnicas de treinamento militar voltados para a conquista, por parte dos integrantes das Forças, de um corpo saudável, treinado e pronto para suportar as intempéries do campo de batalha (LEITE; RIBEIRO, 1926).

Em seu último capítulo, devotado somente às práticas de combate corpo a corpo, é especificado o uso de certas técnicas, selecionadas a partir das artes marciais e dos esportes de combate em suas *generalidades*:

O fim dos exercícios de ataque e defesa é tornar o homem, desarmado, capaz de resistir, com sucesso, à agressão de outro, ou, em casos especiais, armado de faca ou revolver.

Estes exercícios são, no seu conjunto, escolhidos do “Boxe” Inglês ou Francês (Savate), conforme sejam golpes de mão ou de pé, da “Luta Greco-Romana”, do “Jiu-Jítsu”, da capoeiragem”, e, finalmente, da “luta livre”.

É pela pratica diária destes exercícios e por sua execução, por assim dizer, automática, que se torna o homem capaz de adquirir confiança em si mesmo, ao par da agilidade e vigor indispensáveis para *impor a sua vontade* a um ou vários adversários (LEITE; RIBEIRO, 1926, p. 160).

Este primeiro mecanismo de formatação de um treinamento de lutas em meio ao treinamento militar ainda receberia fôlego a partir do início da migração japonesa ao Brasil e da vinda de mestres de artes marciais que foram, aos poucos, englobados à lógica da caserna.

Como evidencia Sensei Ishii (2015), grande parte dos japoneses que chegaram ao Brasil provinham de famílias ligadas ao trabalho agrícola no Japão e que buscaram dar continuidade à atividade intensiva, sobretudo com a formação das colônias japonesas no interior de São Paulo, para conservar suas tradições. Dentre os imigrantes, havia praticantes de artes marciais como o Ju-Jutsu, o Judô e o Kendo. Alguns, quando chegaram ao Brasil, permaneceram relegados à fome e aos trabalhos braçais pela dificuldade da realidade do imigrante na grande

São Paulo da época. Dentre as dificuldades, as diferenças linguísticas e a escassez de emprego levavam alguns a se aventurarem em lutas clandestinas para arrecadar dinheiro e manterem suas famílias nesta nova condição.

Essas lutas clandestinas ocorriam em pequenos festejos ou locais fechados nos quais os migrantes eram desafiados a demonstrar sua perícia marcial e atestar qual luta e técnica se sobrepunha às demais. Vale notar, diante dos relatos de Sensei Ishii (2015), que esta prática era comum na época, porém malvista pelos praticantes mais tradicionais dos *budôs*, que prezavam pela manutenção das práticas marciais como um caminho para reviver as tradições japonesas com seus descendentes no Brasil. Fato é que esses combates, aos poucos, saíram da clandestinidade e passaram a povoar o cotidiano da cidade em grandes eventos, contando com o financiamento de investidores que também lucravam com eles, as chamadas *lutas-livres* (MARTA, 2009).

Não obstante, após cinco anos da chegada do *Kassato Maru*, desembarca no Brasil o judoca Mitsuo Maeda, conhecido no meio marcial como *Conde Koma*, um dos maiores responsáveis pelo interesse militar brasileiro nas artes marciais no início do século XX.

Maeda era discípulo direto de Jigoro Kano, fundador do Judô, e desde 1907 viajava com outros dois judocas (seu mestre, Tsunejiro Tomita e seu companheiro de treino Soishiro Satake), difundindo a prática mundo afora. Após uma desastrosa experiência na Escola Militar de West Point nos EUA, houve uma completa desmoralização das artes marciais japonesas diante das derrotas em vários combates contra praticantes de Luta Greco-Romana, provenientes de academias militares. Maeda teria sido o único que não perdeu um só combate dentre tantos que ele e seus companheiros participaram até 1914.

Em 1915, Maeda desembarca em Belém após uma longa jornada pelo Brasil, demonstrando suas técnicas por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, onde enfrentou e venceu adversários em eventos de luta livre. Dentre eles, o duelo mais conhecido foi contra o capoeirista “Pé de bola”, maior e mais forte, que lutara armado com uma faca. Maeda conseguiu vencê-lo utilizando-se das técnicas de *ne-waza*<sup>68</sup> do Judô, conquistando novos adeptos para a prática (ISHII, 2015).

Maeda, apesar de possuir formação no Judô, como discípulo de Jigoro Kano, e sua associação Kodokan, começou a desenvolver as técnicas de *ne-waza*, aperfeiçoando-as para o combate esportivo. A intenção era construir um treinamento que visasse uma maior eficácia no combate corpo a corpo para assegurar a vitória contra qualquer oponente, de qualquer outra

---

<sup>68</sup> Técnicas de solo ou de imobilização.

modalidade de luta.

Sensei Ishii (2015) ainda nos aponta um fato interessante. A maioria dos japoneses que se dispôs a lutar em desafios de luta livre contra praticantes de outras artes marciais e esportes de combate, estava em desvantagem em relação ao tamanho e à força física; além de outro fator: o uso ou não do *judogi* (roupa de treino do Judô) fazia a diferença na hora do combate. Grande parte das técnicas mobilizadas na prática do Judô necessitavam que ambos os praticantes se vestissem com o *judogi*. O judoca precisava “pegar” ou “agarrar” o oponente pela gola ou pela manga dos uniformes, costurados com tecido reforçado, a fim de executar os procedimentos para levar o oponente ao chão. Na luta livre isso não ocorria. Muitas vezes os adversários lutavam apenas com calções, tendo o corpo desnudo e oferecendo dificuldade para a execução das técnicas de projeção. Maeda entendeu essa lógica e se focou em selecionar e em desenvolver técnicas que fossem eficazes em quaisquer situações de combate, mesmo quando o oponente possuísse vantagem por conta do tamanho ou da força.

Em Belém, Maeda casa-se e estabelece residência, abrindo uma escola de artes marciais onde ensinava o Judô e o Ju-Jutsu para civis, bem como para a Guarda Municipal e para o Corpo de Bombeiros da cidade. Dentre seus alunos, Maeda formou grandes campeões de luta livre, como Carlos Gracie, Hélio Gracie e Pedro Hemetério, responsáveis pela assimilação das técnicas do Judô e do Ju-Jutsu, e sua transformação no que hoje é conhecido como o Jiu-Jítsu brasileiro (CAIRUS, 2014).

Assim, aos poucos, o nome Jiu-Jítsu ganhou fama entre os admiradores de luta-livre. Maeda chegou até a retornar aos EUA para desafiar os lutadores que anteriormente haviam desmerecido os *budôs* japoneses, haja vista que conquistaram vitórias em combates contra os seus companheiros (ISHII, 2015). Com o interesse dos militares na prática, a família Gracie começou a difundir o Jiu-Jítsu para outras regiões, dando continuidade ao seu aperfeiçoamento junto às instruções em treinamentos militares e inaugurando centros de treinamento no Rio de Janeiro e no exterior. Os próprios oficiais franceses que vieram ao Brasil implementar o treinamento físico militar teriam aprendido o Jiu-Jítsu brasileiro para incorporá-lo ao treinamento de combate corpo a corpo da École de Joinville, em 1925 (VAZ; CUERVO, 2011).

Com o passar dos anos, o Jiu-Jítsu começou a se consolidar como uma arte marcial “verdadeiramente brasileira”, que, segundo Cairus (2014), foi constantemente associada a um ideal de valorização do nacionalismo e de combate ao comunismo durante o período da Ditadura. Políticos e pessoas influentes no período, como Mário Andreazza, bem como o último presidente do regime militar no Brasil, João Figueiredo, e o ex-governador do Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) Carlos Lacerda, foram discípulos da Academia Gracie de Jiu-



Jítsu no Rio (MARTA, 2009), entre outros.

Durante a Ditadura, segundo os historiadores Marta (2008; 2009) e Cairus (2014), houve a abertura das casernas brasileiras para a vinda de mestres de outros países, para integrá-los como instrutores no treinamento militar e para contribuir no combate ao comunismo nas ruas. Segundo os interlocutores de Marta (2009), a chegada de novos imigrantes japoneses, chineses e coreanos, fez despertar o interesse civil e militar em novas artes marciais, como o Aikido, o Taekwondo e o Kung Fu, que passaram a ser oferecidos nos quartéis e em associações civis.

Marta (2008) evidenciou uma conexão notável entre a propaganda militar nos tempos da Ditadura e a divulgação das artes marciais como métodos eficientes de defesa pessoal e de educação moral contra a ameaça comunista no Brasil, veiculada em revistas em quadrinhos como a *O Judoka*. Na revista eram narradas histórias de heróis brasileiros que possuíam como poderes especiais ou habilidades super-humanas o conhecimento em artes marciais, empregues no combate contra vilões associados ao crime e com traços que aludiam ao regime comunista soviético.

Observando as histórias em quadrinhos, Marta revela uma série de propagandas do Regime Militar e de seus expoentes, como os presidentes Costa e Silva e Médice, o General Lyra Tavares, o Brigadeiro do Ar Márcio de Souza e Melo, e o Almirante Augusto Rademaker. As notícias eram sucedidas pela explicação de uma série de técnicas e de golpes provenientes do Judô e do Karatê, que a revista ensinava aos leitores como recurso aos conflitos travados na época, entre militares e cidadãos contrários ao regime.

Segundo Marta (2009), os militares entenderam que seria preciso um “algo a mais” do que somente a eficiência em combate para aprimorar o treinamento militar brasileiro. Seria preciso investir na forja de um espírito de combate, assim como fizeram os japoneses com os preceitos do antigo código do *bushido* para, sobretudo, ressaltar os valores do nacionalismo e do civismo, tão caros aos seguidores do Regime Militar em sua época.

O Judô e o Karatê já haviam adentrado os treinos de Educação Física nas escolas como desporto e possuíam muitos adeptos na caserna, porém não eram práticas “genuinamente brasileiras”. Para realizar a tarefa de construir um método brasileiro de educação física militar, se afastando dos moldes estrangeiros até então vigentes – como nos mostra Castro em seu texto *In corpore sano* (1997) – os militares tentaram oficializar a Capoeira como sistema de combate e exercício gímnicco exclusivo do Exército.

A Capoeira, difundida por Mestre Bimba e por Mestre Pastinha, possuía praticantes por todo o território nacional, bem como eficácia comprovada tanto nas brigas de rua como no desporto. Além disso, a sua constituição no Brasil ainda perpassou por intercâmbios com o

treinamento militar. Mestre Bimba, fundador da Capoeira Regional da Bahia, teve contato com grupos militares franceses, adaptando técnicas provenientes do Savate e do Jiu-Jítsu para pô-las “na roda”, como bem demonstraram Vaz e Cuervo (2011)<sup>69</sup>. Até o “rabo de raia”, golpe símbolo da Capoeira Regional, executado com chutes circulares e o rodopio do corpo, teria descendência das práticas militares francesas, tornando a modalidade uma excelente opção de incorporação ao treinamento militar brasileiro. Porém, a prática da Capoeira havia sido condenada e proibida por lei, de 1890 a 1937, quando permanecera praticada nos quilombos como um meio e símbolo de resistência, o que dificultou sua assimilação como um método de treinamento militar.

Posteriormente, em 1944, o Exército Brasileiro elabora a primeira edição do manual C 20 50 – *Manual de Instrução Física em Lutas*, como uma resposta à emergência dos novos sistemas de defesa pessoal praticados pelos exércitos estrangeiros. Seu objetivo principal era padronizar o treinamento de combate corpo a corpo, cuja experiência durante a guerra demonstrou a necessidade de soldados bem treinados para o combate de proximidade miliciano. O manual ganharia uma segunda edição, em 1973, durante o período da Ditadura Militar, em que eram descritas técnicas provenientes de diferentes artes marciais aplicadas ao treinamento militar, a partir da incorporação de migrantes, de mestres e de *senseis* à caserna (MARTA, 2008).

Já em 1977, acompanhando a padronização do treinamento do Exército, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) compila a primeira edição do seu M 03 PM – *Manual de Condicionamento Físico e Defesa Pessoal*, em que foram descritos os primeiros exercícios voltados para a capacitação do policial baseados em técnicas de combate corpo a corpo, aplicados para suas ações nas ruas. O manual cumpria um duplo objetivo: o primeiro, de tornar as técnicas escolhidas pelo comando acessíveis a todos os policiais, como um meio de assegurar que todos pudessem revisá-las sem a necessidade de um maior número de instruções durante sua formação; o segundo, de tornar legítimo o uso destas técnicas perante o Estado, convertendo os golpes e o próprio corpo de seus agentes em armas tanto para a autodefesa quanto para serem utilizados em missões.

Em 1992, após o período da Redemocratização e a constituição de 1988, o M 03 PM ganha sua segunda edição que reúne técnicas provenientes do Karatê, do Aikido, do Boxe e do

---

<sup>69</sup> Talvez pela “crença” na tradição, eu, que pratiquei a Capoeira Regional por sete anos, nunca havia me atentado a alguns movimentos e técnicas empregues no treino, que replicam os movimentos destas artes marciais. Porém, esse indicativo ainda faz reafirmar a proposição de Mauss (2008) de que a compilação e o estudo detalhado das técnicas possam elucidar os meandros pelos quais as sociedades, aos poucos, foram, também, se misturando.

Jiu-Jítsu, reconfiguradas a partir da ação policial para atender às novas exigências democráticas do país. Nesta nova edição, há o reforço do uso das técnicas e dos golpes somente para a defesa pessoal do policial em momentos em que o uso de arma de fogo torna-se inviável, delimitando e regulamentando quando e como o policial poderia se valer delas em suas abordagens.

Outra alteração no treinamento e na ação policial, após 1988, foi a substituição do “porrete” ou “cacete”, símbolo de opressão dos tempos passados, pela utilização do bastão *tonfa* – arma branca proveniente do Kung Fu chinês –, cujo propósito era substituir o caráter repressivo do porrete por uma arma utilizada para a autodefesa. Apesar desta tentativa, o bastão *tonfa* continuou sendo empregue pelos batalhões do Choque utilizado ainda mais ofensivamente do que somente para a autoproteção.

Por fim, em 2002, o Exército atualiza o manual C 20 50 para a sua terceira edição, compilando técnicas provenientes do Boxe, do Judô, do Karatê e do Aikido, com o objetivo de:

[...] capacitar o militar a defender-se contra agressões com ou sem armas, e atacar a mãos livres, ou com arma branca, o seu oponente, desenvolvendo, assim, seu poder de combatividade, aperfeiçoando suas habilidades naturais e aumentando a rapidez de seus reflexos (BRASIL, 2002).

E completa:

Para que os homens tenham confiança nas técnicas e para que as mesmas sejam eficientes, é necessária a prática constante, a fim de que os movimentos, pelas suas repetições, se tornem atos reflexos (BRASIL, 2002).

Vale ressaltar que nestes manuais a defesa pessoal aparece como produto da aplicação das artes marciais ao ofício militar, que enfoca, sobretudo, a execução das técnicas e o resultado do combate: a submissão do oponente, sua rendição ou sua morte. As artes marciais tornam-se secundárias em relação à aplicação efetiva das técnicas de defesa pessoal, podendo ser aproveitadas como desporto a fim de aperfeiçoá-las e complementá-las, mas não substituí-las.

Creemos que essa recapitulação histórica sobre a origem e a difusão das artes marciais e dos esportes de combate pelo mundo, somada aos movimentos militares de diferentes países que buscaram absorvê-las e introduzi-las aos seus treinamentos, possa trazer à tona uma questão postulada por Marta (2009) e que permaneceu como uma lacuna nos estudos históricos referentes às praticas das artes marciais na caserna: afinal, qual seria a relevância que as artes marciais têm para o treinamento militar? Por que, ao longo da história, houve um flerte entre

os exércitos e estas mesmas artes?

### 3. 3. As técnicas fundamentais da atividade guerreira

Percorrer os meandros da história observando intersecções entre o treinamento militar e o desenvolvimento das artes marciais pode, além de evidenciar relações antes insuspeitas, propiciar o entendimento de sua gradual transformação. O esforço nos ajuda a conectar diferentes abordagens teóricas sobre a temática, proposta como parte do processo civilizador (ELIAS, 1992), cujas transformações políticas – regulamentação da violência interna e externa – e dos costumes de cada sociedade – modos como se exerce a violência e como ela é experimentada –, propiciaram dois movimentos complementares entre o universo militar e o marcial.

Por um lado, há o processo de *esportificação da guerra*, que coloca em evidência seu lado lúdico e como ela pode ser pensada como um jogo<sup>70</sup>, dotado de valores morais que regulamentam as disputas no campo de batalha, ao mesmo tempo em que torna fonte de lazer os preparativos para ela. Com o desenvolvimento das lutas e dos desportos de combate, houve o adensamento de suas regras, seguido da progressiva desconexão das lutas com o treinamento exclusivamente militar, tornando-as experimentações esportificadas da guerra em menor escala e por outros meios.

Por outro lado, ocorre a *militarização do desporto marcial*, em que diferentes artes marciais e esportes de combate tornam-se matriz para a emulação de disciplinas de combate corpo a corpo e de defesa pessoal, cuja regulamentação da violência é extinta diante da “legítima defesa” diante do ofício militar. Estes processos ainda podem ser observados quando seguimos o argumento de Leirner (2001) de pensar a guerra como uma troca entre inimigos recíprocos, em que há a constante circulação e apropriação de tecnologias cada vez mais eficientes por parte dos exércitos, para adquirirem vantagem e excelência de movimento em relação uns aos outros.

Mauss (1972, p. 17) descreve que “a guerra é a arte de destruir, é uma indústria, uma técnica”. Na esteira do autor, observamos que as artes marciais e os métodos de defesa pessoal *servem* aos interesses das instituições militares como *técnicas fundamentais da atividade*

---

<sup>70</sup> Tal processo pode ser encontrado em Huizinga (2012) e em Gastaldo (1995), tanto em relação à esportificação da guerra quanto das artes marciais.

*guerreira*. É por meio delas que os indivíduos incorporados à lógica da caserna devem se versar e se educar, através de uma linguagem silenciosa a partir da qual seu corpo e seu espírito passam a operar pela racionalidade militar, imersos, portanto, na disciplina e na hierarquia em meio ao constante combate e preparativos para a guerra.

Essa linguagem silenciosa seria transmitida por meio da aprendizagem prática de conceitos militares, como ataque e defesa, distância e proximidade, amigo e inimigo, previsão e eficácia, técnica, uso da força e violência, testadas e experimentadas através da interação de forças dentro das instruções. É com o corpo e por meio dele que o militar aprende o que é a guerra. E é por meio do treinamento constante do combate, por sua vez, que aprende a agir e a reagir em meio a ela, a ter presteza nos movimentos e a inibir qualquer perturbação invasora vinda do campo de batalha, educando o seu *sangue frio*<sup>71</sup> (MAUSS, 2008).

Para além da aquisição desta linguagem, as artes marciais “serviriam” como verdadeiras tecnologias militares de fabricação de corpos específicos, militarizados, milimetricamente treinados e prontos para atuarem enquanto verdadeiras armas a serviço da nação. O corpo torna-se o primeiro instrumento que o militar aprende a fazer uso. Essas tecnologias serviram, inclusive, como meio de troca entre as nações, que buscaram constantemente atualizar o seu treinamento, segundo sua eficácia (LEIRNER, 2001). É preciso um corpo adaptado ao combate, com suas habilidades e reflexos ampliados, modelado por uma *pedagogia agonística* que, por meio do constante impacto de golpes e de suplícios estoicos, *caleja-o, o adapta à dor, torna-o resistente* e também *eficaz* para a reprodução da violência, no constante exercício e uso da força.

Dessa forma, a defesa pessoal militar ministrada na caserna pode ser pensada como uma resposta tecnológica à emergência de outras novas tecnologias de guerra surgidas durante o último século e que, devida à sua eficácia, permaneceram atuais, incorporadas ao treinamento militar e tendo como matriz diferentes artes marciais.

Não teria sido à toa que, por vezes, conforme fora enunciado, algumas artes marciais teriam suas práticas banidas em alguns países até que fossem assimiladas por outros exércitos: a Capoeira deixou de ser proibida no Brasil com a sua incorporação ao treinamento militar por

---

<sup>71</sup> Mauss (2008, p. 421) define a educação do sangue frio como “um mecanismo de retardamento, de inibição de movimentos desordenados; esse retardamento permite, a seguir, uma resposta coordenada de movimentos coordenados, que partem então na direção do alvo escolhido. Essa resistência à perturbação invasora é fundamental na vida social e mental. Ela separa entre si, ela classifica mesmo as sociedades ditas primitivas: conforme as reações são mais ou menos brutais, irrefletidas, inconscientes, ou ao contrário, isoladas, precisas, comandadas por uma consciência clara”. Mas antes de se tornar um conceito, a expressão já representava um domínio de si, uma tranquilidade, presença de espírito diante de situações que envolviam a dor e o sofrimento, bem como o próprio ato de matar sem expressar arrependimento (“a sangue frio”). Apesar deste conceito ter permanecido integrado às formulações antropológicas sobre as técnicas do corpo, foi em 1994, a partir dos trabalhos do neurocientista António Damásio (2013), que o conceito maussiano ganhou um novo fôlego teórico multidisciplinar, observando o controle das emoções e do *instinto* a partir de uma intervenção do social.

intermédio dos militares franceses que viram na prática um excelente exercício físico e método de combate, bem como uma forma de cooptar praticantes clandestinos para as Forças, algo bastante próximo do caso dos *budôs* que permaneceram banidos no Japão até serem incorporados à lógica de treinamento militar norte-americana.

As instituições militares entenderam as potencialidades das técnicas de combate corpo a corpo e encontraram nas artes marciais os *artefatos tecno-históricos* eficazes para a construção de seus métodos, procurando rapidamente domesticá-las (LEIRNER, 2012) e englobá-las à constante preparação para a guerra.

Ainda que de maneira esquemática, este processo histórico, com a constante migração e atualização das artes marciais em defesas pessoais nas diferentes nações, faz parte de uma operação que Leirner procurou evidenciar em sua tese de doutorado (2001), retomando a ideia de Sahlins (1990) de uma constante transformação sintética entre eventos e estruturas. Trata-se de pensar a guerra como um processo de troca (nem sempre ou quase nunca positiva) entre inimigos recíprocos que, neste caso, os exércitos operam na busca e incorporação dos meios mais eficazes de disciplinar seus soldados para o combate. O argumento ganha vida a partir da introdução e englobamento das técnicas indianas, chinesas, japonesas e mesmo europeias nos manuais militares ocidentais, bem como a sua manutenção e atualização, como pudemos observar.

Nota-se que, inicialmente e conforme descrito nos manuais, havia uma preocupação por parte de seus autores em recomendar a prática cotidiana das técnicas apresentadas, para que se tornassem “automáticas”, ou seja, para que com o exercício cotidiano e prolongado se transformassem em ações corporais espontâneas, adaptando o corpo ao combate. Para realizá-las desta forma e com destreza nos movimentos, o militar necessitaria tornar-se confiante em si para impor a sua vontade a seus adversários. Há aqui a imbricação de duas perspectivas importantes.

A primeira perspectiva trata das técnicas de combate, a exemplo do que postulava Mauss (2008), e de como os atos tradicionais só se tornam eficientes a partir do constante treinamento e da aquisição da confiança necessária. É a eficácia na execução que torna a técnica um “ato reflexo”, incorporado, muito próximo do que Wacquant (2013a) postula como um *habitus marcial* - a absorção de técnicas e de procedimentos aprendidos através de uma pedagogia agonística, que passam a mediar as relações durante a vida cotidiana de seus praticantes.

Esta percepção eleva as técnicas marciais a uma recapitulação do conceito maussiano de técnica corporal, como sugerido por Brown e Jennings (2013), na esteira de Crossley (2005), como *técnicas do corpo reflexivas*, atos tradicionais eficazes que demandam manutenção por

meio da prática cotidiana, para que permaneçam tanto eficazes quanto *automáticas*, *incorporadas*, conforme visto em nosso primeiro capítulo. A disciplina no treino reduz a intervenção do consciente na ação, como uma resposta corporal simultânea e eficiente a um estímulo do meio. Caso contrário, sem a prática e o exercício cotidiano, estas técnicas tendem a se tornar menos efetivas, mais confusas e inúteis com o tempo.

Outra implicação interessante sobre o treinamento de combate é a sua relação com a sociedade civil, que treina e envolve a disciplina e o respeito à hierarquia provenientes do universo militar/marcial, como modelos de exercício de cidadania. Não seriam as artes marciais e suas práticas exemplos de mecanismos de captura que exportam a violência e as experiências de combate do militarismo para a sociedade civil?

A segunda perspectiva ressaltada é a replicação do princípio enunciado por Clausewitz (1996) e Huizinga (2012), de que a guerra poderia ser pensada como um duelo realizado por dois lutadores, em que um tenta, através de seus próprios meios, submeter o outro à sua vontade. Esta percepção emula as técnicas do corpo marciais aplicadas ao treinamento de defesa pessoal militar à dimensão política, em que a prática do combate seria uma replicação da guerra em menor escala e, portanto, também uma extensão da política por outros meios.

É por meio da prática constante do combate que o militar seria forjado como um ser-para-a-guerra, um ser-Estado (FARIA, 2014), munido e versado em técnicas elementares como os princípios de ataque e defesa, de ação e reação, executados por meio de seu próprio corpo e cuja finalidade última ainda seria se versar no exercício de um poder, que nesse caso se expressaria por seu caráter físico/coercitivo (FOUCAULT, 2014).

No caso dos meus interlocutores policiais, que recebem em seus cursos de formação o treinamento militar, tal adestramento produz efeitos colaterais diretos em sua interação com a sociedade civil em relação ao uso da força e da violência por parte da agência estatal. Como então ocorrem as instruções de Defesa Pessoal realizadas pelos policiais militares? Como eles entendem e colocam em prática o treinamento militar? E em que medida as artes marciais o influenciam?

## **CAPÍTULO 4. DEFESA PESSOAL E ARTES MARCIAIS NA POLÍCIA MILITAR**

Descrevo, nesta seção, as observações feitas durante o treinamento policial militar, por um lado com a participação do antropólogo em uma instrução de Defesa Pessoal, ministrada aos alunos oficiais da PM paulista que realizavam a disciplina durante seu curso de formação<sup>72</sup>, e do outro lado, a observação como espectador em um torneio de Jiu-Jítsu interno à corporação, realizado para divulgar e para incentivar a prática de artes marciais pelos policiais da ativa e da reserva no interior do Estado<sup>73</sup>.

Ao demonstrar como meus interlocutores realizam os processos de conversão dos desportos em tática, poderemos entender, ainda que com limitações, o que eles fazem, como treinam e em que sentido tais observações são boas para pensar a capacitação do policial militar no uso da força e da violência por meio de seu corpo.

A Defesa Pessoal, como vimos, é uma disciplina composta por exercícios de combate corpo a corpo que compila uma série de técnicas e de golpes provenientes das artes marciais, com a finalidade de capacitar o policial militar a se defender em momentos em que o uso da arma de fogo é restrito. A inclusão desta disciplina nos currículos do Exército e das polícias surgiu a partir da necessidade de treinar e de disciplinar seus agentes em exercícios que replicam a guerra por outros meios, tornando corpo e pessoa aptos a agirem e a se adaptarem de forma eficaz ao campo de batalha ou à realidade do ofício enfrentada nas ruas. Em suas instruções, o policial militar é imerso em um treinamento híbrido que replica situações cotidianas, somado ao aprendizado de diferentes técnicas capazes de causar danos, subjugar um agressor ou quaisquer cidadãos a quem forem empregues.

### **4. 1. As instruções de Defesa Pessoal**

Conforme solicitado em nossa última reunião, esperei o contato do Tenente A para retornar à Escola e observar as instruções. Chegando ao local na data combinada, dois meses

---

<sup>72</sup> Saliento que devido ao acidente automobilístico que sofri logo no início do trabalho de campo, só pude ter acesso a uma única instrução, além da já observada durante minha primeira visita ao quartel.

<sup>73</sup> Entre nossa primeira experiência de campo e a segunda, decorreu-se o período de um ano, quando pude retornar às atividades acadêmicas, após finalizar o tratamento dos traumas do acidente anteriormente citado. O período de afastamento e de retorno ao campo demonstrou-se válido, uma vez que a própria corporação começara a investir em maneiras de suplementar o treinamento policial com o incentivo às artes marciais, o que não ocorria até então, como será melhor descrito ao longo deste capítulo.



após a entrevista com o Tenente Coronel, fui recebido por um dos instrutores responsáveis pela disciplina e que não havia sido comunicado, a princípio, sobre minha presença na aula. Mas se eu estava ali “era para treinar” e, por sorte havia me precavido e trazido comigo parte de um *kimono* de treino caso minha participação na aula fosse permitida<sup>74</sup>. Cumprimentei o instrutor e os outros dois alunos que se preparavam para a aula, conversando previamente sobre a pesquisa e sobre algumas experiências que já vivenciara com a prática das artes marciais.

Com a chegada do Tenente A, responsável por me acompanhar durante as instruções, foi acordado que eu deveria permanecer ao lado do tatame, podendo realizar anotações sobre a aula, mas que, contudo, não poderia participar efetivamente deste treino com os alunos por questões burocráticas, já que quaisquer incidentes teriam como responsáveis os instrutores. Para treinar, eu precisaria retornar ao trânsito de documentos para a aprovação do Comando, solicitando minha participação enquanto aluno especial matriculado na disciplina, o que, na época, nem os instrutores sabiam se era possível. Todos os questionamentos sobre a instrução deveriam ser feitos diretamente ao oficial, que logo no início da aula me apresentou aos alunos como um pesquisador de treinamento físico policial militar.

De início, os alunos agiram com indiferença à minha presença, sendo que nas primeiras vezes em que tentei dialogar, ou se negavam a responder, simplesmente ignorando a pergunta, ou realmente não sabiam como proceder, sempre sob os olhares de oficiais mais velhos presentes<sup>75</sup>.

#### **4. 1. 1. Os instrutores**

Conheci quatro instrutores responsáveis pelo ensino e pelas instruções na Escola. Cada um deles com uma formação e uma experiência diferente em artes marciais e em esportes de combate: dois deles praticavam *budôs* modernos, o Karatê e o Judô; os outros dois, praticavam o Jiu-Jítsu e o Muay Thai, ambas artes marciais esportificadas (GASTALDO, 1995). Além de educadores físicos no quartel, os instrutores se dedicavam à docência em outras instituições,

---

<sup>74</sup> Cabe notar que o ambiente da caserna como um todo não é favorável ou adaptado à presença e circulação de civis. Os caminhos entre os prédios eram delimitados tanto para a realização de corridas pelo quartel quanto para o trânsito de oficiais e de praças. Mesmo os banheiros possuíam uma diferenciação entre banheiro de oficiais e banheiros de praças, sem haver um lugar reservado aos civis, o que gerava um transtorno entre alunos e oficiais que não sabiam onde eu poderia trocar de roupas para participar do treino.

<sup>75</sup> O peso da vigilância hierárquica obliterava minhas tentativas de acessar à realidade dos policiais, que, aparentemente, se demonstravam também confusos com um civil transitando no local de treino.

como professores em universidades, como mestres de artes marciais em academias e como pesquisadores de pós-graduação à paisana.

Para se tornar instrutor da disciplina de Defesa Pessoal e fazer parte do corpo docente, o policial precisa ter formação em Educação Física e realizar um processo seletivo que analisa sua desenvoltura disciplinar e os méritos de seu currículo<sup>76</sup>. Ainda é levado em consideração a sua experiência com artes marciais, comprovada por meio da graduação atingida em sua “vida marcial” e por suas conquistas em torneios. O policial que se candidata ao cargo deve estar apto à conciliar o conhecimento marcial com o operacional, com o objetivo de capacitar seus alunos em noções básicas de ataque e defesa, descritas no manual M 03 PM.

Há uma imbricação entre as hierarquias (militar e marcial), fundamental para que o Comando selecione o policial adequado ao posto de instrutor ou de monitor. Nesse sentido, a experiência adquirida nas artes marciais permite, por exemplo, que um “praça faixa preta” ocupe o cargo de professor, dando aulas e instruções aos oficiais de patentes mais elevadas. Tornar-se professor (como instrutor ou como monitor) garantiria ao policial uma rotina diferenciada, deixando de operar em missões nas ruas durante o tempo em serviço para se dedicar à docência, participando de grupos de trabalho, de reuniões constantes com o Comando e de rituais cotidianos dentro do quartel.

Não obtivemos dados sobre a periodicidade dos processos seletivos para instrutores e para monitores. No entanto, foi relatado que há uma rotatividade de professores de acordo com as promoções e com as ascensões de carreira.

Segundo meus interlocutores, não existia um curso específico para a formação de instrutores de Defesa Pessoal, o que tornava as instruções uma construção contínua, baseada no intercâmbio de experiências e de saberes entre os instrutores responsáveis pelas aulas e os próprios alunos.

Fora da Escola, nos batalhões espalhados pelo interior do Estado, a disciplina seria oferecida às turmas em formação por instrutores educadores físicos com experiência em ministrar treinos de artes marciais. Aos policiais mais velhos na ativa, seriam realizados treinos e instruções de acordo com a necessidade de reciclagem do policial, que ocorreriam esporadicamente de acordo com o nível de carência de conhecimento das técnicas e de seu emprego em abordagens, identificado pelo instrutor físico responsável de cada quartel.

---

<sup>76</sup> Dentre as experiências mencionadas por alguns instrutores estavam cursos e intercâmbios oferecidos pela própria instituição com outras corporações policiais, como o FBI e a CIA.

#### 4. 1. 2. Rituais iniciais e adaptação das técnicas marciais ao ofício policial

As instruções de Defesa Pessoal têm início com um ritual misto militar/marcial. Todos os alunos e os instrutores, com uniformes padrão de treino físico da PM (shorts azul e camiseta branca), realizam o *rei*, curvando-se ao adentrar o *tatame*. Um a um, os alunos cumprimentam os instrutores e os demais oficiais presentes com maior graduação, sempre com apertos de mão e com saudações.

Com todos os alunos no local, o pelotão se coloca em formação, de frente para o oficial mais graduado (no caso, um Capitão que realizava o curso para Major). Todos batem continência em sua direção, quando, então, são apresentados pelo policial que comanda o pelotão, voltando-se, em seguida, para os instrutores e repetindo o mesmo gesto. Após a apresentação do pelotão e a devida autorização, iniciam os exercícios.

Os alunos se colocam em círculo, ocupando toda a extensão do *tatame* para realizar os primeiros exercícios de alongamento e de aquecimento. Os exercícios iniciais são realizados pelos alunos policiais com o propósito de acostumar seus corpos à interação de forças: em duplas, realizam movimentos de empurrar e puxar um ao outro, buscando deslocar o companheiro de sua posição inicial; posteriormente, flexionam os joelhos, um de costas para o outro, tentando manter o equilíbrio – exercício também de resistência física que serve como desafio lúdico entre o pelotão –; então, dois grupos são divididos para realizarem brincadeiras de pique-bandeira e jogos de cooperação. Após os exercícios coletivos, são treinados os rolamentos e outros aquecimentos que visam a acostumar o corpo à queda ao chão. Realizada esta etapa, o treino efetivo se inicia.

Os alunos são separados em duplas, por semelhança de peso e de tamanho. Os primeiros exercícios consistem em corrigir a postura do policial para realizar as técnicas. Para tanto, os instrutores demonstram a *base* ou a *guarda*, postura herdada do Boxe executada com as mãos na altura do rosto protegendo a cabeça e o pescoço, e que o policial deve assumir quando entra em confronto físico com uma pessoa que lhe ofereça resistência ou risco.

Todos os presentes, então, se colocam em guarda, um de frente para o outro. Os instrutores prosseguem com a instrução demonstrando aos alunos os “pontos de pressão”, conhecidos nas artes marciais japonesas como *atemi-wazas*, que, quando pressionados, causam um “efeito psicológico”<sup>77</sup> no indivíduo pela dor, auxiliando no controle do abordado. Os golpes nestes locais seriam eficazes para a dissuasão de atitudes violentas, podendo ocasionar desde

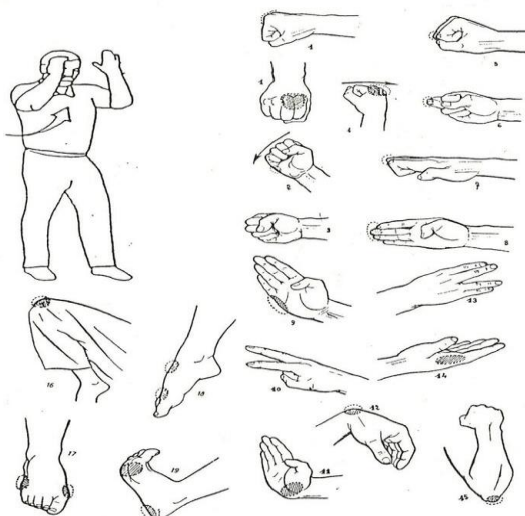
---

<sup>77</sup> Expressão utilizada pelos instrutores para narrarem o efeito durante a instrução.

uma torção ou um hematoma no local até a quebra de ossos de acordo com a força neles exercida.

Junto aos “pontos de dor”, são descritas as “áreas de contato” do corpo que podem ser utilizadas para a execução de golpes ofensivos, como as falanges das mãos, os cotovelos, os joelhos, os pés, bem como o modo correto de utilizá-las.

**Figura 10 - Exemplos de áreas de contato para a aplicação de golpes**



Fonte: Apostila de Defesa Pessoal do curso de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I – ESS, 2015<sup>78</sup>

Os instrutores iniciam a demonstração de como executar golpes a partir da guarda, iniciando com socos, chutes e suas respectivas defesas. São treinados movimentos de esquiva, momento em que um aluno inicia o golpe enquanto o outro deve aprender a se defender, acostumando-se ao movimento para tentar prevê-lo. É por meio destes exercícios iniciais que os policiais começam a entender o uso de seu corpo como uma “arma natural” e, assim como qualquer iniciante nas artes marciais, experimenta seu uso através da simulação do combate.

Até este momento, a instrução replica o treino de artes marciais, prezando pela execução de técnicas básicas que acostumam o aluno a utilizar seus membros para os fundamentos de ataque e de defesa. Após a repetição dos golpes, os instrutores reagrupam os alunos e os apontam para a necessidade de que, durante as abordagens, consigam identificar qual o *nível de resistência* do indivíduo abordado em relação à presença e à voz de comando do policial.

<sup>78</sup> Opto por utilizar imagens da própria apostila de Defesa Pessoal oferecida no curso de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I da Escola Superior de Sargentos em 2015, por ser material de acesso público mais recente do que o M 03 PM.

Segundo o Tenente A, esta avaliação e observação é essencial ao policial, uma vez que suas ações somente se mantêm legais a partir do momento em que o indivíduo abordado oferece resistência ou risco à sua integridade física, habilitando-o a fazer uso da força por *legítima defesa*. Caso contrário, se o policial agir de maneira ofensiva, sem o devido risco ou quebra da ordem, operaria em desacordo com a lei.

Tais níveis poderiam ser descritos resumidamente como:

**Nível 1:** Presença Física, em que o policial fardado permanece de forma passiva em um determinado local, para a prevenção de algum eventual crime;

**Nível 2:** Verbalização, em que o policial deve se valer de suas habilidades argumentativas para a resolução de conflitos;

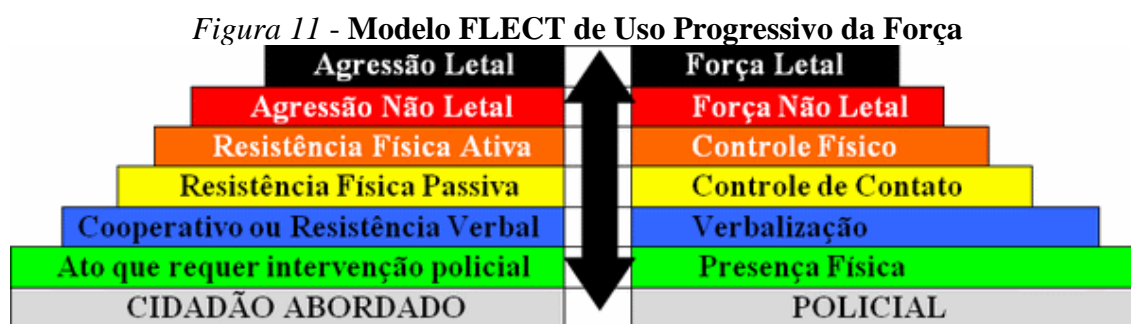
**Nível 3:** Controle de Contato, em que o policial pode estabelecer contato físico com os abordados, valendo-se da força física para a contenção de atitudes agressivas;

**Nível 4:** Controle Físico, em que são utilizadas técnicas de submissão para deter a ação do indivíduo abordado, imobilizando-o;

**Nível 5:** Procedimentos de Menor Potencial Ofensivo, com a utilização de armas e de métodos não letais, como spray de pimenta, bastão *tonfa*, bombas de efeito moral e munições não letais;

**Nível 6** – Uso da Força Letal, com o empreendimento da arma de fogo, quando há risco de vida eminente do policial, como último recurso de ação.

Os níveis de ação também são explicados pelo Modelo FLECT (Federal Law Enforcement Center Training), utilizado pelo FBI e seguido como exemplo e como referência pelos policiais brasileiros:



Fonte: <https://jus.com.br/artigos/20084/embasamento-legal-do-uso-da-forca-pelo-policial-militar/3>

Nota-se que diante destes níveis, a utilização das técnicas de Defesa Pessoal está presente na ação *responsiva* do policial, do Nível 3 ao Nível 5. Já no Modelo FLECT, elas

aparecem da Presença Física ao uso da Força não Letal, podendo também se tornar letal de acordo com a forma como é empregada.

Após esta explicação, os instrutores se reúnem para decidir quais técnicas e golpes serão ensinados aos alunos. Neste momento, apesar de existirem técnicas específicas descritas no manual M 03 PM, os instrutores resgatam técnicas provenientes de cada arte marcial que praticam, como também de outras artes marciais e de esportes de combate que têm experiência. Nota-se que há, aqui, uma questão importante: não há uma *tradição* a ser seguida pelos policiais no que tange à defesa pessoal.

Em contraposição às artes marciais, o treinamento policial militar se constrói a partir das experiências dos instrutores no ofício, que transmitem técnicas que se mostraram eficazes em abordagens aos mais novos, no entanto, sem uma *padronização* dos movimentos. Isso implica, em primeiro lugar, que os policiais em formação aprendem somente como realizar as técnicas, sem que haja continuidade de sua aplicação ou aprofundamento de sua execução após o curso. Ainda que realizem cursos de aprimoramento durante suas carreiras, receberão um novo e diferente treinamento em que os instrutores de seus batalhões poderão demonstrar outras técnicas ou as mesmas, com um modo de execução totalmente distinto do que aprenderam anteriormente.

Antes de prosseguir, os instrutores testam entre si as técnicas escolhidas, convocando a opinião de policiais mais velhos com experiência operacional. Para o repasse das técnicas, os instrutores se posicionam ao centro do tatame sob os olhos de todos os alunos. Entre as primeiras técnicas observadas estavam chaves de mão, de braço e torções utilizadas para realizar imobilizações e render o oponente. Cada movimento é detalhado pelos instrutores, que explicam sua utilidade descrevendo algumas situações do cotidiano profissional:

Se um indivíduo oferece uma resistência que passa do Nível 2 ao Nível 3, vocês podem atar as mãos por aqui (um instrutor segura a mão do outro, torcendo o pulso para baixo), e depois jogar para trás (torcendo o braço e levando a mão para as costas); mão atada, eu seguro o pescoço (do indivíduo) por trás e forço ele para o chão; rendeu aqui (apoiando seu joelho sobre o corpo do outro instrutor), imobilizou, algemou!<sup>79</sup> (Registro de campo, maio de 2016).

Treinada durante os cursos de formação nas instruções operacionais de Defesa Pessoal

---

<sup>79</sup> Como parte dos apontamentos de Mauss (2008), sobre a observação e a descrição das técnicas do corpo, pretendíamos documentar as técnicas ensinadas nas instruções policiais por meio de fotos e de vídeos, a fim de que se tornassem dados de pesquisa. No entanto, meu pedido fora negado pelo Tenente A, que ressaltou o sigilo de tais procedimentos no treinamento policial.

e de Tiro Defensivo e Preservação da Vida, a identificação dos níveis de resistência e da ação policial cabível é fundamental para a ação nas ruas. O policial aprende brevemente como identificar a ação do abordado, cuja percepção é desenvolvida e reforçada, segundo o Tenente A, durante seus estágios e missões nas ruas a partir do referencial estabelecido pelos policiais mais velhos<sup>80</sup>.

Durante os primeiros exercícios, os alunos apresentaram dificuldade em executar as técnicas selecionadas pelos instrutores e não conseguiram finalizá-las da maneira demonstrada. Na hora de executar uma torção de braço, por exemplo, era comum que um aluno executor deixasse o membro do oponente “escapar” do golpe, tentando a todo o custo continuar o procedimento sem seguir as devidas etapas de progressão ou, então performar a execução dos golpes sem aplica-lo, somente simulando-os. Isso ocorria, segundo um dos instrutores, porque grande parte dos alunos não possuía experiência com as artes marciais e eram, de fato, iniciantes nestas práticas. Eles não tinham, portanto, um corpo acostumado ao treinamento e tentavam realizar pela primeira vez “técnicas avançadas”, sem ter, no entanto, conhecimento das técnicas mais básicas e, também, sem possuir experiências de combate necessárias para aprender o como, o quando e o porquê executa-las. O objetivo do exercício era alcançado quando os alunos conseguiam imobilizar o oponente, ainda que pela força e não pela realização do preterido movimento.

Nas artes marciais, um pé posicionado de maneira inadequada, uma posição das mãos ou uma dosagem errada da força é suficiente para que os praticantes não consigam completar os exercícios de forma efetiva. Somente com o treino progressivo e a contínua conformação do corpo pela prática é que tais movimentos teriam excelência na sua execução, sendo que pela falta da técnica correta incorporada, os alunos policiais pareciam estar distantes de possuir a devida maestria para suas execuções.

Questionando o Tenente A sobre esta percepção, o oficial explicou que durante os cursos de formação, não há *tempo hábil* para que o policial aprenda as técnicas passo a passo, de forma paulatina, assim como são ensinadas tradicionalmente nas artes marciais e, por isso, os instrutores selecionavam quais técnicas poderiam ser mais “operacionais” para “o exercício da função” policial e mais fáceis para a assimilação pelos alunos. O instrutor enunciou este processo como o ato de “suprimir o lado marcial para ganhar em operacionalidade técnica”.

---

<sup>80</sup> Como apontado por Bittner (1970) e atestado por Durão (2006), grande parte do treinamento oferecido nos cursos de formação policial são reconfigurados a partir da constante troca de conhecimentos entre os demais policiais, que socializam experiências, atestam certa eficácia das técnicas e dos procedimentos. Isso, em nosso caso, implica uma ressignificação dos níveis da força com as quais o policial pode se valer nas ruas, que muito se afasta do que se é treinado nos quartéis.

Esse é o primeiro ponto que destacamos.

Como vimos, o gradativo processo de esportificação das técnicas de combate militares e a sua conversão em lutas esportivas e em artes marciais fez com que seu ensino e sua execução se tornassem tradicionais, prescrevendo exercícios do básico ao avançado para conformar os corpos, adaptá-los para potencializar os golpes e dilapidar as táticas. O tempo e a autodisciplina tornaram-se fundamentais para que o praticante treine e aperfeiçoe suas habilidades cinético-sinestésicas. Somente depois que atingissem certa perícia, atestando a incorporação da técnica – e no caso das artes marciais japonesas, depois que conquistassem determinado grau hierárquico –, é que o praticante tornar-se-ia apto aos exercícios de combate.

No caso dos policiais militares ocorre o inverso. Há uma necessidade eminente de que o policial saia dos cursos de formação capacitado para se valer de seus corpos enquanto armas para o exercício normativo de sua função e para a autodefesa. Preza-se que ele saiba minimamente como reagir às situações de conflito, quais partes do corpo utilizar e como, valendo-se de todo dano potencial que pode e aprende a causar. Isso porque sua profissão e ofício se devotará integralmente ao uso e ao exercício da força e da violência, experimentando situações cotidianas na eminência de um confronto ou um combate.

Como fundamentos da atividade guerreira, como observado por Sun Tsu (2012), por Clausewitz (1996), por Luttwak (1987) e por Virílio (2006), o *tempo* e a *velocidade* são centrais em qualquer atividade militar, principalmente em termos de estratégia, em que, quanto melhor treinado e mais disciplinado o pelotão é, mais eficiente e rápido no campo de batalha ele se torna, agindo e reagindo *prescritivamente*, prevendo os golpes e as ações dos inimigos para reagir de forma instantânea e eficiente, alterando e adaptando a dinâmica do combate.

No caso da formação policial, o tempo aparece como um fator determinante por sua escassez. Os instrutores aceleram o aprendizado das técnicas para colocar o efetivo nas ruas, atendendo o tempo de formação estipulado pela corporação. Isso visto que é exigido das escolas de formação policial o cumprimento das exigências que o próprio Estado<sup>81</sup> estabelece para formar um determinado número de agentes capacitados ao uso da força e da violência, assim como para integrá-los aos batalhões da capital e do interior, em um período que varia de um ano para os praças e de três a quatro anos para os oficiais.

Neste intervalo, os policiais militares participam de aulas em sala em que aprendem na teoria todo o aparato legal de sua ação, quais são os métodos de abordagens, bem como recebem lições sobre direitos humanos e noções sobre tática e estratégia para a realização de suas

---

<sup>81</sup> O curso de formação de soldados, por exemplo, dura o período de um ano, sendo considerados aptos para já serem empregues em missões logo após sua conclusão.



operações. Fora das salas de aula, são disciplinados por meio de exercícios físicos como flexões, polichinelos, corridas e exercícios táticos. Não raro é possível ver pelotões executando o *pagamento* de flexões, ritmado por um oficial nas dependências do quartel. Contudo, seria durante as instruções de Defesa Pessoal que o policial experimentaria o uso de seu corpo como arma. Esse é o segundo ponto ressaltado.

Observando de fora do tatame, percebi que o aprendizado das técnicas continha um outro processo, presente na formação da pessoa policial: a experimentação física do uso da força e da violência. Nos treinos de artes marciais, a interação cinética entre os corpos nas lutas é o momento em que ocorre a calibragem da força física, a coordenação do movimento, a experimentação controlada e regrada da dor que aos poucos aperfeiçoa a técnica: determinados golpes são proibidos por seu potencial de dano; golpeia-se com prudência; os mestres intercedem na luta quando um combatente extrapola os limites da força contra um companheiro durante o treino; incentiva-se o estabelecimento de um limiar socialmente aceito da dor experimentado nos combates, que somente pode ser extrapolado durante as competições.

Nas instruções de Defesa Pessoal, entretanto, alguns destes mecanismos de controle e de regulagem da violência são suprimidos pela *velocidade* do ensino e da prática no *tatame*. Os golpes e as técnicas são treinados nos quartéis de forma intensiva para serem exercidos fora deles com força e potência nas ruas, pois deveriam ser empregues como recurso de preservação da vida do policial. Como efeito colateral – ou acidente (VIRÍLIO, 2006) desta tecnologia de fabricação de corpos policiais forjados para o exercício normativo e de controle –, os limiares do uso da força e da dor são sobrecandidos nos momentos de contato, de impacto e de confronto contra civis em suas operações. O limite é a total rendição do abordado e tudo vale para se atingir este objetivo o quanto antes.

Nas instruções, os policiais são imersos no que França e Gomes (2015) denominam de *pedagogia do sofrimento*, um método de aprendizado e de disciplinamento corpóreo que se dá por meio de exercícios que levam o policial ao limite físico e psicológico, com o intuito de testar e de incrementar seus limiares de resistência, levando-o à fadiga, ao estresse emocional e à dor. Os exercícios realizados dentro dos quartéis reproduzem situações de guerra efetiva como um meio de reafirmar o caráter militar durante a formação policial, cuja finalidade tende mais para a guerra do que para a ação normativa. É preciso eliminar e inibir quaisquer ações e reações do suspeito/inimigo e, para isso, usa-se a força com ou sem restrições.

Este tipo de aprendizado constitui não uma experiência unicamente de exaltação do militarismo ou de exercício estoico, mas, sim, uma tecnologia social de fabricação de corpos e de pessoas. A pedagogia agonística realizada pelo e para o Estado por meio do constante

combate contra um inimigo real ou virtual, cria vínculos, marca pela dor e pela violência o ser-quase-Estado (FARIA, 2014) que será investido de seu uso legítimo. É através dos exercícios de combate na caserna que o policial em formação aprende o que é ser um militar e se distancia aos poucos de sua condição de civil, como enunciado pelos oficiais interlocutores de Faria (2014) aos seus alunos no final do curso de formação de soldados da Polícia Militar de Pernambuco e que se tornou o título de seu trabalho: “Vocês agora estão começando a parecer gente”.

A pedagogia agonística sela pelo combate e pela dor o pertencimento do policial à corporação militar, cujo uso da força atesta sua existência enquanto um ser-Estado. É preciso se tornar aquilo que a corporação *faz* dele por meio da violência dentro da caserna, com o devido respaldo jurídico do Estado, e exercê-la para fora dela, nas ruas.

Novamente, a experimentação etnográfica de treinar com os meus interlocutores favoreceu o desencadeamento de sentimentos e de instintos, construídos através do treino e do combate marcial pretérito e que se distanciavam da realidade militar da defesa pessoal.

Em uma situação durante a aula, um aluno insistia em oferecer resistência física aos companheiros pelo seu tamanho e sua força, impedindo que os outros, menores e menos hábeis, treinassem a realização das técnicas prescritas pelos instrutores. A atitude poderia causar contusões nos companheiros durante a aula, conforme eu já havia vivido durante os treinos e os seminários de artes marciais. Sabendo dos possíveis danos, saí de minha posição de observador para intervir, demonstrando a referida técnica a partir dos princípios que havia aprendido nos treinos de artes marciais.

Oferecendo resistência e se negando a ouvir meus conselhos, executei uma técnica simples chamada *kotegaeshi*, uma torção de pulso que se bem executada projeta o oponente para o chão, sem que este possa oferecer resistência. Executei a técnica duas vezes, uma para cada lado, chamando então a atenção de alguns dos presentes, sobretudo de um capitão que acompanhava o treino com os instrutores e que questionou quem eu era e o que fazia ali, uma vez que eu não estava vestido de acordo com os padrões da corporação.

Demonstrar perícia na execução da técnica, conhecer e identificar pela observação os erros e os acertos dos alunos junto aos oficiais reconfigurou minha presença em campo. Os alunos, que antes me ignoravam e negavam o diálogo, passaram a me procurar para sanar dúvidas a respeito de como executar os golpes e as técnicas, como participante da instrução. Pude, inclusive, sugerir abertamente o treino de técnicas mais simples aos instrutores, com quem comecei a dialogar, tendo maior abertura como artista marcial do que na posição de pesquisador. O antropólogo, que até então era visto como “alguém de fora”, um “civil”, foi

reenquadrado na perspectiva nativa como um possível “colaborador” a circular, a comentar e a demonstrar conceitos e técnicas junto aos policiais militares em formação, como artista marcial.

Reagir desta forma causou o estranhamento necessário para que percebesse o quanto essas práticas, essas técnicas e essas habilidades, tão valorizadas por meus interlocutores e que estavam enraizadas e arraigadas em mim como artista marcial, também me tornava um ser capaz de exercer a violência, ainda que em uma condição distinta de meus interlocutores, como civil. Tornou-se evidente que a prática marcial era uma extensão do mundo militar, mesmo que se apresentasse de diferentes formas, modalidades e gestos.

Estas operariam o processo de militarização de seres ao ponto de torná-los aptos a agir e a reagir de acordo com as circunstâncias do momento, regidos por códigos morais que, mesmo restringindo o uso de golpes e de técnicas para fora do ambiente da caserna, prescreveriam intervenções em momentos em que o praticante teria sua própria vida em risco, sabendo como lutar. Não é à toa, segundo meus interlocutores, o frequente número de lutadores de Jiu-Jítsu que se envolvem em brigas em boates ou mesmo nas ruas, “fazendo justiça com as próprias mãos” ao render assaltantes até a chegada de policiais.

Buscando reforçar essas características e após os alunos treinarem três séries diferentes de técnicas que envolviam chaves de braço, imobilizações, movimentos defensivos e contra-ataques, as duplas foram desfeitas e se formaram novos grupos, com quatro policiais cada, para treinar técnicas específicas da ação e ofício policial. Os grupos se espalharam pelo *tatame*, deixando novamente o centro livre para que os instrutores pudessem ensinar novas técnicas. Desta vez, diferente da execução das técnicas de submissão das artes marciais, os instrutores, em conjunto com as técnicas marciais treinadas anteriormente, passaram a simular abordagens reais com a execução dos chamados Procedimentos Operacionais Padrão (POP), para que os alunos aprendessem como reagir em momentos em que o “cidadão abordado” ofereça resistência à ação policial.

#### **4. 2. Os Procedimentos Operacionais Padrão e a Defesa Pessoal**

Os POP, segundo Pinc (2006), são procedimentos regulamentares da atuação policial que buscam padronizar as abordagens, prescrevendo os movimentos que os policiais podem se valer, com o propósito de realizá-las de modo eficiente, no menor tempo possível e “reduzindo” a possibilidade de erro ou de dano cometido pelo policial em civis.

Dentre as diretrizes de execução dos POP, há uma prescrição que segue as Diretrizes Internacionais do Uso da Força, referendadas pela ONU (2002) em seu Manual de Direitos Humanos e Aplicação da Lei, protocoladas para guiar juridicamente o uso da força pelas Forças Policiais de todo o mundo e seguidas pelos agentes de segurança pública no Brasil. Estas diretrizes enunciam que o uso da força deve ser realizado de maneira *responsiva, progressiva e escalonada*, seguindo os níveis de resistência e de ação anteriormente mencionados<sup>82</sup>. Os POP serviriam como referência aos policiais, para que executem as abordagens seguindo os parâmetros nacionais e os protocolos jurídicos internacionais de atuação policial.

Segundo o Tenente A, o objetivo maior deste treinamento era capacitar o policial no uso (físico) da *força*<sup>83</sup> que, do ponto de vista policial e da corporação na qual *serve*, seria “uma intervenção compulsória sobre o indivíduo ou grupo, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão”<sup>84</sup>. Assim, as técnicas marciais deveriam ser utilizadas para anular a possibilidade de resistência à ação policial por qualquer indivíduo abordado, reforçando a ação normativa do agente estatal. É nesse processo que efetivamente ocorre a operacionalização das técnicas marciais, tornando-as parte fundamental da ação policial militar.

Neste sentido, a disciplina de Defesa Pessoal pode ser pensada enquanto fruto de um processo de *bricolagem operacional*, que consiste em uma operação semelhante ao pensamento selvagem descrito por Lévi-Strauss (2011), aplicado à lógica militar: a catalogação e a incorporação de práticas, de procedimentos, de normas e de técnicas, provenientes do universo civil para serem reformulados e aplicados sob os parâmetros, os valores e as necessidades militares, com a intenção de que se tornem operacionais nas ruas. Seria a partir desta bricolagem operacional que os mecanismos disciplinares estatais buscariam constantemente rever seus procedimentos, suas normas e suas aplicações, tornando-os cada vez mais eficazes na

---

<sup>82</sup> Após meu retorno da instrução, procurei obter acesso aos manuais e aos documentos oficiais nos quais a PM descreve as ações dos POP, com o intuito de descrever o passo a passo dos procedimentos, bem como dos momentos em que as técnicas observadas nas instruções poderiam ser empregues. Ao buscar meus interlocutores, eles reafirmaram o caráter sigiloso da informação que só poderia ser acessada pelos policiais. Descobri, posteriormente, que os POP haviam sido objeto de constante crítica por parte das organizações de Direitos Humanos e até pelo próprio Fórum Nacional de Segurança Pública, e que, tanto por isso, permaneciam secretos aos olhos civis. Cabe salientar que minhas referências em relação aos POP se deram diretamente por meio da leitura dos trabalhos de Pinc (2006; 2011), que, além de cientista política, também ocupava os quadros oficiais dentro da própria instituição, munido, portanto, de todo o material referente ao tema para seus escritos e ocupando uma posição privilegiada em relação a minha enquanto civil.

<sup>83</sup> Em nem um único momento meus interlocutores se referiam ao termo *violência* em relação ao que faziam. Sempre utilizavam o termo “*uso da força*” para legitimar suas ações, em detrimento do termo *violência*, que, por sua vez, somente indica, para eles, um crime cometido por um policial no abuso da força ou pela própria sociedade, a qual julgavam violenta.

<sup>84</sup> Esta mesma perspectiva normativa estaria presente tanto nos manuais de Defesa Pessoal, como o M 03 PM, quanto nas próprias Diretrizes do Uso da Força Policial, publicadas em 2010 pela Portaria Interministerial No-4.226.

domesticação de seres, militarizando-os e incorporando-os à lógica da caserna. O processo teria como efeito colateral a separação das técnicas de seus conceitos e de suas regras de aplicação, capacitando e habilitando, embora não qualificando – como no caso dos exames de ascensão hierárquica marcial – o policial para seu uso.

Dando continuidade à instrução com os grupos separados, um aluno assumia a posição de “suspeito abordado” enquanto outros três simulavam a abordagem policial. Em fila, os alunos posicionam as mãos, simulando o porte da arma de fogo e se aproximam do “suspeito”. Os dois primeiros alunos da fila saltam em direção ao abordado, com o objetivo de segurar e de imobilizar seus braços. O próximo movimento a ser realizado pela dupla é deitar o abordado com a barriga para baixo e com os braços e mãos nas costas. Nessa hora, os alunos emulam as técnicas que aprenderam anteriormente, tentando executá-las para conduzir o suspeito ao chão. O terceiro aluno assume a posição de guarda, fazendo a cobertura dos outros dois. Quando o abordado está no chão rendido pelos demais policiais, o terceiro aluno é incumbido de algemá-lo, completando o procedimento. O exercício é repetido inúmeras vezes, até que os alunos memorizem os movimentos. Em meio às repetições, algo me chamou a atenção.

Retomando a bibliografia, encontramos em Pinc (2011) uma questão importante. A pesquisadora, também policial militar, observou de forma sistemática abordagens feitas por policiais nas ruas, tendo realizado um experimento sobre a influência do treinamento na conduta dos policiais durante a realização dos POP. Sem que os policiais soubessem, Pinc observou as abordagens de um grupo em ofício nas ruas, antes de ser recrutado por oficiais para realizar um treinamento dos procedimentos, como um reforço das normas e das maneiras de agir durante estas mesmas abordagens. Logo após passarem pela instrução, o grupo retornou às ruas, novamente sendo observado pela pesquisadora, que atestou não haver mudanças significativas nas condutas dos policiais.

Diferentemente do que ela propôs em sua tese, em que afirma que o treinamento policial militar serve como um difusor eficiente de políticas públicas do Estado, como a progressividade do uso da força e o respeito às diretrizes dos direitos humanos, a instrução, conforme observei, não possuía eficácia expressiva no treinamento de Defesa Pessoal. Isso porque os policiais obliteravam a execução das técnicas pela força e pela violência, ainda que com os instrutores repetindo, de forma incisiva, que o segredo estava em executar a técnica de forma correta sem usar a força: “Senhores, menos força e mais técnica!”.

Como parte do exercício, os alunos que simulavam a resistência à ação dos companheiros também se esforçavam em demonstrar cada vez mais força física e mais resistência à dor. Quando um grupo permanecia por muito tempo tentando realizar o exercício

sem atingir o objetivo final de render o parceiro, os outros alunos ao redor paravam para observar a ação até o desfecho, com verbalizações de incentivo tanto aos alunos que realizavam a ação, quanto àquele que resistia a ela.

Tornou-se nítido que se o argumento de Pinc estiver correto e o treinamento policial for um meio difusor de políticas públicas, esta política e exercício de poder que flui do Estado – na figura de seu governador, uma vez que seria a ele que toda a corporação estaria subordinada – seriam a própria difusão e a realização da violência junto aos cidadãos.

Por dentro da instrução e ao lado dos alunos, percebi que aquela instrução não era só um espaço para a capacitação e o disciplinamento, no qual os policiais aprendiam a se valer da violência conforme suas políticas internas. Era também um momento de socialização e de descontração por parte do pelotão, em que as próprias relações hierárquicas eram momentaneamente e ligeiramente suspensas. O próprio Tenente A, que se colocara em uma postura séria grande parte do tempo, reconheceu que estar ali era uma “terapia”, um “momento de descontração”. Confessou, pois, que até o Subcomandante participava de algumas instruções e atividades físicas com os pelotões em formação, bem como participava de treinos de artes marciais oferecidos pelos instrutores no quartel, como incentivo e aproximação com os alunos<sup>85</sup>.

Segundo o Tenente A, a continuidade do treinamento de defesa pessoal após o curso dependia estritamente da necessidade de capacitação de cada batalhão e os alunos presentes – futuros instrutores de Educação Física em seus batalhões de origem – seriam “multiplicadores do conhecimento”. Tornar-se-iam responsáveis por repassar as técnicas aprendidas aos policiais de seus batalhões que necessitassem participar de cursos de reciclagem em seus quartéis, em conjunto com as turmas de praças em formação.

Conforme observei durante a instrução, grande parte do pelotão ainda não estava capacitado a realizar com certa eficácia os exercícios propostos, embora já estivessem finalizando as instruções da disciplina durante o ano letivo. Como então poderiam ensiná-las?

Questionei os instrutores sobre o assunto, e como resposta recebi a assertiva de que alguns policiais acabavam buscando as artes marciais como uma complementação ao treinamento policial militar, uma vez que haveria um maior investimento da corporação na

---

<sup>85</sup> Realizar exercícios de combate, treinar e simular lutas e confrontos nos quartéis era vivido por meus interlocutores como uma preparação para a “guerra”, em que articulavam o uso da força e da violência de uma forma lúdica, como um jogo, assim como apontado por Huizinga (2012). Nota-se que, diferentemente da posição ocupada por Geertz (1978) sobre a briga de galos em Bali, em que conseguiu efetivar sua relação com seus nativos ao fugir da polícia, eu e meus interlocutores nos colocaríamos em relação – e mesmo eles entre si – na própria briga, como galos.

capacitação do policial convencional nas aulas da disciplina de Método Giraldi de Tiro Defensivo e Preservação da Vida. Seriam nestas instruções que os policiais treinariam na prática o uso da arma de fogo como método de persuasão eficaz, com a intenção de desenvolver as habilidades necessárias para o seu manuseio e para o da “força total”. Cabe salientar que tal método garantiria ao policial um maior contato com a arma de fogo do que com as técnicas de menor potencial ofensivo, fazendo com que o armamento ganhasse primazia durante suas ações. Esse seria, atualmente, o maior problema enfrentado pelos instrutores na capacitação adequada dos policiais.

Como apontado pelo Tenente J em nossa conversa no CPI, uma das preocupações da PM era de que a corporação se deparava com o segundo maior índice de letalidade policial no Brasil, ficando atrás somente da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro (PMERJ). Isso se dava porque os policiais, tanto na ativa quanto na reserva, entravam em confrontos diretos contra seus suspeitos em situações em que poderiam ou deveriam assumir uma postura defensiva, sem a devida revida com o uso da arma de fogo.

Revisitando a bibliografia<sup>86</sup>, encontrei a indicação que precisava para dar conta de uma observação gestual com a qual me deparei em diferentes momentos, durante a interação com os policiais militares. Trata-se do que denomino enquanto uma *proeminência da mão armada*, valendo-me das proposições de Hertz (2013), em que a arma de fogo e a sua potência violenta oblitera todos os outros recursos de menor potencial ofensivo que o policial poderia se valer em suas abordagens nas ruas.

A arma incorpora-se à pessoa do policial, como artefato que atesta sua existência enquanto um ser-Estado, munido do uso legítimo da força e da violência. Esta proeminência estaria ligada à constante necessidade do policial em permanecer “em alerta” em relação à segurança, ao porte de seu armamento e às quaisquer ocorrências que possa enfrentar, até nas situações mais cotidianas fora do expediente de serviço. Em sua posse, ele experimenta e vive a guerra a cada segundo de sua vida, mesmo nos momentos mais íntimos em família, como bem demonstrara Vicentini (2014).

Este estado permanente de alerta é cultivado dentro das instruções como uma forma de atestar o controle físico e emocional necessário para que o policial possa realizar os estágios de formação e ser incorporado à Polícia Militar, recebendo a certificação necessária para o porte do armamento. E não só.

Para iniciar esta pedagogia do controle das emoções, o policial aprende desde cedo a

---

<sup>86</sup> DURÃO, 2006; FARIA, 2014; MUNIZ, 1999; PINC, 2006; SILVA, 2011; STORANI, 2008; VICENTINI, 2014.

condicionar suas ações e seus movimentos corporais para deixar “a mão forte”, “a mão que atira”, sempre disponível e pronta para se valer do armamento em quaisquer situações da vida. Como descrito por Silva (2011), os policiais precisam “reaprender” a realizar as ações mais cotidianas como, por exemplo, iniciar os movimentos do corpo com a mão esquerda se for destro, repousando a mão direita sobre a arma. Movimentos como segurar documentos, realizar vistorias e até segurar um copo d’água precisariam ser realizados com a mão oposta, relegando a mão com maior habilidade à exclusividade da arma.

Correr, pular, transpor obstáculos, rastejar. Tudo deve ser feito com o armamento sob controle, uma vez que ele informa a existência da própria pessoa policial como um ser-Estado. Isso conforma seu corpo e sua pessoa, os modifica, incorporando modos de ser e de agir que o diferenciam do cidadão comum<sup>87</sup>. A arma incorpora o seu ser e seu ser se torna uma arma.

Foi quando o Comandante aparecera para averiguar o andamento da aula em companhia do Tenente-Coronel, que me chamou para seu lado enquanto os instrutores e os alunos se colocavam em formação para saudá-los. Fui questionado pelo Tenente-Coronel sobre as observações e apresentado pela primeira vez ao Comandante que autorizara minha entrada ao quartel.

Duas coisas foram colocadas em questão: a primeira era em relação ao o que eu havia achado da instrução e dos instrutores, ocasião em que respondi com bastante sinceridade sobre minha percepção de que o treinamento oferecido, apesar de corresponder às expectativas no devido cronograma estabelecido pela instituição, precisava de reformulações para atender às necessidades de formação, assim como também relatado por meus interlocutores; “contudo”, o tempo de formação era demasiado curto para que, na prática, os policiais conseguissem apreender as técnicas de forma efetiva. O Comandante, embora tenha discordado de meu ponto de vista, gostou de minha honestidade, principalmente por manter a cabeça erguida ao me dirigir a ele, conforme me relatou.

A segunda questão foi sobre a minha opinião em relação a como eu via as críticas feitas à PM na mídia e nos centros universitários. Relatei, nesta oportunidade, toda a dificuldade que havia encontrado até o momento para ter acesso às instruções na caserna e, também, a de outros pesquisadores civis que enfrentaram os mesmos problemas. Disse ao Comandante que, em minha opinião, a PM deveria se colocar publicamente para debater, tanto com a imprensa

---

<sup>87</sup> Com o tempo e o contato com meus interlocutores, comecei a reparar e a identificar certos gestos que comprovavam a identidade policial, mesmo enquanto eles estavam à paisana: um modo particular de cruzar os braços com os polegares estendidos antes das axilas, que quando fardados camufla o armamento em mãos; o passo em marcha com o jogo das mãos estendidas; a postura com o peito estufado e o estomago proeminente, etc.



quanto com os centros universitários, questões pertinentes à relação entre a polícia e a sociedade civil. Foi então que ele, em voz firme, respondeu laconicamente: “Veja bem, Lucas, o Sr. fala em diálogo. *O policial militar enfrenta situações onde o diálogo não é uma opção, nas ruas ou fora delas*”. E completou, indicando para um colar com a medalha de São Bento que carregava em meu pescoço: “Espero que a experiência tenha sido de grande valia. Bom retorno e que Deus abençoe você e a sua família”.

Ao final da instrução, após o último exercício, os alunos policiais realizaram brincadeiras lúdicas a comando de um instrutor para “voltar à calma”, preparando-os para a próxima instrução do dia. Me despedi de meus interlocutores, com o indicativo de que poderia retornar para as próximas instruções que seriam realizadas com outros pelotões em formação, com a possibilidade participar delas assim como havia feito desde então.

#### **4. 3. Observando de fora**

Após a instrução em São Paulo, entrei em contato com o Tenente J para contar sobre as experiências que vivenciei. A seu convite, marcamos um encontro no quartel onde, munido do caderno de campo, apresentaria minhas observações ao oficial. Quando adentrei a sua sala, o Tenente J, que na mesma semana recebera sua promoção e daria início ao curso de Capitão, me convidou para analisar alguns vídeos com ele.

Os vídeos eram sigilosos, feitos por câmeras instaladas em viaturas para fiscalizar a atuação de policiais em suas abordagens nas ruas. O primeiro tinha a duração de onze minutos e nele apareceram três policiais realizando uma abordagem a um homem, tido como suspeito de participar do tráfico de drogas em uma cidade do interior paulista. Aparentemente, os policiais eram soldados recém-incorporados e realizaram o procedimento com o auxílio de um policial mais velho, que vocalizava passo a passo os procedimentos necessários para concluir a ação. Tudo se inicia com o POP: “Mão na cabeça”, e um policial permanece apontando a arma de fogo para o suspeito; outro policial faz a cobertura, de costas para os outros dois, com a mão direita sobre a coronha do armamento enquanto um último policial inicia a revista do suspeito, finalizando a operação após apresentar dificuldades em algemar o abordado. Com a hesitação do soldado, o sujeito abordado começou a oferecer resistência moderada a cada ação, momento em que os policiais iniciaram um confronto corporal com a utilização das técnicas de defesa pessoal para imobilizá-lo.

O Capitão J se indignara com os onze minutos que os policiais levaram para realizar todo o procedimento e a inabilidade apresentada em executar técnicas simples de imobilização. Em seguida, rodou outros dois vídeos: o primeiro em que dois policiais entraram em combate corpo a corpo com um civil, que deixou de oferecer resistência após tiros disparados para o alto como uma espécie de “aviso” por um terceiro policial; e o segundo vídeo, esse mais forte, mostrando um policial que optara por entrar em confronto corporal com um suspeito após sua fuga, mas que, no entanto, perdeu a posse de sua arma e foi baleado em meio ao confronto, indo a óbito.

Para o oficial, grande parte dos policiais que saem dos cursos de formação, principalmente dos cursos oferecidos aos soldados ingressantes, não dão a devida importância às técnicas de Defesa Pessoal por não se sentirem seguros em utilizá-las, deixando a desejar em performance quando vão às ruas. E, ainda, enunciou: “O Governo do Estado quer que nós formemos mais de dois mil alunos e que eles sejam colocados nas ruas em um ano! Como pode um policial aprender em 90 horas o que eu levei a vida toda para saber?”.

O Capitão, como instrutor físico no quartel, apontou ainda que a base do trabalho policial reside na aplicação correta dos POP, uma vez que eles mediarão as interações entre o policial e o civil: “Não adianta o policial ter um comportamento disciplinar exemplar dentro do quartel e se apresentar assim na rua”.

Comentei ter observado ações semelhantes durante as instruções, quando alguns alunos tentavam executar as técnicas à força. O Capitão J, então, revelou que o treinamento de Defesa Pessoal era um “tabu” dentro da corporação e embora fosse de extrema necessidade, possuía uma carga horária irrisória de treinamento se comparada a outras instruções práticas da ação policial. Segundo o oficial: “Há turmas que recebem doze aulas de Defesa Pessoal, isso não é nada!”.

Angariando dados relativos à duração dos cursos de Defesa Pessoal da Polícia Militar, encontrei os seguintes números: segundo dados do 1º Ten PM Alexandre Luiz Alves, publicados na revista *A Chama*, de circulação interna à corporação em 2008, as instruções de Defesa Pessoal ocupavam 1,85% da carga total do curso de formação de oficiais da Academia Policial Militar do Barro Branco (120 horas); 2,25% da carga horária do curso de formação de Sargentos – CFAP (31 horas); e 5,44% da carga horária do curso de formação de Soldados (90 horas). Do período mencionado até a realização do trabalho de campo, tais números teriam se mantido durante os cursos de formação, com poucas alterações em relação à distribuição e execução das instruções.

Outro ponto abordado pelo Capitão foi a crescente onda de retaliações sofridas pelos

policiais fora do expediente de trabalho. Segundo o oficial, havia sido vinculado nos meios internos de divulgação e de acesso à informação um dado preocupante para os policiais militares, reproduzido posteriormente pelo *Atlas da Violência* de 2017 (CERQUEIRA; SERGIO DE LIMA; BUENO; VALENCIA; HANASHIRO; MACHADO; LIMA, 2017): aproximadamente 80% das mortes de policiais ocorreram fora dos expedientes de trabalho, superando em número os índices de óbito de policiais em serviço no Estado. Estas mortes teriam ocorrido por conta da reação dos policiais, com o saque imediato da arma de fogo, entrando sozinhos em confrontos diretos com criminosos durante assaltos e abordagens.

A atitude, segundo o Capitão J, evidenciou uma “mentalidade” dos policiais que acreditam serem capazes de ter o controle da situação por conta do treinamento e do porte da arma, sem serem capazes, no entanto, de “controlar a adrenalina” e de manterem a calma diante destas situações. Estas indicações do oficial sinalizavam ainda para uma outra questão: como as artes marciais “serviriam” ao treinamento policial militar, uma vez que a Defesa Pessoal não se demonstrava eficaz na formação de meus interlocutores?

#### **4. 4. O desporto marcial entre policiais militares**

Até este momento, as artes marciais e os esportes de combate apareceram como matrizes da disciplina de Defesa Pessoal e durante a instrução e as idas aos quartéis, nenhum dado foi apresentado sobre seu treinamento efetivo nos batalhões. Os instrutores da disciplina possuíam graduação e conhecimento nas artes marciais, assim como alguns dos alunos do curso de formação, treinando-as como desporto fora da caserna. Mas grande parte dos demais não possuíam contato com o treinamento marcial.

Durante a instrução, foram narradas histórias pelos instrutores como incentivo aos alunos para que dessem continuidade ao treinamento de defesa pessoal por meio das artes marciais, como a de um policial do quartel havia sido transferido para o Centro Administrativo da PM, retirado da rua após um incidente com sua família. O policial teria chegado de carro com sua esposa e dois filhos, quando um grupo de três assaltantes rendeu a família, trancando-os dentro de casa. Um dos assaltantes identificou o fardamento que o policial trazia em sua mochila, amarrando-o em um quarto e ameaçando-o de estuprar sua esposa e filhos na sua frente antes de matá-lo. O policial teria mantido a calma e esperado o melhor momento de reagir, se livrando das amarras e rendendo os assaltantes, munido de seu corpo e das técnicas do Jiu-Jítsu

que treinara em uma academia próxima ao quartel com outros policiais, deixando-os “desfigurados” com as próprias mãos.

As artes marciais apareciam nestas narrativas como meios de ampliação das habilidades do policial, potencializando sua capacidade de dano e de violência, mas a principal questão ressaltada por meus interlocutores seria que, imerso no treinamento marcial, o policial estaria em treinamento constante a despeito das instruções pontuais que recebia no quartel. Ao adentrar o treinamento marcial, ele desenvolveria suas habilidades de forma gradual, progressiva e constante. No entanto, não havia uma política interna à PM em relação ao treinamento de artes marciais, como parte integrante do currículo policial. Cada batalhão poderia oferecer o treinamento de diferentes artes marciais como esporte, de acordo com a disponibilidade de mestres e de *senseis* de seu efetivo, e a partir da aprovação de seu Comandante.

Outro ponto ressaltado pelo oficial seria de que as artes marciais operariam como uma replicação dos valores da hierarquia, da disciplina e do controle por outros meios, fora do ambiente da caserna. No *dojo* e nas academias, o policial encontraria as mesmas relações que vivencia nos quartéis, mas, neste caso, fora deles, em meio à sua vida “enquanto paisano”, ocupando o seu tempo livre com as mesmas experiências e fundamentos da guerra no qual é gestado.

As iniciativas de treinamento marcial dentro dos batalhões ainda se estenderiam para toda a comunidade, através de projetos sociais. O esporte marcial, além de complementação do treinamento, favoreceria o fortalecimento dos laços entre a PM e a sociedade civil, atuando também como uma extensão de sua atuação no combate ao crime. Algumas delas me foram passadas:

**Karatê Social** - 10º BPM/I - Tudo começou com o desenvolvimento e a prática de Karatê pelo comandante da 3ª Cia/PM - São Pedro, tendo como instrutor o Sensei Mauro Morata. O instrutor se dispôs a ministrar aulas gratuitas ao efetivo da Polícia Militar, depois de termos alguns policiais com uma boa fase de formação, o Comandante de Cia, juntamente com instrutor, colocaram em prática uma ideia antiga: ministrar essas aulas às crianças carentes. Assim, em março de 2010, iniciou-se os trabalhos, com 22 Crianças e hoje, com 33 crianças em plena atividade.

**PAS JJ** - Projeto de Ação Social Jiu-Jítsu - 37º BPM/I- O projeto surgiu em dezembro de 2008, quando o Sd PM Esdra morador de uma cidade pequena com aproximadamente 4.000 habitantes por ter sido beneficiado com um curso de Jiu-Jítsu e vendo o ginásio de esporte da cidade fechado decidiu, então, entrar em contato com a Prefeitura de Corumbataí e reabrir o ginásio onde tem sido realizada as aulas. Inicialmente contou com um grupo de 15 adolescentes da cidade tendo apoio da prefeitura de Corumbataí. Hoje contamos com um instrutor de Jiu-Jítsu, faixa roxa de Jiu-Jítsu, consagrado campeão paulista no ano de 2007, 2008 e 2010, vice-campeão mundial em 2008 e 2010, entre várias competições pelo Estado de SP que

voluntariamente se dedica ao projeto ministrando 2 aulas por semana, tendo cada aula a duração de 2 horas. No projeto acompanhamos a vida escolar dos nossos alunos junto à escola, uma vez que todo bimestre ao receber o boletim com as notas elas apresentam aqui e uma vez que é constatado alguma nota baixa procuramos saber qual a dificuldade e tentamos ajudá-los e orientamos que eles melhorem no próximo bimestre para continuar praticando o Jiu-Jítsu. Através de conversa nas aulas, orientamos as pessoas a serem pessoas mais gentis, mais amigas, dedicadas, aos mais jovens a tornarem cidadãos de bem respeitando sempre o próximo.

**Arca de Noé** - “Acolher e Preparar para o Futuro Através do Esporte.” 29º BPM/M- Projeto desenvolvido na base comunitária na busca pela integração Polícia-Comunidade, tendo 01 policial responsável pela modalidade Judô e 01 pela Capoeira, iniciou-se no mês de março de 2012, atualmente com a participação de 80 crianças, entre 05 e 10 anos. Critérios: As crianças devem apresentar boletim escolar, a fim verificarmos desempenho na escola, aos Pais verificar mudança de comportamento em casa. Documentação necessária: Ficha de inscrição, Atestado Médico, Anamnese. Horário: das 08:00hs às 10:00h e 15:00hs às 17:00h Judô e Capoeira. Dias alternados, cada modalidade em um dia. Metas: Estabelecer contato junto à comunidade local, Policiamento Comunitário; diminuir evasão escolar; contribuir para a formação educacional de crianças de 05 a 10 anos, podendo ser alterada faixa etária.

**Boxe na Praça** - Lutando por um Futuro Melhor - 15º BPM/M- Idealizado pelo SD PM Carmo, praticante de Boxe há 04 (quatro) anos, que ao treinar com o professor Hamilton, descobriu que esse tinha um projeto semelhante no Estado da Bahia, ou seja, ao invés das crianças ficarem nas ruas enquanto os pais trabalham, vão para as aulas de Boxe e são monitorados pelos professores. Duas vezes por semana o professor de Boxe, Hamilton Ventura, vulgo “Geladeira”, Campeão paulista de Boxe, e integrante da seleção brasileira, juntamente com o SD PM Carmo lecionam aulas de Boxe, gratuitamente, na Praça Nossa Senhora Aparecida, ao lado da BCS Jd. Vila Galvão. Atualmente o projeto conta com a participação de 25 (vinte e cinco) crianças/adolescentes, que devem estar devidamente matriculadas em escola, e é feito um acompanhamento através de boletim escolar apresentado bimestralmente. Antes de se inscreverem no Boxe, as crianças e adolescentes menores de idade, devem retirar uma autorização e levar para seus e ou responsáveis preencham e trazê-la devidamente preenchida para que possam ser inscritos no projeto.

**Projeto Pelicano** - 50º BPM/I- O presente projeto está sendo apresentado as autoridades constituídas da área de educação e esportes do município de Porto Feliz, bem como as lideranças comunitárias. Tem como objetivo a prevenção indireta de crimes, trabalhando e contribuindo na formação e educação de crianças e jovens, através do esporte, mais especificamente o Judô. O aumento desordenado da população vem ocasionando inúmeros problemas sociais nas classes menos favorecidas e, visando minimizar os problemas futuros de segurança pública da cidade de Porto Feliz, nasceu a ideia deste projeto que tem como principal atividade, desenvolver o Judô entre as crianças e adolescentes. A violência tem feito parte do cotidiano da sociedade e em particular, dos jovens, ela está presente no atual contexto no qual vivemos, em casa, na escola, na mídia e etc. Direcionar crianças que apresentem indicativos a violência para uma atividade que proporcione a socialização em vivências norteadas pela igualdade, desenvolvimento motor, respeito, obediência e disciplina. O Judô é uma modalidade que leva a criança a ter disciplina, atenção e até melhorar o comportamento. Igualdade de condições: o projeto baseia-se na orientação e participação de todos os jovens envolvidos; Qualidade: todas as atividades possuem um conteúdo pedagógico voltado para o desenvolvimento das crianças e para uma melhor compreensão do meio ambiente.

**Projeto Sorria Menino** - 9º BPM/M. O nome do Projeto, “SORRIA MENINO” foi

eleito tendo em vista a história do Bairro Chora Menino, localizado junto ao Bairro do Imirim. Em 1897 existia um antigo chalé em ruína, onde diziam que lá vivia uma mulher que atirava os recém-nascidos rejeitados no vale para os urubus devorá-los. Ouvia-se sempre o choro dos meninos. Daí surgiu o nome do Projeto, com a intenção de resgatar meninos que estão "jogados à rua". O CCCM já vem trabalhando desde 2005 com aproximadamente 300 (trezentas) crianças e adolescentes de 5 a 16 anos de idade, acreditando que o esporte pode dar a essas crianças a esperança e a possibilidade de um futuro melhor. O projeto vinha sendo realizado num espaço cedido pela Igreja São João Batista, porém os mesmos solicitaram a reintegração desse espaço para a realização de novas ações sociais, deixando o Centro Cultural, sem opções para continuidade do projeto. Através do contato realizado em uma reunião de CONSEG, os representantes do Centro Cultural Chora Menino e o Comandante da 1ª Companhia do 9º Batalhão de Polícia Militar, responsável pela Base Comunitária de Segurança do Imirim, vêm envidando esforços para dar continuidade ao projeto, onde vem sendo realizado. A BCS - Imirim está cedendo um espaço, que não vinha sendo aproveitado, ao CCCM para realização de atividades esportivas, compreendendo aulas de Ballet e diversas artes marciais, já implantadas, incluindo-se aí palestras realizadas por policiais militares no que tange à resistência às drogas e segurança pública. As aulas, a princípio, estão acontecendo de segunda a sexta-feira das 18:00h às 22:00h e aos sábados das 16:00h às 20:30h, porém já está em estudo estendê-las também para outros períodos. Todos os Policiais Militares pertencentes a 1ª Cia do 9º BPM/M estão engajados no projeto, contando também com o apoio de vários comerciantes da região, no que tange a possibilidade de fornecimento de lanches e reforma da Base Comunitária.

(Comunicação Pessoal registrada no dia 16/05/2016<sup>88</sup>)

Dessa forma, une-se a capacitação dos policiais em técnicas de combate ao disciplinamento de membros da sociedade civil, para que estes “trilhem um caminho melhor”, “não se envolvam com o mundo do crime” e para “o combate à violência”, como uma medida de “redução de danos”. Tais vínculos também fortaleceriam os laços entre a Polícia Militar e a comunidade, muitas vezes tensas mediante sua atuação em determinados territórios. Entretanto, para o policial e em sua perspectiva, qual seria o papel assumido pelas artes marciais tanto para seu ofício quanto fora dele?

Minha última experiência com os policiais foi a observação de um torneio interno de Jiu-Jítsu realizado por um quartel da Polícia Militar, em que participaram praças e oficiais, da ativa e da reserva<sup>89</sup>. O evento seria uma iniciativa regional de difusão e de divulgação do desporto marcial para policiais militares, como um método de aprimoramento profissional. Ao assumir a posição de espectador, agora fora do controle de meus interlocutores, pude observar

---

<sup>88</sup> Segundo o oficial que me forneceu tais dados, haviam outros projetos sociais desenvolvidos pelos batalhões do Estado, mas seus cadastros não estavam atualizados dentro dos sistemas da corporação.

<sup>89</sup> Atesto que, após meu acidente, participar como observador do torneio foi a única alternativa de aproximação com os policiais. Quando retornei a andar, um semestre depois de minha participação na instrução, toda a cadeia de comando havia sido substituída e meus interlocutores instrutores ascenderam na hierarquia, assumindo novas funções. Houve um silenciamento por parte deles diante de novas tentativas de participar das instruções.

de forma distanciada algumas significações atribuídas às artes marciais pelos policiais e que servem para pensar seu impacto na sua atuação profissional.

O Torneio de Jiu-Jítsu teve como objetivo principal divulgar o treinamento de artes marciais e incentivar sua prática aos policiais militares, como forma de aprimorar suas habilidades para o serviço operacional nas ruas. Segundo as palavras de um capitão, fornecidas à imprensa local:

O objetivo do evento é fomentar a prática de esportes, como a arte marcial, entre os policiais, pois utilizamos as técnicas e habilidades desenvolvidas nestas modalidades em nossas atuações profissionais, tanto em favor da população quanto para defesa própria. E, também para estimular outros companheiros que ainda não praticam esses esportes para que comecem a praticar.

No evento, participaram atletas de diferentes batalhões, acompanhados de seus familiares e de companheiros de serviço. Crianças circulavam livremente no local, vestidas com pequenos *kimonos*, fardas e com roupas que possuíam o símbolo dos batalhões de seus parentes. Os policiais eram a maioria na arquibancada, fardados ou à paisana.

Em prol da confraternização e levando-se em conta o baixo número de participantes, algumas regras da Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ) foram suspensas. As lutas foram subdivididas em duas categorias: a primeira, por graduação hierárquica, idade e peso entre os praticantes, cujas cores das faixas correspondiam aos níveis próximos; e a segunda categoria seria a disputa do *absoluto* em que não há separação por peso, somente por graduação dos participantes, e que permitia a participação dos iniciantes como forma de incentivo ao treinamento marcial.

Antes do início das lutas, um praça que estava na arquibancada ao meu lado observou: “Tá vendo aquela fraude ali? Fomos eu e ele pegar um sujeito em Guaíra e ele começou com essa coisa de Jiu-Jítsu, não sei o quê. Eu não tenho paciência para isso não. Dá umas porradas no caboclo e tudo certo”; e, em outro momento, “Ele salvou a minha vida. Um malandro tentou me furar com uma faca e na hora ele imobilizou o cara. Se não fosse ele, sabe Deus onde eu estava agora”.

Segundo o praça, a prática de artes marciais não era consenso entre os policiais. Apesar de alguns companheiros e oficiais incentivarem os treinos, havia uma dificuldade por parte dos policiais em conciliar o treinamento com a vida profissional e pessoal, tendo de abrir mão dos poucos momentos de folga com suas famílias, ou aproveitar os horários de rancho para treinar.

No início do torneio todos os participantes se reuniram, primeiro para a apresentação de

seus batalhões de origem, depois para se apresentarem aos oficiais presentes. Dentre os policiais participantes havia instrutores, oficiais e praças – sendo que estes últimos eram a maioria presente. Após a apresentação, a hierarquia militar é colocada em segundo plano, prevalecendo no *tatame* a hierarquia e as habilidades atestadas na arte marcial. As cores da faixa passaram a organizar as relações, as lutas e dinâmicas da competição.

Todos os participantes carregavam os brasões de suas academias, de seus batalhões e dos projetos sociais desportivos desenvolvidos, costurados em seus *kimonos*. Até os árbitros, contratados para mediar e para julgar o torneio eram policiais à paisana fazendo bicos de juiz, vestidos com camisetas de suas turmas de formação na corporação.

As lutas tiveram início com os duelos entre os iniciantes. Todos os competidores faixa branca haviam iniciado os treinamentos recentemente e disputavam seu primeiro torneio. Com o começo da primeira luta, todo o ambiente foi tomado por uma atmosfera de expectativa, com vocalização de incentivos tanto dos participantes quanto da arquibancada. Ainda que apresentando dificuldades na execução de golpes, os iniciantes eram ovacionados, sendo cumprimentados de pé, um a um, pelos demais.

Com o decorrer da competição, as lutas se acirravam com as disputas entre os participantes de maior graduação. Quanto maior a vontade demonstrada em combate e mais elaboradas as técnicas utilizadas, maior a excitação dos de fora, gerando gritos por parte de todos os espectadores.

Uma das imagens mais marcantes do torneio, do meu ponto de vista, foi a de dois policiais, ambos sargentos com idade já avançada, sentados lado a lado na arquibancada para assistir às lutas de um companheiro também mais velho. Com o início do torneio, ambos começaram a torcer, pronunciando incentivos. Aos poucos, começaram a retirar seus equipamentos de trabalho: primeiro retiraram o colete à prova de balas, seguido do cinto operacional em que a arma de fogo fica alocada. Ambos colocaram os equipamentos no chão para poderem torcer de pé, na grade que separava a arquibancada do tatame. Somente depois que o Comandante regional chegou, já no meio da competição, foi que eles se reequiparam, permanecendo de pé na torcida. Tal evento aponta para como o desporto consegue quebrar certos preceitos e regras, muitas vezes internalizados pelos sujeitos e suas instituições. Ali, ambos os policiais estavam somente a desfrutar do calor do combate, torcendo pelo amigo, imersos em um ambiente de excitação pelas disputas, sobrepondo-se ao próprio sentimento e instinto de alerta e ao risco que a profissão impõe.

A todo momento, os espectadores verbalizavam táticas e técnicas das quais os duelistas poderiam se valer para conseguir vencer a luta, como se emulassem suas próprias ações nos



combatentes, o que Elias (1992) chama de uma experimentação da violência por procuração. No calor do momento, eu mesmo cheguei, várias vezes, a torcer e a identificar meios pelos quais os competidores poderiam agir para reverter os resultados, experimentando a terceirização do combate como se pudesse projetar minhas experiências e minhas expectativas nas disputas.

Em uma das lutas, um dos participantes deslocara o braço de outro, forçando-o além do suportável. Imediatamente o rapaz suspendeu o golpe, socorrendo o companheiro que na hora pediu para que puxasse seu braço, em um procedimento simples para reposicioná-lo no devido lugar e continuar o combate enquanto o tempo corria. A atitude de ambos foi elogiada pelo Comandante: um por sua camaradagem e outro por demonstrar resistência à dor: “Vamos guerreiro!”, demonstrando o que seria o “*espírito policial militar*”.

Ao final do torneio, toda uma ritualística foi evocada: a banda marcial da PM adentra o local, seguida dos oficiais que se colocam em formação ao lado de um palanque oratório onde o Comandante e os demais se reportarão ao efetivo. Com a última luta, todos os participantes perfilam seguindo a etiqueta militar, no entanto em ordem de graduação marcial a despeito da patente. Saudações militares e marciais se confundem aos comandos tanto do Comandante quanto dos oficiais e dos praças que organizaram o torneio.

No discurso realizado por uma Tenente e reforçado pelo Comandante, os oficiais reiteraram que as artes marciais e a sua prática, dentro da corporação, adentrariam a uma nova política interna adotada pela PM, com o propósito de sanar as dificuldades enfrentadas pelos policiais. Isso devia-se, segundo o Comandante e um Capitão instrutor vindo da Capital, à identificação da necessidade de reformulação e de revisão da disciplina de Defesa Pessoal pelos instrutores na Escola, e que teria por finalidade padronizar a forma como a defesa pessoal é ensinada e treinada pelos pelotões – dado que as artes marciais, para além de um reforço, incentivariam aos policiais a aperfeiçoarem as técnicas sem a necessidade de instruções e de cursos de reciclagem, tornando-os aptos a reproduzi-las nos combates em situações enfrentadas nas ruas.

O desporto marcial, pensado a partir do ponto de vista policial militar, reverteria a forma como é trabalhada a defesa pessoal nos cursos de formação. Se antes a defesa pessoal era aplicada como uma forma operacional e militarizada das artes marciais, agora as artes marciais e os esportes de combate passariam a ser vividos como formas esportificadas da atuação, da ritualização e da tradição militar. Não foram raras as vezes em que, em meio ao torneio, alguns policiais – incluindo o Comandante presente – simularam a realização dos procedimentos de abordagem entre os colegas, realizando golpes nos soldados para testar sua atenção.

Isso se dá em razão da arte marcial também servir como parâmetro e como avaliação que atesta se o policial está constantemente atento, vigilante e seguro de si. Verifica, por meio do combate e da sua simulação, mesmo no tempo livre e em momentos de descontração, se o policial está imerso na realidade do constante combate, que aprende a vivenciar na caserna, nas ruas e nos *dojos*.

O desporto marcial é englobado ao universo militar como parte importante de seu adestramento, crítica e regulamentação, passando a ser investido como um aprimoramento ao treinamento policial militar. Ainda que diante das regras desportivas, os policiais continuam vivendo e experimentando aquilo que foi forjado pela corporação a exercer: a violência, mesmo que de forma esportificada e ritualizada. Como gatilhos prestes a disparar, vivenciam o desporto marcial como uma instrução militar e, assim, tornam-se também mais eficientes, mais hábeis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou relatar e estabelecer conexões entre as artes marciais e o treinamento de defesa pessoal militar e policial, a partir tanto do resgate histórico das relações, dos processos de transformação e da apropriação entre ambas, quanto das experiências de campo com os praticantes de artes marciais e os policiais militares em suas instruções.

Dentre as experiências nas casas marciais, pude observar que pessoas comuns experimentam a transformação de seus corpos, são alocadas diante da hierarquia de cada prática e criam vínculos entre os companheiros de treino por meio do compartilhamento de dores, de experiências e de combates produzidos pelas artes marciais. Progressivamente se disciplinam, ampliam sua potência de dano, ainda que em práticas onde o combate se realiza contra um inimigo virtual – o caso do Iaido é fascinante neste sentido, uma vez que mesmo diante de um combate real contra um inimigo imaginário, o praticante deve atestar o espírito combativo e elevar a potência e a eficácia de seus golpes, desferidos no ar. Contudo, o ato de buscar uma arte marcial ainda evidencia uma face velada de nossa própria sociedade: a de como experimentamos e vivenciamos a violência.

As artes marciais, assim como denominamos aqui de técnicas fundamentais da atividade guerreira, assumem o posto de versão esportificada da guerra, que pode ser vivida por meio da experimentação da violência em um local restrito, num tempo específico, com regras próprias e que torna tabu sua exportação, por exemplo, para as ruas.

Já em relação às experiências com os policiais militares, observamos primeiramente que o antropólogo, como sujeito fora do mundo militar, precisa ser por ele englobado, prospectado. É preciso torná-lo cativo ao Comando para que possa, enfim, realizar observações sobre as suas práticas mais comuns como rituais cotidianos, treinos e instruções, ainda que estas sejam também por eles controladas e se realizem sob constante vigilância.

Nesta hora, minhas as experiências nas artes marciais fizeram a diferença diante da observação, pois foi preciso um corpo treinado, com sentidos aprimorados também via combate e violência para poder enxergar as relações silenciosas e insuspeitas, restritas aos sentidos da visão. Exemplo disso foram minhas intervenções durante as instruções em que os próprios policiais militares obliteravam as técnicas em detrimento do uso da força física e que poderiam ter como desfecho lesões e fraturas. Foram estas intervenções que propiciaram a imersão do antropólogo em campo, atestando conhecer e compartilhar um pouco do universo do combate.

Quando apropriadas pelas instituições militares, tais técnicas fundamentais servem

como o primeiro contato dos policiais militares com a cinética dos corpos, aprendendo a sentir a dor, a suportá-la e a causá-la, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoam, se capacitam e se disciplinam seguindo comandos, subordinados às hierarquias que experimentam tanto na caserna quanto nas casas marciais. Estes seres-Estado têm nas artes marciais uma via para dar continuidade à preparação para a guerra cotidiana que enfrentam nas ruas por outros meios, ainda que durante o seu tempo livre. Assim, eles vivenciam uma imersão total no treinamento de combate, convertendo o treino e as disputas lúdicas em experimentações agonísticas de seus valores e táticas.

No caso dos policiais, o processo de apropriação tática do desporto contribui para capacitá-los a causar dano com suas próprias mãos, sem o auxílio da arma de fogo, em legítima defesa ou não. No entanto, entre as técnicas de defesa pessoal e o uso da arma de fogo, não há diferenças em relação ao modo como são empregues, mas sim em relação à sua potência, uma vez que os golpes ou os tiros deferidos atestam ações eminentemente violentas, como algo que se quer dar, mas que não se quer receber em troca.

Precisamos agora demarcar esta importante operação, realizada por isso que chamamos de Estado. Ele forja estes seres para combater uma guerra interna à própria sociedade – não seria à toa que meus interlocutores se reconhecem como guerreiros ao invés de somente como policiais, ofícios em si muito diferentes –, e os alimenta com mais armas, mais capacitação, mais poder de dano, mesmo que não necessariamente estipule e treine exaustivamente os limites de seu uso. Esta operação é a conversão da violência em “uso da força”, extensamente utilizada pelos meus interlocutores para justificar atos contra civis em momentos onde não é claro e evidente o uso das técnicas marciais para a legítima defesa – quando vida do policial está em risco eminente.

Sob o amparo legal do uso da força, alguns de meus interlocutores entendem ações violentas como algo tão natural da sociedade em que vivemos que a revertem profanamente, atribuindo-lhe uma natureza violenta. Violento é o criminoso que age contra a lei, violenta é a família que não tendo onde morar ocupa um prédio, violentos são os comunistas que atentam contra o regime democrático, violentos são os torcedores de futebol nos estádios e nas ruas, violentos são os manifestantes em atos contra a ordem vigente. Todos passíveis de serem antes potenciais inimigos do Estado do que cidadãos – pois é preciso comprovar através de inúmeros protocolos, abordagens e procedimentos policiais que não se é um fora da lei.

Desta forma, a violência camuflada de uso da força, mascarada pelo discurso da capacitação e do “treinamento constante” pode obliterar a regulamentação da violência produzida pelo próprio Estado, descambando em sua afluência nas ruas: como policial, é

aceitável “descer a porrada” em suspeitos a despeito dos procedimentos e do uso correto das técnicas para minimizar os danos – colocações estas que apareceram durante o campo. Este senso comum policial construído em suas relações cotidianas distancia alguns policiais dos parâmetros e dos padrões da corporação, arregimentados por lei. Converte-se o cidadão não militar no outro, o que está do lado de lá, um inimigo, um alvo – a despeito da vigilância que os policiais buscam fazer nas ruas, mesmo dentro das viaturas –, sem se preocupar com as consequências de atos danosos em alguns casos, uma vez que há manuais que atestam o uso destas técnicas como procedimentos legais e, portanto, legítimos. Não obstante, parte dos casos de violência policial por abuso da força acabam arquivados, enquanto que os denunciados são retirados das ruas, realizando serviços administrativos dentro da corporação e, como uma de minhas informantes atestou, somente os casos mais absurdos acabam em desligamento ou exoneração.

As técnicas fundamentais da atividade guerreira, principalmente quando utilizadas pelo Estado e por seus representantes em meio à própria sociedade, como no caso de meus interlocutores, servem como produtoras de violência e agem para a sua manutenção, operando sua reprodução dentro da sociedade civil. Digo produção pois os policiais entendem o que fazem como um trabalho, ainda que associado a um treinamento e a uma organização de cunho militar. Seu trabalho conforma o social, modifica-o e transforma-o por meio da violência e nele a imprime, a mantém, torna-a tão natural para eles e para nós que nos esquecemos da possibilidade de dela não sermos reféns ou executores. Não seria atoa que meus interlocutores policiais, após serem incorporados aos quadros da polícia, passem a experimentar a sensação de eminente risco e perigo, mesmo nos momentos mais comuns da vida cotidiana enquanto à paisana, sob constante ameaça por retaliação de criminosos a eles próprios e a suas famílias.

Essa produção de violência por dentro, investida contra a própria sociedade, seria um indício de que, para sustentar o Estado conforme o conhecemos e por mais diluído e capilar que possa ser, ele necessita que as pessoas ainda acreditem em seu poder de ação e que o obedeçam. Ele precisa indicar aos cidadãos de que eles precisam da violência para que possam produzir o lucro e a usura dos patrões, despreocupados com sua integridade resguardada por poucos direitos e seguros com seus bens, pois há alguém sempre atento e vigilante, operando em sigilo e camuflado, tomando conta. Para isso, o Estado forja suas próprias armas e as coloca em circulação nas ruas, sempre prontas para agir diante de quaisquer ações que fujam à normalidade, à lei e à ordem sob o seu comando.

Por outro lado, a imersão dos policiais em treinos e competições de artes marciais e a ampliação do tempo de treino também favorecem a tomada de consciência físico-corpórea

necessária para que os praticantes policiais desenvolvem, a longo prazo, o controle necessário da força física, aprendendo a domar o instinto violento cultivado no senso comum de suas relações. Seria justamente nesse controle do instinto e no favorecimento da ação pensada, refletida pelo próprio corpo e internalizada através do constante exercício de combate que os policiais aprenderiam a agir de forma progressiva e escalonada nas ruas, munidos de suas próprias mãos como recursos de menor potencial ofensivo.

Acredito que as artes marciais e o treinamento militar servem para pensar a violência em suas múltiplas faces, partindo da física dos costumes e das cinéticas sociais que também se transmitem do plano corpóreo ao político, como pudemos observar. Não seria à toa, por exemplo, que atentados às decisões democráticas como ocorrem historicamente no Brasil sejam intitulados de golpe.

Acredito ainda que é preciso mais iniciativas de diálogo entre as instituições militares e policiais com pesquisadores civis, sobre temas que podem transpor as barreiras impostas pelos muros das casernas e dos quartéis. É preciso construir um conhecimento que seja efetivamente democrático sobre o treinamento e a atuação policial, partilhando perspectivas com aqueles que são diretamente impactados por suas ações. Digo isso pois, durante a escrita desta dissertação, fui procurado tanto por oficiais e policiais militares que estavam reformulando seu treinamento de defesa pessoal com o objetivo de readequá-lo à realidade atual, angariar mais dados sobre o assunto e aprimorar a forma como a Defesa Pessoal era ensinada nos quartéis paulistas, quanto por advogados que atuam em processos de violência policial em busca de argumentos sobre seu treinamento, que sempre apareceu como sigiloso e restrito aos olhos civis.

Por fim, creio que esta experiência etnográfica possa fomentar mais debates de cunho antropológico sobre o tema, que carece de mais abordagens e mais perspectivas externas à caserna, seja como críticas, como contribuições ou ao menos como um esforço de vigilância às suas ações.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S.; DIAS, C.C.N. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, R.S.DE; RATTON, J.L.; AZEVEDO, R.G.DE. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, pp. 187-197
- ADORNO, S., MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso). v.18, p.585-593, 2013.
- ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.214-237, jan. 2001.
- AZEVEDO, José Eduardo. Polícia Militar do Estado de São Paulo: Elementos para a construção de uma cartografia social da questão policial no Brasil. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**, n.1, 2008.
- BALKO, Radley. **Rise of the warrior cop**: the militarization of America's police forces. Public Affairs, Philadelphia, 2013.
- BAR-ON COHEN, Einat. Japanese Religions and Kyudo (Japanese Archery): An Anthropological Perspective. In: SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER; Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013.
- BATESON, Gregory. **Naven**: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BITTNER, Egon. **The Functions of the Police in Modern Society**: A Review of Background Factors, Current rentetices, and Possible Role Models. National Institute of Mental Health, Center for Studies of Crime and Delinquency, Maryland, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual Técnico C 20-50 - Treinamento Físico Militar - Lutas**. 3ª ed. Brasília: 2002.
- BROWN, David; JENNINGS, George. In Search of a Martial Habitus: Identifying Core Dispositions in Wing Chun and Taijiquan. In: SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER; Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013.
- BULL, Wagner. **Aikido**: o Caminho da Sabedoria. São Paulo: Pensamento, 2000.
- CAIRUS, José A. T. O clã Gracie e a invenção do jiu-jítsu brasileiro: identidade, performance e cultura, 1905-1993. **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, Florianópolis, 2014.
- CARDIA, N. G. Atual situação de violência: crise na segurança pública em São Paulo? **Ciência e Cultura**, v.65, p.5 - 6, 2013.
- CANTANHEDE, Aroldo L. I.; REZENDE, Adriana C. C.; NASCIMENTO, Eduardo. As

Artes Marciais no Exército Brasileiro: uma análise histórica. **EFDeportes** – Revista Digital ano 14 n 140, 2010. Disponível em: <[www.efdeportes.com](http://www.efdeportes.com)>. Acesso: 20 jun. 2016.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.

\_\_\_\_\_. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, n° 2, pp.61-78, 1° sem. 1997.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero C. (Orgs). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; HANASHIRO, Olaya; BATISTA, Filipe; NICOLATO, Patricia. (2016), “Atlas da violência 2016”. Nota técnica. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)**, IPEA. 2016.

Disponível (on-line) em:

<[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_ipea\\_e\\_fbsp.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf)>. Acesso: 21 ago. 2016.

CERQUEIRA, Daniel; SERGIO DE LIMA, Renato; BUENO, Samira; VALENCIA, Luís Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro H. G.; LIMA, Adriana dos Santos. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017.

Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7956/1/Atlas%20da%20viol%C3%A2ncia\\_2017.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7956/1/Atlas%20da%20viol%C3%A2ncia_2017.pdf)

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COLEMAN, Katherine. **The Rise of the American Police State**. Rutherford Institute-Virginia Themis Society Research Program, 2010.

CRAMER, Ribeiro J.C., DIOGO CAMPOS F.K. História da Esgrima, da criação à atualidade. **Revista de Educação Física**; 137: pp. 65-69, 2007.

CROSSLEY, Nick. **Mapping Reflexive Body Techniques**: On Body Modification and Maintenance. *Body & Society*. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), Vol. 11(1): 1–35. 2005.

CUBAS, V. O. Ouvidorias de Polícia e Redução da Letalidade em Ações Policiais no Brasil. In: **Aporias para o Planejamento Público**. São Paulo: FUNDAP, v.1, p. 177-190, 2013.

CUBAS, V. NATAL, A. CASTELO BRANCO, F. Violência policial: abordagens da literatura. In: WILLYS et. al. **Bala Perdida**. A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

DAMÁSIO, António R. **O Erro de Descartes**: Emoção, Razão e o Cérebro Humano. Companhia das Letras, São Paulo, 2013.

DIAMENT, Aron J. Bases do desenvolvimento neurológico. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**. São Paulo, Volume 36, N° 4, dezembro de 1978.



- DREA, Edward J. **Japan`s Imperial Army: Its Rise and Fall, 1853 – 1945**. University Press of Kansas, 2009.
- DUMONT, Luís. **Homo Hierarchicus: O Sistema de Castas e Suas Implicações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- DUNNING, Eric. As ligações sociais e a violência no desporto. In: ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa, DIFEL Editora, 1992.
- DURÃO, Susane. **Patrulha e Proximidade: uma etnografia da polícia em Lisboa**. Lisboa, Almedina, 2006.
- DURKHEIM, Emile. **A Evolução Pedagógica**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.
- ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa, DIFEL Editora, 1992.
- EVANS-PRICHARD, E.E. **Os Nuer: uma descrição do mundo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. Editara Perspectiva, São Paulo, 2002.
- FARIA, Cristiano José Galvão. **“Vocês agora estão começando a parecer gente”**: A transformação do indivíduo em quase Estado. (2014). Dissertação de Mestrado defendida no PPGA – UFPE, Recife, 2014.
- FERREIRA SANTOS, Eduardo. **Avaliação da magnitude do transtorno de estresse em vítimas de sequestro**. (2006) Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- FONSECA, Cláudia. **Família Fofoca e Honra**. Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2014.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)>. Acesso em 21 jan. 2016.
- FRANÇA, Fábio Gomes, GOMES, Janaina Letícia de Farias. “Se não aguentar, corra!”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Públicas**, Vol. 9, n. 2, 2015.
- FRIESENDORF, Cornelius; KEMPEL, Jörg. **Militarized versus Civilian Policing: Problems of Reforming the Afghan National Police**. Peace Research Institute Frankfurt (PRIF), 2011.
- FUNAKOSHI, Gichin. **Os vinte princípios fundamentais do karatê**. São Paulo, Cultrix, 2011.
- GASTALDO, Édison Luis. A forja do Homem de Ferro: a corporalidade nos esportes de combate. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). **Corpo e Significado: ensaios de antropologia social**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 1995.
- GAT, Azar. **The Origins of Military Thought: From the Enlightenment to Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc**. Petropolis, Vozes, 2011.

- GRAHAM, Elizabeth. “There Is No Try in Tae Kwon Do”: Reflexive Body Techniques in Action. In: SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER, Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013.
- GUTIERREZ, Carlos; ACEVEDO, William; CHEUNG, Mei. **Breve história do Kung Fu**. São Paulo: Madras, 2011.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Thomas Tadeu org. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HATSUMI, Masaaki. **Essence of Ninjutsu: the nine traditions**. Nova York: McGraw-Hill, 1988.
- HERTZ, Robert. The pré-eminence of the right hand: a study in religious polarity. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, 3 (2), 2013.
- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens; o jogo como elemento da cultura**. São Paulo, Perspectiva, 2012.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Editora Vozes, Petrópolis, 2015.
- ISHII, Chiaki. **Os pioneiros do Judô**. São Paulo: Evora, 2015.
- KANO, Jigoro. **Energia mental e física: escritos do fundador do Judô**. São Paulo: Pensamento, 2008.
- KRUPICKA, Benjamin. **Police Militarization in the United States: reform, traditions and the fallacy of expertise**. Prepared for: Western Political Science Association, Annual Meeting, April 2-4, 2015.
- LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Fap – Unifesp, 2013.
- LEIRNER, Piero C. **Meia-Volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos**. (2001) Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Antropologia/ USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas antropológicas da guerra. **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo, n.14/15, 2006 a.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre a Apropriação de uma Etnografia: o caso da Polícia Militar de São Paulo. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p 1-382, 2006 b.
- \_\_\_\_\_. **Sobre “nomes de guerra”**: classificação e terminologia militares. Fortaleza: Pontes, CNPq, 2007.
- \_\_\_\_\_. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 15 num. 1, 2009.
- \_\_\_\_\_. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero C. (Orgs). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- \_\_\_\_\_. O Estado como fazenda de domesticação. **R@U – Revista de**

Antropologia da UFSCar, São Carlos, vol. 4 num. 2, 2012.

LEITE, João Barbosa; RIBEIRO, Jair Dantes. Manual de Instrução Physica. **Imprensa Militar**, Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1926.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul. In: SCHADEN, E. **Leituras de Etnologia Brasileira**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, Papirus Editora, 2011.

LOURENÇÃO, Gil V. **Identidades, práticas e moralidades transnacionais**: etnografia da esgrima japonesa no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009(a).

\_\_\_\_\_. Kendo: devir samuraico, mitológicas e ritológicas nipônicas. Adentrando a “casa Japonesa”. **R@U - Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS – UFSCar**, v.1, n.2, jul.-dez., p.64-93, 2009(b).

\_\_\_\_\_. **O Espírito Japonês: Esboço para uma teoria etnográfica do ki**. (2016) Tese de Doutorado defendida pelo PPGAS – UFSCar, São Carlos, 2016.

LOWRY, Dave. **O dojo e seus significados**: um guia para os rituais e etiqueta das artes marciais japonesas. São Paulo: Editora Pensamento, 2012.

LUTTWAK, Edward N. **Strategy: The Logic of War and Peace**. Massachusetts: Belknap Press, 1987.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARTA, Felipe E. Ferreira. Artes marciais e ditadura brasileira: as histórias se cruzam? Inscursões pelas páginas de O Judoka. **Diálogos**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 53 – 62, 2008.

\_\_\_\_\_. **A memória das lutas ou o lugar do “DO”**: as artes marciais e a construção de um caminho oriental para a cultura corporal na cidade de São Paulo. (2009) Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História Social, PUC, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos economico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Editorial Portico, Lisboa, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

MORRIS, Andrew D. **Cultivating the National Body**: A History of Physical Culture in Republican China. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History, University of California, San Diego, 1998.

MOL, A. & LAW, J. Regions, networks and fluids: anaemia and social topology. **Social Studies of Science**, 24, p. 641-671, 1994.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. "**Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**": Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, 1999.

MUNHOZ, S. R. **A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto**. (2013) Dissertação de Mestrado defendida no PPGAS – UFSCAR, 2013.

ONU. **Direitos Humanos e Aplicação da Lei**. Publicação das Nações Unidas, Genebra, 2002

PINC, Tânia M. **O Uso da Força Não Letal pela Polícia nos Encontros com o Público**. (2006) Dissertação de Mestrado apresentada ao DCP – USP, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Treinamento policial**: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política – FFLCH USP, São Paulo, 2011.

PMESP, Polícia Militar Do Estado De São Paulo. **M-03-PM**. Manual de Defesa Pessoal. São Paulo, 1993.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de Estudos da Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

SAHLINS, Marshall D. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.

SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER; Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013a.

\_\_\_\_\_. Conclusion: Present and Future Lines of Research. In: **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013b.

SCHNEIDER, Sara K. The Teacher's Blessing and the Withheld Hand: Two Vignettes of Somatic Learning in South India's Indigenous Martial Art Kalarippayattu. In: SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER; Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013.

SHAHAR, Meir. **O Monastério de Shaolin: história, religião e a artes marciais chinesas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n.20, 2002.

SILVA, Cristina R. **Mulheres em armas**: um estudo etnográfico do segmento feminino das Forças Armadas brasileiras. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Exército como família**: etnografia sobre as vilas militares na fronteira. Tese de Doutorado defendida pelo PPGAS – UFSCar, São Carlos, 2016.

SILVA, Gilvan Gomes. **A identidade e o sofrimento policial militar**: entre o público e o privado. TCC apresentado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2011.

SPENCER, C. Dale. Habit (us), Body Techniques and Body Callusing: Na Ethnography of Mixed Martial Arts. **Body Society**, 15; 119, 2009.

STORANI, Paulo. **“Vitória Sobre a Morte: a Glória Prometida”**: o “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGA – UFF, Niterói, 2008.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

TAKAHASHI, Emília. Cadetes pioneiras na AFA: algumas considerações sobre a pesquisa, o campo e a pesquisadora. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero C. (Orgs). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisa de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. **Homens e Mulheres em campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. Dissertação (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas. Mimeo, 2002.

TOKITSU, Kenji. **Ki e o caminho das artes marciais**. São Paulo: Pensamento, 2012.

TURNBULL, Stephen. **Samurai: the world of the warrior**. Oxford: Osprey Publishing, 2006.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

USMC. **Marines Corps Martial Arts Program**. Disponível em <<http://www.usmc.com/macmap>>. Acesso: 24 nov. 2007.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; CUERVO, Efrén Javier Rubiera. Crônica da capoeira: o ‘Chausson/Savate’ influenciou a capoeira? **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires - Año 16 - Nº 158 - Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso: 30 jun. 2016.

VICENTINI, Cláudia. **Corpo fardado: Adoecimento mental e hierarquia na Polícia Militar goiana**. Goiânia: Editora UFG, 2014.

VIRÍLIO, Paul. **Speed and Politics**. Los Angeles, Semiotex(e), 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. **Boletim do Museu Nacional**, n. 32, Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_. Imanência do inimigo. In: **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WACQUANT, Loic J. D. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Habitus as Topic and Tool: Reflections on Becoming a Prizefighter. In: SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER; Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013a.

\_\_\_\_\_. Homines in Extremis: What Fighting Scholars Teach Us about Habitus. In: SÁNCHEZ GARCIA, Raúl; SPENCER; Dale C. (Ogs.). **Fighting Scholars: Habitus and Ethnographies of Martial Arts and Combat Sports**. Anthem Press, London - New York, 2013b.

WEBER, Max. **A política como vocação**. Brasília: Editora UNB, 2003.